ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 47 — Série VII — N.º 168
14 de Abril de 1977

Preço: 6$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 769725 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef.43537-40605-41787

Pág. 5

Aspecto de uma das muitas assembleias de organização que, no cumprimento das decisões do VIII Congresso, se têm realizado de Norte a Sul

ASSEMBLEIAS DE ORGANIZAÇÃO PROSSEGUEM EM TODO O PAÍS

LEGALIZADO O PARTIDO COMUNISTA DE ESPANHA

Ao tomar conhecimento da legalização do Partido Comunista de Espanha, o Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCE o seguinte telegrama:

Queridos Camaradas:

Foi com grande satisfação que os comunistas portugueses tomaram conhecimento da legalização do Partido Comunista de Espanha, que é sem dúvida um passo importante e indispensável no caminho da instauração dum regime democrático em Espanha.

Manifestamos a nossa solidariedade à luta dos comunistas, dos democratas, da classe operária e do povo espanhol que, estamos certos, será coroada de completo sucesso.

Saudações fraternais.

Pág. 11

Pág. 2

O camarada Álvaro Cunhal, que chefiou a delegação do PCP, quando, no aeroporto, falava ao "Avante!"

Delegação do PCP em França

REFORÇAR OS LAÇOS DE AMIZADE

Pág. 3

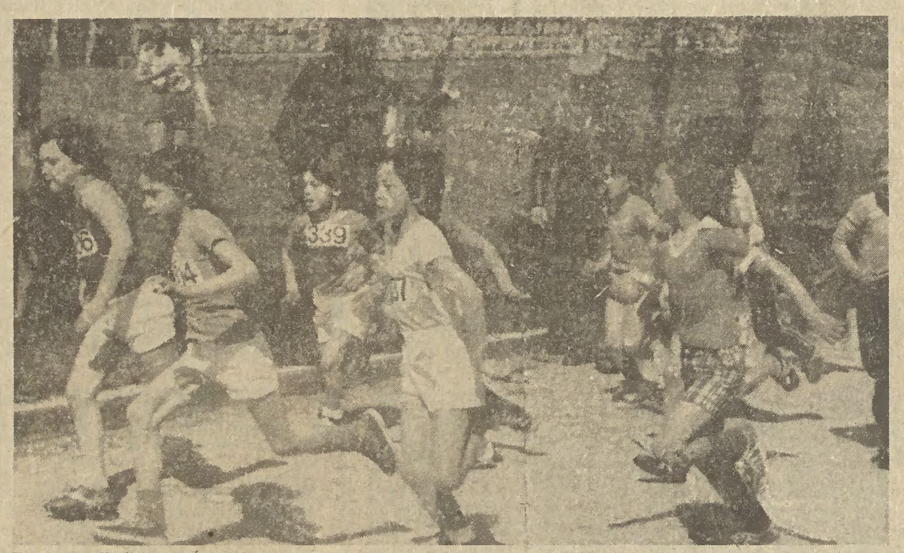
CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

Avante para a rápida conclusão da Campanha!

Posição em 8 de Abril — Totais acumulados

Comissão Coordenadora Central	5 557 955$20
"Avante!"	880 425$10
Organização Regional dos Açores	36 462$00
Organização Regional do Alentejo	1 369 452$60
Organização Regional do Algarve	604 800$30
Organização Regional das Beiras	984 308$70
Organização Regional de Lisboa	11 577 219$60
Organização Regional da Madeira	31 988$50
Organização Regional do Norte	2 661 111$70
Organização Regional do Oeste e Ribatejo	1 810 041$90
Organização Regional de Setúbal	4 453 340$60
Emigração	1 945 971$85
UEC	579 416$90
UJC	432 188$50
Por classificar (1)	1 321 702$10
TOTAL	**34 246 385$55**

(1) Trata-se da soma das quantias entradas na Conta DO 13672 do BPSM — Av. da Liberdade das quais as organizações do Partido ainda não enviaram à CCC as correspondentes Notas de Entrega



Festa no Estádio 1.º de Maio: mais uma das iniciativas da Campanha que, conforme se afirma no documento do CC, têm constituído "poderosa afirmação de iniciativa e espírito criador e da ampla adesão de massas ao Partido dos trabalhadores portugueses"

Pág. 12

Checoslováquia-77
SERÁ ESTE O «SOCIALISMO DA MISÉRIA»?

CONFERÊNCIA NACIONAL

A Conferência Nacional do Partido Comunista Português, convocada pelo Comité Central na sua última reunião plenária, assume uma particular importância para a definição de uma verdadeira alternativa democrática para a crise económica do País.

Pág. 2

Editorial

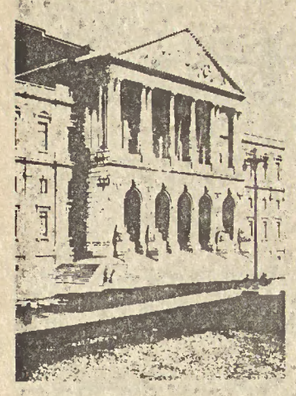
UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

Sectores muito vastos das classes trabalhadoras, das forças democráticas e do pensamento progressista português tomam cada vez maior consciência da necessidade de se fazer algo de urgente e de essencial para arrancar o País da crise aguda em que se encontra.

Portugal está na encruzilhada e o seu futuro imediato — mesmo o seu futuro numa perspectiva histórica mais dilatada — depende da direcção que se imprima ao desenvolvimento económico e social e à prática diária das instituições políticas.

Para os portugueses é chegada a hora das grandes opções e é do interesse profundo do País que as decisões cruciais a tomar resultem de um largo debate nacional — largo na amplitude política e social e, necessariamente, curto no prazo porque assim o determina a gravidade da situação que vivemos.

(Continua na pág. 2)



Os Comunistas na Assembleia da República

Um projecto de lei de interesse nacional

O PCP PROPÕE REGIME JURÍDICO PARA CENTENAS DE EMPRESAS EM AUTOGESTÃO

Os deputados do Grupo Parlamentar do PCP apresentaram recentemente na Assembleia da República um projecto de lei sobre as empresas em que os trabalhadores tenham assumido a gestão após o 25 de Abril. O preâmbulo do documento, cujo debate deve começar em breve, assinala a dado passo que «as centenas de empresas nesta situação e os milhares de trabalhadores que nelas trabalham constituem, hoje, um vasto sector de cooperativas e empresas em autogestão, integrado na formação económica não-capitalista, ao lado das empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado e das cooperativas e UCP da zona da Reforma Agrária». O diploma lembra, ainda na sua introdução que, «ao possibilitar a expropriação dos meios de produção em abandono, a Constituição da República consagra esta importante conquista da Revolução e aponta como solução global do regime jurídico dessas empresas a sua transferência definitiva para os colectivos de trabalhadores». Assim, e de acordo com o artigo 1.º do projecto, «o diploma aplica-se às empresas singulares ou colectivas, em que os trabalhadores tenham assumido a gestão após 25 de Abril de 1974, quer o tenham feito sob forma de cooperativa, quer sob forma autogestionária, quer sob qualquer outra forma e quer tenham ou não sido credenciados por qualquer ministério».

O projecto de diploma fundamenta a expropriação nos artigos 87.º, 88.º, 89.º e 90.º da Constituição da República, garantindo, quando se trate de abandono justificado, «o direito à indemnização, determinada segundo critérios a fixar em lei própria».

Não haverá, porém, indemnização quando se verifiquem as seguintes actividades delituosas contra a economia nacional: «a) Encerramento total ou de secções significativas da empresa, ou despedimentos efectivos ou iminentes de parte importante do pessoal, com violação da lei; b) Descapitalização ou desinvestimento significativos não imputáveis à exploração da empresa; c) Exercício normal da actividade empresarial, resultante de conduta dolosa ou gravemente negligente; d) Incumprimento de forma reiterada das obrigações da empresa para com os trabalhadores, o Estado, a Previdência Social e as autarquias locais; e) Violação reiterada das normas relativas à remuneração e demais condições de trabalho dos trabalhadores, nomeadamente as relativas à segurança».

A expropriação será feita mediante inquérito por parte do Ministério da Tutela, que submeterá ao Conselho de Ministros uma proposta fundamentada sobre a qual o Governo deliberará «pela expropriação, com ou sem indemnização, ou pelo requerimento da declaração de falência, nos termos do Decreto-Lei n.º 4/76, de 6 de Janeiro».

O interesse nacional exige a aprovação deste projecto de lei, pois está em jogo a consolidação e o desenvolvimento de um importante sector, que permitirá aumentar a produção do País, protegendo, ao mesmo tempo, os interesses dos trabalhadores. Só desta forma — acrescenta o preâmbulo — serão garantidos os postos de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores, só assim se evitarão gravíssimas tensões de que resultariam, na maior parte dos casos, grandes prejuízos para os trabalhadores, quando não mesmo o encerramento da unidade produtiva».

Por outro lado, o projecto prevê a defesa dos interesses dos credores, particularmente das pequenas e médias empresas. «Para transferência do passivo — refere o preâmbulo — abre-se todo um leque de possibilidades, a ajustar caso a caso entre os interessados, de modo a tornar possível e viável a solução mais adequada, nomeadamente a defesa daqueles interesses».

Assim terá continuidade, como sublinha a introdução ao projecto, «um dos aspectos mais salientes do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974», que foi «a luta corajosa, tenaz, por vezes heróica, dos trabalhadores portugueses em defesa do aparelho produtivo», obtendo, na generalidade, resultados muito positivos na resposta à sabotagem económica, na luta contra as situações criadas pelo abandono das empresas, pela fuga de patrões para o estrangeiro, pelos desvios e transferências de fundos, pelas fraudes contabilísticas, pela retirada de máquinas e equipamentos, pelo desaproveitamento de matérias-primas, pelo esgotamento de *stocks* pelo risco, afinal, do próximo encerramento das empresas nessas condições.

Pela extinção da colonia

PROJECTO DE LEI DO PCP IRRITA DEPUTADOS DA MADEIRA

A abolição da colonia, transformando-a num normal contrato de arrendamento rural, eis a característica fundamental do decreto-lei sobre a extinção da colonia apresentado à Assembleia da República pelos deputados pelo PCP.

Numa intervenção, efectuada no passado dia 31 na Assembleia da República, o deputado do PCP, Vítor Louro, lembrava que a «colonia é uma forma senhorial de exploração da terra pela qual o colono está ligado ao senhor através de laços de total dependência económica, de tal sorte que, não só não é livre de cultivar o que deseja como ainda nem sequer lhe pertence a casa que ele próprio constrói. Esta forma de exploração, não é apenas da terra, mas também do homem».

Contra esta forma de ligação senhor-colono que faz recordar a situação dos servos da gleba, desde sempre tem lutado o PCP. A abolição da colonia, regime responsável por «condicionalismos que fizeram da agricultura madeirense uma actividadé descapitabilizada de tipo primitivo, intocada pela modernização, que conduziram ao abandono progressivo de muitas e muitas terras», constitui um princípio que, sob proposta do PCP, é contido expressamente na Constituição: «E assim é que a Constituição estatuiu a abolição de dois regimes que já estavam extintos por leis vigentes (a parceria e os foros) e outro cuja abolição se anunciava para breve», afirma Vítor Louro na sua intervenção na A.R., acrescentando:

«Mas as classes possidentes não gostam de ver tombar os seus privilégios. E por isso, logo que às mãos dos mais altos responsáveis políticos da Madeira, foi parar para apreciação o diploma aprovado pelo Governo que extinguia a colonia, eles o retiveram e impediram a sua publicação — vai lá mais de um ano.»

As mesmas razões que levaram a esta reterição, ditaram agora o espantoso voto de protesto apresentado e aprovado na Assembleia Regional da Madeira contra o PCP por este ter apresentado o decreto-lei de abolição da colonia na A.R., fazendo-o «no uso dos seus direitos constitucionais e regimentais» e «para satisfazer uma imposição constitucional, que continua por ser cumprida um ano após a aprovação da Constituição», salienta o deputado Vítor Louro, que concluiu a sua intervenção expondo, com toda a clareza, a posição do PCP sobre o assunto:

«O PCP não pode deixar de manifestar o seu mais veemente repúdio por esta insólita atitude dos partidos que apresentaram e votaram tal protesto. Trata-se de um inqualificável abuso a aprovação de tal voto contra um partido que não está representado na Assembleia Regional, e que se limitou a fazer uso dos seus direitos constitucionais. Trata-se também de uma inaceitável intromissão nos direitos dos deputados desta Assembleia, e nas prerrogativas da própria Assembleia da República, que esta não poderá deixar passar em claro.

«A extinção do regime de colonia é da exclusiva competência da Assembleia da República. A iniciativa legislativa pode partir dos deputados, do Governo, ou da Assembleia Regional. Mas não é por acaso que a iniciativa não partiu da Assembleia Regional da Madeira, nem foi apresentado a esta qualquer projecto sobre a matéria. Os partidos representados na Assembleia Regional da Madeira teriam feito melhor figura se, em vez de aprovarem este estranho voto contra a iniciativa do PCP, tivessem apresentado eles mesmos um projecto no mesmo sentido. Não o tendo feito até agora, é lícito concluir que a única explicação para tão inexplicável atitude está no facto de o nosso projecto ir provocar aquilo que eles efectivamente não desejam: a extinção da colonia na Madeira. A ser assim, o povo da Madeira terá de procurar os «traidores» aos seus interesses, naqueles mesmos que, invocando-o, se permitem acusar aqueles outros que se propuseram conferir aos colonos madeirenses aquilo que, segundo a Constituição, lhes é devido: a sua libertação do jugo dos senhores da terra.

«A atitude dos partidos que aprovaram este estranho voto na Assembleia Regional da Madeira é tanto mais inaceitável quanto é certo que, nos termos do artigo 231.º da Constituição, a Assembleia da República não deverá pronunciar-se definitivamente sobre a questão sem ouvir a Assembleia Regional. De resto, os próprios deputados do PCP na Comissão de Agricultura e Pescas, a que o projecto baixou, propuseram — o que foi aprovado por unanimidade — que o projecto fosse enviado para parecer aos órgãos regionais da Madeira, bem como posto à discussão pública durante um tempo suficientemente amplo. Ao contrário da Assembleia Regional da Madeira e dos partidos nela representados, a Assembleia da República, e o Grupo Parlamentar do PCP em particular, não têm por uso aprovar ou propor normas inconstitucionais, ou usurpar poderes que lhe não competem...

«Os partidos representados na Assembleia Regional da Madeira vão pois ter uma magnífica oportunidade para darem prova da sua vontade de pôr fim, o mais rapidamente possível, ao iníquo regime da colonia.

« Por sua parte, os deputados comunistas, autores deste projecto, não abusam dos seus poderes, nem reivindicam privilégios. Como comunistas, nada do que respeita aos interesses do povo trabalhador lhes é estranho. Como deputados à Assembleia da República, representativa de todos os cidadãos portugueses, assumimos a obrigação de defender os interesses do povo trabalhador, do Povo português, de qualquer parte do território. E não estamos dispostos a aceitar passivamente que nos contestem tal direito.»

REGRESSA AMANHÃ A DELEGAÇÃO DO PCP QUE VISITA FRANÇA A CONVITE DO PCF

Está previsto para amanhã à noite o regresso de Paris, da delegação do Partido Comunista Português que, a convite do Comité Central do Partido Comunista Francês, se deslocou àquele país. Integram a delegação o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, o camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!», e o camarada José Casanova, membro do Comité Central.

No aeroporto, à partida para Paris, na passada terça-feira, o secretário-geral do PCP, falando ao «Avante!», definiu o significado e o objectivo da viagem:

Trata-se de uma visita a convite do Comité Central do PCF e temos em vista reforçar os laços de amizade e de solidariedade recíprocas que existem, de há muito, entre os dois partidos.

Pensamos, além do mais, que a nossa visita terá também um papel positivo para o desenvolvimento das relações amistosas entre o Povo português e o Povo francês. Esperamos ainda ter possibilidades de contacto com os emigrantes portugueses que se encontram em França, que são muito numerosos, e levar-lhes um pouco das notícias, boas e más, do nosso País, da nossa Pátria.

Sem dúvida que os trabalhadores que se encontram em França — e que são muitas centenas de milhar — sentirão grande alegria por saberem que continuamos a viver em Portugal em liberdade e em democracia, mas ao mesmo tempo não deixarão de sentir uma grande inquietação — como, aliás, aqui, os trabalhadores — pela ofensiva que se está a desenvolver contra as conquistas da Revolução.

É por isso que levamos boas e más notícias. Mas, acima de tudo levamos a confiança de que, apesar de todas as dificuldades e perigos que neste momento ameaçam a democracia portuguesa, continuamos a viver em democracia e continuamos a defender as transformações de carácter económico e social, de grande importância para a vida do nosso povo, alcançadas depois do 25 de Abril.

Respondendo, posteriormente, às perguntas dos representantes dos órgãos de Informação, o camarada Álvaro Cunhal afirmou, acerca da unidade de esquerda, em França:

Pensamos que, em França, a solução democrática para os problemas que o Povo francês defronta podem ser resolvidos e confiamos que virão a ser resolvidos precisamente pela unidade das forças democráticas. Para essa unidade foi dado um grande passo com a Frente de comunistas, socialistas, radicais de esquerda nas últimas eleições, mostrando que essa unidade é rentável no plano político e até no plano eleitoral.

É um bom exemplo da unidade das forças democráticas francesas — prosseguiu — e confiamos em que é possível modificar a política actual — a política que serve os interesses do grande capital — por uma política que sirva os interesses do povo trabalhador.

Ao frisar que se tratava de «um encontro na base da igualdade de dois partidos, onde cada qual exporá as suas opiniões», o camarada Álvaro Cunhal acrescentou:

Quando comunistas estão a uma mesa trocam impressões e ganham sempre uns com os outros. Mesmo no nosso País, como Partido, não temos a pretensão de ensinar o nosso povo. Temos, sim, muita preocupação de aprender com ele, de aprender com os trabalhadores. Da mesma forma, entre comunistas de vários países há trocas de impressões. Sem dúvida que aproveitaremos com o que digam os nossos camaradas, e talvez eles também possam aproveitar do contacto com o nosso Partido.

A VENDA O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Preço de assinatura, por 12 números:

Via Normal (superfície)	
Continente e Ilhas	70$00
Outros destinos	90$00
Via Aérea	
Ilhas adjacentes	85$00
Europa	120$00
Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé, Timor	150$00
Estrangeiro (extra-europeu)	175$00
Assinatura de Apoio	70$00

Conferência Nacional do PCP

RECUPERAÇÃO ECONÓMICA EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Menos de um mês é o prazo que nos separa da realização da Conferência Nacional do PCP, que o CC do nosso Partido decidiu convocar para 7 e 8 de Maio próximo. "A situação económica e financeira e o caminho para sair das dificuldades actuais" será o tema, o único ponto da ordem de trabalhos, a debater por todos os militantes comunistas, numa ampla discussão que abrangerá, durante cerca de um mês, toda a organização do Partido.

Num curto prazo, serão propostas aos órgãos do poder, com relevo para o Governo, as soluções que os trabalhadores comunistas e não comunistas — pois a Conferência será aberta, assim como a sua preparação — vão retirar da sua experiência diária, do confronto com a realidade que dia a dia se torna mais difícil para as massas trabalhadoras e para o seu empenho na conservação das grandes conquistas de Abril.

A gravidade da situação económica e financeira exige um esforço nacional. Mas esse esforço nada será sem a participação dos trabalhadores organizados. Só com eles, e nunca contra eles, será possível a recuperação económica, que não se deseja capitalista, mas sim verdadeiramente nacional, decidida por portugueses e para seu serviço.

A estabilidade da situação democrática é de interesse vital para o Povo a para o País. Mas não é com uma política de recuperação capitalista que essa estabilidade se consegue e se mantém. Daí a necessidade do diálogo, da negociação e do acordo que o nosso Partido propõe.

Não é só a situação económica e financeira que está em jogo. Através do aprofundamento da crise, são as liberdades e todas as outras conquistas da Revolução que se encontram ameaçadas. São afinal os interesses históricos das massas trabalhadoras, que se confundem com o interesse nacional, que estão sob a ameaça muito concreta de, mediante uma cedência hoje, outra amanhã, por parte do Governo PS às forças da direita, se entrar numa agudização de conflitos favorável a um golpe de força que faça perigar gravemente ou mesmo destrua os alicerces da democracia portuguesa e do seu caminho constitucional para o socialismo.

Por aqui se vê, ainda que num traço breve, o interesse profundo, a urgência e o alcance da Conferência Nacional que o Partido decidiu convocar. Mas esse acontecimento, que já começou a ser preparado, não surge, pela sua importância, como facto isolado entre as tarefas do Partido. A sua preparação inscreve-se naquilo que **o PCP previu e preveniu** a tempo e horas. Inscreve-se na luta diária da classe operária, das massas trabalhadoras e do nosso Partido, como sua vanguarda organizada, para a defesa dos grandes interesses nacionais que são profundamente contrários e alheios à ofensiva declarada contra a Reforma Agrária, contra as nacionalizações, contra o controlo operário, contra as empresas intervencionadas, contra as liberdades.

E essa luta não é de hoje. A Conferência Nacional não fará mais que incentivá-la através das soluções a discutir e a apresentar como plataforma "em cuja realização estejam interessadas amplas forças sociais e políticas e que corresponda aos interesses vitais do Povo e do País".

Não são esses interesses que o Governo do PS tem defendido. Os acontecimentos dos últimos meses têm comprovado inteiramente as previsões e prevenções do PCP acerca de um Governo sem participação comunista. O PCP previu e preveniu que a política desse Governo faria sua a defesa dos interesses do capital contra a classe operária e as grandes massas trabalhadoras, recorrendo "de forma crescente a métodos administrativos antidemocráticos, a limitações e distorções das liberdades e a medidas de carácter repressivo".

Os factos estão à vista. A demagogia e o anticomunismo não chegam para ofuscá-los. É por isso que a preparação e a realização da Conferência Nacional do PCP adquire, neste momento, uma importância que excede largamente o âmbito partidário, pelas propostas e soluções que vão surgir para dar resposta a preocupações verdadeiramente nacionais próprias de uma crise que a recuperação capitalista e as alianças à direita só conseguirão agravar.

Editorial

UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

Continuação da pág. 1

A reunião plenária do Comité Central do PCP, efectuada nos primeiros dias da última semana, representa a contribuição de um partido responsável, estreitamente vinculado às massas populares, para esse debate.

Há palavras — verdadeiros lemas de acção — que entraram no vocabulário político das últimas semanas com uma frequência desusada.

Recuperação económica, pacto social, integração europeia, liberdade, democracia, socialismo são expressões que se pronunciam muito mas carecem de aclaramento político e de conteúdo concreto. O significado de cada uma delas varia, como é óbvio, segundo a posição de classe de quem as pronuncia. Mas a realidade objectiva impõe-se e não pode ser iludida com figuras de retórica.

O documento saído da reunião plenária do Comité Central do PCP traz a sua marca iniludível de classe e, ao mesmo tempo, aponta direcções que vão ao encontro de um leque de forças sociais muito mais amplo, cujos interesses fundamentais se entroncam com os da classe operária e de todo o povo trabalhador.

***Plataforma democrática e patriótica para sair da crise* — eis a proposta política do Comité Central do PCP — e aí está o ponto fulcral para onde deve convergir o debate entre as forças políticas e sociais interessadas num verdadeiro projecto de recuperação nacional.**

●

Cerca de um milhar de delegados oriundos do Norte, Centro e Sul do Continente e das Regiões Autónomas dos arquipélagos dos Açores e Madeira trarão à Conferência Nacional do seu Partido os resultados de uma experiência colectiva e individualizada, e do confronto dessa experiência multiforme sairão certamente propostas objectivas que nenhum sector responsável da vida do País terá direito de ignorar.

Operários das empresas nacionalizadas ou sob intervenção do Estado, trabalhadores das cooperativas industriais de produção, obreiros da Reforma Agrária, pequenos e médios agricultores, debaterão com técnicos, economistas, sociólogos e especialistas diversos um saber de experiências feito num processo original, difícil e complexo da luta de classes em Portugal e da edificação de uma nova vida para o seu Povo e para o seu País, assente no desaparecimento da exploração do homem pelo homem.

Claro que a recuperação económica, o chamado "pacto social", a pretensa integração europeia, assim como as belas palavras liberdade, democracia e socialismo têm diversas leituras.

O perigo fascista, a ofensiva e as ameaças contra as conquistas fundamentais da revolução desenvolvem-se precisamente sobre este fundo. A demagogia os alimenta.

Aparentemente, em torno desses grandes lemas e belas palavras, processa-se um reagrupamento "antinatura" de forças e esboçam-se linhas de fractura que, a irem até às últimas consequências, seriam fatais para a democracia portuguesa.

A cegueira política de importantes sectores democráticos de esquerda, em particular dos dirigentes do PS, pode tornar-se um factor extremamente perigoso para os destinos da revolução.

O governo do PS está lançado num plano inclinado onde poderá perder a face se não arrepiar caminho. Os dirigentes do PS contam seguramente com a chamada "maioria presidencial" para fazerem passar na Assembleia da República a série de leis antidemocráticas que o governo anunciou.

A nova lei da "reforma agrária", da autoria de Barreto e Portas, a nova lei sindical que trará a marca de Gonelha, a lei das desintervenções já certamente inspirada pelos homens da CIP instalados no Ministério da Indústria e Tecnologia e outras do mesmo teor social, se forem levadas ao plenário da Assembleia serão aprovadas às mãos ambas pelos deputados do PPD/PSD e do CDS. Com tais apoios, o governo do PS verá as suas leis sancionadas pela "maioria presidencial" mas perderá a face que se apregoa de partido dos trabalhadores.

É preocupante que no momento em que o Governo do PS anuncia as novas leis, sem escutar o apelo dos trabalhadores da Reforma Agrária e das empresas em vias de desintervenção para que suspenda as medidas contra as UCPs e as empresas intervencionadas até ouvir os trabalhadores e pequenos e médios agricultores empenhados na Reforma Agrária e os operários e empregados que com o seu esforço e sacrifício salvaram da ruína centenas de pequenas e médias empresas industriais, é preocupante, dizíamos, que simultaneamente com tudo isso os dirigentes mais qualificados do PS se tenham lançado, sincronizadamente, nas comemorações nacionais do primeiro aniversário da Constituição, numa feroz diatribe contra o PCP.

Vê-se que a política de recuperação capitalista do Governo do PS tem como estratégia de luta a divisão do movimento operário e como suporte ideológico o anticomunismo.

●

A Conferência Nacional do PCP arranca com uma posição política claramente definida: *recuperação económica, sim, recuperação capitalista, não.* É nesta base que terá de ser encontrada a verdadeira alternativa democrática para a situação do País. E uma alternativa que cabalmente clarifique o sentido de classe das expressões e palavras com as quais os responsáveis do Governo minoritário do PS mascaram uma política que não é de recuperação económica, mas sim de recuperação capitalista.

A recuperação económica não pode de facto confundir-se com desanexações arbitrárias, cortes de crédito às UCPs, apoio aos grandes agrários e oportunistas, com a entrega de fábricas e empresas a patrões sabotadores, o incentivo à especulação bolsista, com a política de endividamento nacional e com o ataque desenfreado às condições de vida dos trabalhadores.

A expressão do "pacto social", escondendo a recusa sistemática a acordos políticos das forças democráticas, não pode ser aceite tal como surge, como uma esburacada máscara à tentativa para submeter a classe operária e os trabalhadores aos interesses do patronato e do imperialismo, para tentar cobrir os infrutíferos esforços para dividir o movimento sindical e aniquilar o movimento popular.

A "integração europeia" não pode significar — como o significa para o Governo — a consagração de uma política de dependência de Portugal em relação aos monopólios e ao imperialismo, o ataque real à independência do País pelo atrelar da nossa economia e da nossa política ao carro desconjuntado das sociais-democracias que se degladiam na busca dos favores dos "trusts" americanos e se multiplicam nos esforços de explorarem e dividir os trabalhadores. É na base dos interesses nacionais, das características da nossa economia e de uma política assente nos interesses dos trabalhadores e do povo que se têm de encontrar as perspectivas das relações de Portugal com os outros países.

A Conferência Nacional do PCP irá debruçar-se sobre a crise. Mas numa perspectiva de classe. À luz das realidades concretas e da experiência adquirida, o partido dos trabalhadores apresentará uma alternativa democrática para a crise, uma alternativa na base do respeito pelos interesses do povo, da defesa das conquistas da Revolução, da Constituição, da independência nacional.

Para o futuro, certos de vencer

I CONGRESSO DA UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

É já no próximo fim-de-semana (sábado e domingo) que decorrerá em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, o 1.º Congresso da União da Juventude Comunista (UJC). Esta jornada, que surge na sequência de um amplo trabalho de organização e mobilização, e que se manifestou em todo o País num ambiente de grande entusiasmo e confiança no futuro, representará um marco histórico na lùta pela defesa dos interesses de classe da juventude, pela consolidação da democracia e das conquistas revolucionárias alcançadas pelo povo, nomeadamente pela juventude, ao longo do processo democrático.

No âmbito dos trabalhos preparatórios do Congresso, realizaram-se por todo o País dezenas e dezenas de assembleias e reuniões. De Norte a Sul, em todas as organizações, os militantes da UJC estão mobilizados e preparados para essa grandiosa jornada de unidade que será o 1.º Congresso do destacamento avançado da juventude trabalhadora portuguesa. De salientar desde já a presença vibrante de centenas e centenas de jovens não filiados na UJC nas reuniões preparatórias do Congresso, onde se discutiu o Projecto de Declaração e foram eleitos os delegados.

As assembleias de fábrica ou bairro, de freguesia e concelhias, têm sido, na verdade, belas jornadas de unidade, de convívio e de confiança na realização do Congresso, que será, não só o 1.º Congresso da UJC mas também o Congresso da Juventude Trabalhadora do nosso país, da juventude que, com o seu trabalho, com a sua actividade e a sua luta, defende e consolida nas fábricas, nos campos, nos serviços, nas escolas, nas empresas, no Movimento Sindical, a Revolução Portuguesa iniciada em 25 de Abril de 1974.

RECRUTAR, RECRUTAR SEMPRE

Tal como nos afirmaram camaradas da Comissão Central da UJC, o vivo debate efectuado em torno do Projecto de Declaração, — traduzido nas imensas propostas de alteração apresentadas —, a eleição de delegados, que serão os representantes de todos os restantes militantes da organização, de todos os jovens progressistas das empresas, das escolas, das UCPs, dos bairros; e todas as outras actividades preparatórias, são, com efeito, uma imagem viva do ambiente que rodeia o 1.º Congresso da UJC, ambiente de intensa participação, de debate, de entusiasmo, de alegria, de confiança, de unidade!

Desde o início do passado mês de Março até agora — disse-nos o camarada José Pedro Soares, dirigente da UJC e membro do Comité Central do nosso Partido, — **realizaram-se cerca de 130 iniciativas relacionadas com a preparação do Congresso, em que participaram mais de 30 mil jovens. Desde a reunião da Comissão Central, que se efectuou em 2 e 3 de Fevereiro passado, até este momento já aderiram à nossa União mais de dois mil jovens. Desde o 2.º Encontro Nacional da UJC até agora foram recrutados mais de seis mil jovens, o que significa um crescimento na ordem dos 50 por cento.**

Num parágrafo inserido no 4.º capítulo do Projecto de Declaração e subordinado ao tema **É tarefa da UJC alargar e reforçar a organização**, salienta-se a dada altura:

O alargamento da organização da UJC tem sido em geral constante e regular. Os seus efectivos e a sua estrutura não correspondem porém às necessidades e possibilidades.

É necessário prosseguir regularmente o recrutamento de mais jovens trabalhadores. **Recrutar nas fábricas e empresas, nas UCPs, nas escolas, nas colectividades e outros locais de convívio da juventude. Recrutar nas vilas e aldeias, nas ruas e nos cafés, nas festas da juventude e nos convívios. Recrutar com audácia e espírito de iniciativa, rever métodos de recrutamento e as exigências que se fazem aos novos aderentes, desenvolver e estimular nas organizações e nos camaradas o espírito de quem é capaz de recrutar mais.**

É necessário alargar e aprofundar a organização **nas fábricas e nos campos, nas escolas e nas colectividades, em todos os locais de reunião e confraternização da juventude.**

É necessário melhorar a estruturação da organização, **tendo sempre presente, por um lado, cada situação concreta e, por outro, a necessidade de maleabilidade atenção pela maneira de pensar e de agir da juventude.**

E mais adiante:

É necessário intensificar decididamente o recrutamento de raparigas, **dando esforços prioritários às fábricas e empresas onde trabalha grande número, encontrando formas apropriadas para ultrapassar os obstáculos de ordem familiar e social que impedem a sua militância, chamando raparigas aos diversos organismos da UJC.**

É necessário abrir mais centros de trabalho da UJC, **que se tornem não só locais de reunião, como locais de convívio e confraternização da juventude.**

ATINGIDOS OS 18 MIL MEMBROS!

A meta programada para o Congresso já foi atingida: a UJC chegou aos 18 mil membros. Estes números, que assinalam uma grande vitória política e testemunham o bom trabalho de recrutamento desenvolvido por todas as organizações da UJC, representam bem a implantação da União da Juventude Comunista no seio da juventude trabalhadora, no seio das massas juvenis.

As acções de agitação, propaganda e informação para o Congresso revestiram-se na maioria dos casos de formas novas e originais. Os militantes e simpatizantes da UJC demonstraram uma vez mais a sua imaginação para tarefas relacionadas com a actividade de mobilização e divulgação. Através daquelas acções, chegou a todos os pontos do País a notícia, vibrantemente acolhida, da realização do 1.º Congresso da UJC.

O espírito de sacrifício e a militância revolucionária de centenas e centenas de jovens proporcionaram a colagem de milhares de cartazes, a venda maciça do "Juventude" e de folhas de informação, as subidas às árvores, aos muros, aos postes para colocar um pano mais alto, a pintura de dezenas e dezenas de murais, etc., etc. **O Congresso da UJC está também na rua!**

RUMO A LISBOA

Mas o espírito de iniciativa dos jovens militantes comunistas manifestou-se também através da realização de grandes iniciativas de massas, com entradas pagas. Objectivo: ajudar a cobrir as despesas das muitas dezenas de excursões organizadas em todos os distritos do País, que virão encher de vida e alegria as ruas de Lisboa nos dias do Congresso. Segundo nos informou o camarada César Roussado, dirigente da UJC, director do "Juventude" e também membro suplente do Comité Central do nosso Partido, **os camaradas do Norte alugaram um comboio, que partirá do Porto, estando previsto um desfile de St.ª Apolónia até ao Pavilhão dos Desportos. Desfraldando as nossas bandeiras vermelhas, cantando a revolução e entoando palavras de ordem, chegarão a Lisboa dezenas e dezenas de excursões, oriundas, nomeadamente de Portimão, Faro, Sines, Aljustrel, Pias, Odemira, Serpa, Baleizão, Ferreira do Alentejo, Vale Vargo, Montemor, Escoural, Foros, Vila Viçosa, Bengatel, Arraiolos, Estremoz, Mora, Vendas Novas, Alvalade, Grândola, Montijo, Setúbal, Seixal, Moita, Palmela, Alcochete, Barreiro, Almada, Sarilhos, Alter, Campo Maior, Elvas, Ponte de Sôr, Avis, Sousel, Torres Vedras, Alenquer, Mafra, Marinha Grande, Leiria, Torres Novas, Alpiarça, Coruche, Couço, Vieira de Leiria, Tomar, Entroncamento, Benavente, Salvaterra, Coimbra, Figueira da Foz, Castelo Branco, Covilhã, Ovar, Espinho, Aveiro e Viseu. Do Alentejo, virá também um comboio especial.**

750 DELEGADOS E 4500 CONVIDADOS

Estarão presentes no Congresso cerca de 750 delegados eleitos na proporção de um delegado por 30 militantes, e 4500 convidados, membros de associações democráticas portuguesa, de organizações políticas, individualidades ligadas aos meios desportivos, culturais e artísticos e representantes de delegações estrangeiras, que vão levar ao Congresso a mensagm da solidariedade e da amizade internacionalista dos Povos e das juventudes dos países socialistas, da europa capitalista, da América Latina, da África e da Ásia.

Entre as delegações estrangeiras que vão participar no Congresso contam-se, por exemplo, as da URSS (Komsomol Léninista), República Democrática Alemã (FDJ), República Popular da Hungria (HISZ), República Socialista da Checoslováquia (SSM), República Popular da Polónia (FSZMP), Guiné-Bissau (JAAC), RFA (SDAJ), França (MJCF) e Espanha (UJCE).

Estarão também representadas as organizações da juventude de Cuba, Bulgária, Roménia, Angola, Moçambique, S. Tomé e Jugoslávia.

Assistirá ao Congresso uma delegação da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), a mais representativa organização da juventude progressista internacional.

De salientar, também, a presença de uma delegação do Comité Central do PCP. O secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, intervirá na primeira sessão do Congresso, cuja ordem de trabalhos é a seguinte: **1.º — Aprovação do Regulamento e eleição dos órgãos do Congresso; 2.º — Apreciação do Balanço de Actividades, discussão e aprovação da Declaração; 3.º — Discussão e aprovação do documento "Ser Membro da UJC"; 4.º — Eleição da Comissão Central.**

É o seguinte o horário do Congresso:

No sábado: ***10 horas*** — 1.ª sessão; ***11 e 30*** — intervalo; ***12*** — 1.ª sessão (continuação); ***13*** — almoço; ***14 e 30*** — 2.ª sessão; ***16*** — intervalo; ***16 e 30*** — 2.ª sessão (continuação); ***18 e 30*** — intervalo; ***19*** — 2.ª sessão (continuação); ***21*** — encerramento do dia.

No domingo: *9 e 30* — 3.ª sessão; *11* — intervalo; ***11 e 20*** — 3.ª sessão (continuação); ***13 e 30*** — encerramento.

No sentido de proporcionar aos órgãos de informação as melhores condições possíveis de trabalho, foi instalada no Pavilhão dos Desportos uma bancada reservada aos jornalistas. No fim de cada uma das sessões, respectivamente 21 horas (sábado) e 13 e 30 (domingo), decorrerão encontros de membros da Comissão Central da UJC com representantes dos órgãos de Comunicação Social.

No domingo, à tarde, será promovido um grandioso convívio-festa, dentro e fora do Pavilhão, aberto a toda a juventude. Entre outras iniciativas, haverá uma sessão de Canto Livre e baile.

A primeira intervenção (abertura e saudação) será feita pelo camarada César Roussado e a última caberá ao camarada José Pedro Soares. Antes da intervenção do secretário-geral do nosso Partido, o camarada Horácio Rufino fará o discurso central do Congresso, no decorrer do qual será dada a palavra a militantes das organizações regionais, de sectores específicos, de fábricas, UCPs e a representantes das delegações estrangeiras. Estarão também no Congresso membros da UJC dos Açores e da Madeira.

UNIR E ORGANIZAR A JUVENTUDE TRABALHADORA

Tal como nos afirmou o camarada José Pedro Soares, ao realizar o seu 1.º Congresso a UJC **reafirma a sua confiança e apoio a todos os jovens trabalhadores que, nos seus locais de trabalho e em todas as circunstâncias, lutam pela unidade.** Citando os últimos parágrafos do Projecto de Declaração, salientou ainda:

Só a unidade das forças democráticas, a unidade da classe operária das massas trabalhadoras, da juventude, dos militares fiéis ao espírito do 25 de Abril, será capaz de, mais uma vez, impedir e derrotar o avanço da reacção, de conjurar o perigo fascista, de garantir a defesa dos interesses dos trabalhadores, da liberdade e da democracia. A UJC não poupará esforços para unir e organizar a juventude trabalhadora na luta pela satisfação das suas aspirações.

O 1.º Congresso da UJC, realizado no prosseguimento da luta tenaz e árdua da juventude trabalhadora, definindo a orientação da luta da juventude trabalhadora na actual situação, traçando tarefas imediatas, apresentando perspectivas, apela para todos os jovens trabalhadores para que se unam tomando nas suas mãos a bandeira da defesa dos interesses da juventude, das liberdades, das outras conquistas da Revolução, da democracia, da independência nacional e do socialismo.

A hora presente é de luta. A certeza da vitória dá-nos ânimo para lutar e vencer. Os ideais da juventude serão concretizados. Defenderemos as conquistas, as liberdades e os direitos da juventude. Construiremos um Portugal democrático, livre e independente a caminho do socialismo.

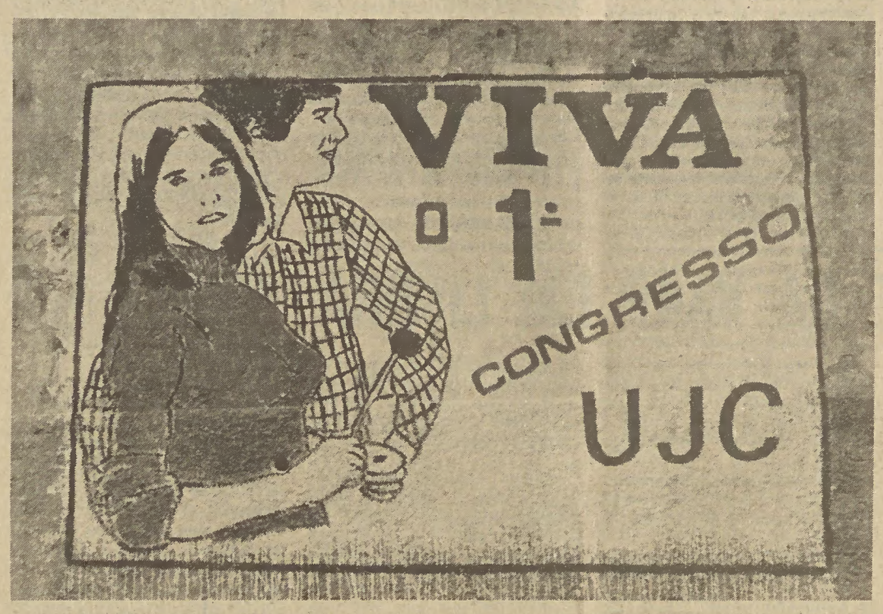
DOIS ANOS DE VIDA

Amplamente divulgado e conhecido entre os jovens, nomeadamente entre os jovens trabalhadores, o jornal "Juventude" — órgão central da União da Juventude Comunista — celebrou recentemente o seu segundo aniversário.

No decorrer deste espaço de tempo, o porta-voz da UJC cumpriu com dignidade e determinação a difícil tarefa a que se propôs no dia 9 de Abril de 1975, dia em que saía pela primeira vez à rua — informar das lutas dos jovens, gritar os seus grandes problemas, defender as suas aspirações, relatar as suas iniciativas (culturais, desportivas, recreativas, etc.), falar sobre cada um dos seus combates, nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos serviços, no movimento sindical e nas empresas, nos centros de cultura e recreio, nas organizações populares de base, levar a mensagem da luta, da unidade e da confiança revolucionária a cada jovem trabalhador, a cada militante, simpatizante e amigo da UJC, que por todo o país lutam pelo futuro, certos de vencer.

O "Juventude", lê-se num artigo publicado no número deste mês, "deseja ter o seu correspondente em cada organização regional e, se possível, distrital da nossa União; deseja que os militantes e organizações da juventude comunista enviem a tempo informações e fotografias sobre as actividades e lutas que se desenvolvem, enviem cartas com opiniões, críticas, relatos de acontecimentos e experiências; deseja que as nossas organizações e militantes criem brigadas de vendas, o colem nas paredes, o divulguem nos locais de maior concentração da juventude; deseja que as nossas organizações e militantes o paguem, que encarem esta tarefa com disciplina, pois custa muito dinheiro para ganhar corpo; por fim, deseja também que o seu colectivo melhore o seu trabalho e melhor se organize".

Além de trazer diversos artigos sobre o 1.º Congresso da UJC, nomeadamente sobre o trabalho de preparação e mobilização a nível nacional, o último "Juventude" publica ainda reportagens relacionadas com a actividade juvenil na consolidação da Reforma Agrária (de salientar uma entrevista com jovens rurais da UCP "6 de Agosto"), nas escolas (focando principalmente a luta dos trabalhadores-estudantes) e no Movimento Sindical (através das Comissões de Juventude).



UMA LUTA QUE VEM DE LONGE

O projecto de Declaração do Congresso — cujo prazo limite de entrega das propostas de alteração terminou ontem à meia-noite — está dividido em quatro capítulos específicos: **A juventude e o processo revolucionário; Os interesses, reivindicações e objectivos do movimento da juventude; Frentes de acção do movimento da juventude; e A UJC — vanguarda da juventude trabalhadora.** Referindo-se ao combate travado pelas massas juvenis durante a longa noite fascista, o primeiro capítulo do documento salienta:

Os jovens trabalhadores lutaram pela defesa dos seus interesses específicos, pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pelo direito de voto aos 18 anos, contra a opressão, contra a guerra colonial e o imperialismo.

Nos últimos anos do fascismo, a juventude teve activa participação nas grandes acções políticas da Oposição Democrática, na realização de comícios, sessões, encontros, reuniões, acções de propaganda e manifestações de rua, na campanha contra o desemprego nos períodos pré e pós-militar, na realização de numerosas e variadas iniciativas de convívio e confraternização. Milhares de jovens foram perseguidos, despedidos, presos, forçados a emigrar.

E mais adiante:

Até 1946, a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP). Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a grande organização unitária, MUD Juvenil. Mais tarde, as organizações de jovens do PCP. A partir de 1969, o Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) e, no plano estudantil, a partir de 1970, a União dos Estudantes Comunistas — a UEC. O MJT foi a força inspiradora de milhares de lutas dos jovens trabalhadores contra a exploração, pelos seus direitos próprios, contra a guerra colonial. A juventude comunista deu o seu contributo de energia, abnegação, heroísmo e sangue na luta do Povo português, que conduziu ao derrubamento da ditadura fascista e à conquista da liberdade.

Com o 25 de Abril — prossegue o documento —, o MJT surgiu à luz do dia como movimento organizado da juventude trabalhadora. Quando do seu Encontro Nacional em 26/5/74, com cerca de 5000 jovens, o MJT era já de facto a sua vanguarda. Mais tarde a criação da UJC, em 9 de Março de 1975, marcou um novo passo na organização e abriu um novo período na actividade dos jovens comunistas e da juventude trabalhadora portuguesa.

O documento final, contendo já as alterações apresentadas no decorrer das reuniões e assembleias preparatórias, será distribuído aos delegados antes do início do Congresso.

«UM POUCO DO QUE FIZEMOS»

«Na defesa dos interesses de classe da juventude trabalhadora, somos a alavanca impulsionadora de:

- **dezenas de «Comissões de Juventude» nas empresas e nos sindicatos;**
- **diversos encontros de jovens, por sectores profissionais;**
- **encontros Regionais da Juventude Trabalhadora, que mobilizaram milhares de jovens.**

No campo desportivo e da cultura organizámos centenas e centenas de pequenas e médias iniciativas: torneios desportivos, filmes, teatro, colóquios, exposições, bailes, convívios e excursões.

Mas as grandes iniciativas foram os cerca de 50 Festivais Amadores de Canto Livre (mais de 45 mil pessoas) e os Festivais da Primavera (100 mil pessoas)».

MAIS DE TREZENTOS PIONEIROS DURANTE TRÊS DIAS NUMA COOPERATIVA

Os Pioneiros do nosso Partido realizaram, nos passados dias 8, 9 e 10 um acampamento distrital na Cooperativa Agrícola 1.º de Maio, em Gâmbia, no concelho de Setúbal e que teve a presença de mais de trezentos Pioneiros de vários concelhos. Estes, com a meia centena de monitores deram, durante estes dias, mais alegria à já bastante alegre vida das nossas cooperativas.

Um programa bastante vasto, esperava os miúdos que tiveram oportunidade de visitar todos os pontos da cooperativa, onde não faltaram os lanches debaixo dos pinheiros e o plantar feijões, para o que as cinquenta enxadas existentes não davam para as "encomendas", pelo que tiveram que se dividir em grupos que se ocuparam de trabalhos em barro e da pintura de murais.

Espectáculos para ocupação dos tempos livres foram vários, sendo os motivos, normalmente de teor regional e interpretados pelos próprios Pioneiros, tal como aconteceu no espectáculo dedicado ao camarada Álvaro Cunhal, que no sábado, segundo dia do acampamento, visitou a cooperativa, onde teve oportunidade de falar com a miudagem e de visitar as suas tendas e as várias exposições por eles elaboradas.

O tempo ajudou, e as refeições foram tomadas em modo de piquenique, aguardando cada um, em bicha, a sua vez de ser atendido. Nesta bicha tivemos oportunidade de ver o nosso camarada Álvaro Cunhal aguardando também a sua vez, aproveitando o tempo para conversar com os Pioneiros, seus companheiros de espera.

O camarada Álvaro Cunhal, que chegou à cooperativa por volta das onze horas visitou depois as terras que haviam sido semeadas pelos Pioneiros e mais tarde esteve reunido com trabalhadores da cooperativa, com quem trocou algumas impressões. A meio da tarde o camarada Álvaro Cunhal dirigiu algumas palavras aos Pioneiros e recebeu destes várias lembranças, deixando a cooperativa perto das 16 horas.

Para animação geral do acampamento não faltou a música revolucionária, difundida duma cabina de som que tinha como operador um pioneiro.

Alegria e boa disposição foram notas dominantes. Ao fundo da foto, entre um grupo de jovens, o camarada Álvaro Cunhal, durante a visita que fez ao acampamento

A URAP e as comemorações do dia 25

HOMENAGEAR OS CAPITÃES DE ABRIL E OS RESISTENTES ANTIFASCISTAS

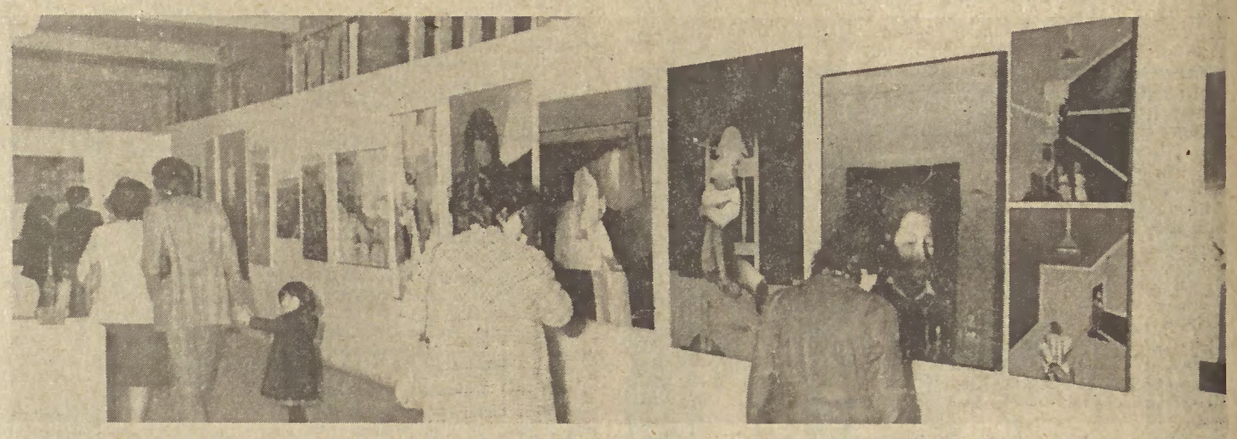
Homenageando os Capitães de Abril e rendendo preito aos resistentes antifascistas, a comemoração da data gloriosa de 25 de Abril deverá assumir um carácter popular festivo. As dificuldades presentes não nos devem levar a esquecer a imensa distância percorrida nestes três anos de liberdade — salienta-se, a determinado passo, num comunicado da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), a propósito da próxima celebração do terceiro aniversário do 25 de Abril.

O referido comunicado, depois de recordar a resistência aos 48 anos de ditadura fascista e o glorioso Movimento dos Capitães que a derrubou, afirma:

Em nome dessa resistência que nunca desfaleceu ao longo dos 48 anos de opressão e terror policial, os membros da URAP dirigem um veemente apelo a todos os portugueses antifascistas e patriotas para se associarem às comemorações da data gloriosa da libertação nacional.

Cabe aos resistentes antifascistas — prossegue o documento da URAP — **um papel de relevo na promoção da participação popular nas comemorações do 25 de Abril. Cabe aos resistentes antifascistas, como representantes de um longo passado de luta, ultrapassar divergências e separações, convertendo, pelo seu exemplo e com este apelo, a jornada de 25 de Abril numa manifestação popular e patriótica de homenagem aos militares revolucionários de 25 de Abril de 1974 e de preito a todos os que caíram no combate à ditadura fascista.**

E o comunicado acrescenta: **Vítimas que fomos da repressão fascista, combatentes que fomos contra o regime reaccionário e opressor, temos o dever de chamar o povo, os democratas, os antifascistas e patriotas, a uma jornada de afirmação da vontade política de construir a Democracia, de abrir caminho para o Socialismo, de defender a Constituição da República.**



A exposição de artes plásticas, na qual se destacava a colecção das obras de Ribeiro de Pavia, constituiu um dos maiores atractivos do Mercado

A MAIORIA DE DIREITA MOSTRA A VERDADEIRA FACE DA SUA «DEMOCRACIA»

As forças de direita gostam muito de falar na liberdade democrática, no "pluralismo", no diálogo "aberto e franco". Arvoram-se mesmo, quando muito bem calha (quando lhe convém) em intransigentes paladinos dos direitos humanos, em acérrimos defensores dos interesses populares. Principalmente quando se trata de criticar os países socialistas ou de conquistar votos nas campanhas eleitorais.

As palavras (tão fáceis de dizer) chegam a ser bonitas, a soar bem. Chegam mesmo a enganar muita gente. Mas a prática, essa "terrível" realidade do dia-a-dia, desmascara constantemente as mais belas promessas. Não há demagogia que lhe resista.

Como aconteceu muito recentemente na Assembleia Municipal de Aveiro onde o CDS e o PSD imperam pela maioria. Não é que tão acérrimos defensores da democracia (o CDS e o PSD) impediram com o seu voto que os cidadãos daquela cidade exerçam o seu legítimo direito de participar na sua própria Assembleia?

A proposta que propunha a participação activa da população foi apresentada pela FEPU e apoiada pelos representantes do PS. O CDS e o PSD votaram contra (malgrado toda a sua democracia); sete elementos destes dois partidos abstiveram-se. Vergonha?

SIMULACRO DE RELATÓRIO

Por proposta dos militantes da FEPU a Assembleia Municipal de Vinhais aprovou (23 votos a favor, 3 contra e 6 abstenções) uma moção de censura à Câmara Municipal pela forma como esta apresentou o Relatório e Contas de gestão de 1976.

Com efeito, não só o simulacro de relatório apresentado à Assembleia impedia qualquer exame crítico conscienciosо, como também a Câmara não tomou quaisquer medidas para que o chefe da secretaria participasse na reunião a fim de prestar os esclarecimentos que a Assembleia necessitasse e esclarecesse dúvidas. Dúvidas que existem (e que provocaram animada polémica) nomeadamente no que se refere às verbas das despesas.

Aprovada a moção de censura, foi deliberado oficiar à Câmara Municipal para que providencie no sentido de enviar o chefe da Secretaria à próxima reunião da Assembleia Municipal de Vinhais, que se realizará no próximo dia 2 de Maio, e que continuará a discutir um Relatório e Contas devidamente elaborado.

ASSEMBLEIA POPULAR DE ALMADA CONTRA RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Considerando que os pides continuam a ser postos em liberdade; que prosseguem os desumanos despejos; que as Unidades e Cooperativas Agrícolas estão a ser gravemente prejudicadas em favor dos latifundiários; que enquanto os trabalhadores são ignorados os capitalistas estão a receber apoio; que a reacção continua, impunemente, com a sua acção terrorista; que a orientação do desenvolvimento económico praticada pelo Governo contribui para a escalada da alta do custo de vida, a Assembleia Popular do Concelho de Almada aprovou por unanimidade, na sua última reunião, uma moção apresentada pela Comissão de Moradores de Cacilhas em que **se repudia as decisões "suspeitas" dos tribunais, a complacência perante medidas inconstitucionais e anti-socialistas e a "aberração" do não alinhamento com a autêntica esquerda política, cuja responsabilidade pertence ao Governo, responsável por todas as consequências delas inerentes.**

Durante a Assembleia foram ainda aprovadas moções contra as medidas do Governo e contra a orientação da RDP e RTP que vêm apresentando programas anticulturais e antinacionais.

O plenário decidiu também enviar um voto de pesar aos representants romenos no nosso país pelo recente sismo que enlutou aquele digno povo socialista.

INTERCÂMBIO LUSO-SOVIÉTICO NO DOMÍNIO DO TURISMO JUVENIL

Depois de ter assinado em Lisboa, com o Turismo Estudantil, protocolos de cooperação para 1977 e 1978, regressou a Moscovo uma delegação do Bureau de Turismo Juvenil Internacional da URSS – Sputnik. O objectivo fundamental do intercâmbio entre as duas organizações é contribuir para o fortalecimento da amizade entre os povos e as juventudes da União Soviética e de Portugal.

Um dos aspectos mais salientes dos protocolos de cooperação agora firmados é que o intercâmbio básico promovido entre a «Sputnik» e o Turismo Estudantil não implica saída de divisas pois o custo das estadias dos visitantes é pago nos respectivos países. Contudo, nestes protocolos – altamente favoráveis para o TE e para o nosso país – ficou estabelecido que a partir de 1978 a «Sputnik» enviará a Portugal grupos-extra, já com entrada de divisas.

De referir ainda que o intercâmbio turístico juvenil entre Portugal e a URSS tem vindo a aumentar gradualmente depois do 25 de Abril, estando prevista, no decorrer deste ano, a presença entre nós de grupos de jovens artistas soviéticos que se propõem dar espectáculos de teatro e folclore em diversas localidades do nosso país.

COLÓQUIO EM CAMPO DE OURIQUE

Promovido pela Comissão Unitária da Juventude de Campo de Ourique, decorreu na passada semana, na sede local da base do MDP/CDE, um colóquio sobre a Juventude Soviética orientado pelo adido cultura da embaixada da URSS em Lisboa, camarada Valery Propopenko. O colóquio, que foi antecedido da exibição de dois documentários sobre o tema em debate, contou com a presença interessada de mais de duas centenas de pessoas.

Após uma breve introdução sobre o papel da juventude na edificação do Estado soviético, iniciou-se um período, muito animado, de perguntas e respostas, no decorrer do qual o camarada Propopenko esclareceu várias questões relacionadas com a actividade e com a vida dos jovens na URSS.

A próxima iniciativa da Comissão Unitária da Juventude de Campo de Ourique, que também se efectuará na sede local do MDP, será subordinada ao tema «O Desporto na URSS».

PRESIDENTE DA VAAP EM LISBOA

A visita que representantes da Agência da URSS para os Direitos de Autor (VAAP) realizaram ao nosso país coincidiu com a abertura do Mercado Popular do Livro e Disco. Pronunciando-se a respeito desta iniciativa, Boris Pankine, presidente da VAAP, salientou-nos que os organizadores do Mercado Popular do Livro e do Disco, as editoras e os intelectuais portugueses fizeram muito para mostrar o papel do livro e do disco na vida social contemporânea, na afirmação dos elevados ideais do humanismo: a Paz e o Progresso. A intenção principal desta iniciativa, considerou, reflecte sem dúvida as crescentes aspirações do povo português e encarna o espírito da Acta Final da Conferência de Cooperação e Segurança Europeias no campo da cultura, que inclui a realização de exposições e feiras do livro.

Referindo-se depois à actividade da VAAP, o camarada Boris Pankine afirmou que a sua criação, após a adesão da União Soviética à Convenção Universal dos Direitos de Autor é testemunho evidente das intenções do Partido Comunista e do Governo soviético de ampliar a colaboração com todos os países no campo da troca dos valores espirituais.

Recordando que no Portugal fascista a literatura soviética era boicotada na tentativa de a isolar e de impedir o seu conhecimento pelo nosso povo, o presidente da VAAP afirmou que as transformações realizadas em Portugal depois do 25 de Abril de 1974 levaram a uma notável reanimação da colaboração cultural entre os dois países e também no campo da actividade editorial. Entre as editoras portuguesas e soviéticas foram assinadas, durante os últimos três anos, 168 contratos de cedência e compra de direitos de autor.

Em Setembro deste ano realizar-se-á em Moscovo a I Feira Internacional do Livro que decorrerá sob o mesmo lema que presidiu ao nosso Mercado do Livro e do Disco – «O Livro ao Serviço da Paz e do Progresso». As feiras e os mercados desta natureza, considerou Boris Pankine, **criam novas possibilidades favoráveis para uma ampla troca de valores culturais, para o estabelecimento futuro do desenvolvimento das relações entre as editoras, distribuidoras, as organizações de direitos de autor e literárias, entre os povos e os países. Para viver em paz e amizade é preciso um melhor conhecimento mútuo.**

Durante a sua permanência no nosso país, o camarada Boris Pankine visitou as instalações da Editorial «Avante!», onde teve oportunidade de contactar com os que aqui trabalham, dentro do espírito de amizade e solidariedade que ligam os comunistas portugueses e soviéticos.

CIENTISTAS PORTUGUESES NA CHECOSLOVÁQUIA

No âmbito das relações de amizade e cooperação existentes entre o nosso Partido e o Partido Comunista da Checoslováquia, uma delegação de cientistas portugueses esteve naquele país socialista durante a primeira semana deste mês. No decorrer da sua estadia, os cientistas portugueses visitaram em Praga, capital da República Socialista da Checoslováquia, e em Bratislava departamentos oficiais e instituições científicas, tendo participado em vários encontros e reuniões de trabalho, que proporcionaram uma útil troca de opiniões e experiências nos domínios da cultura e da ciência.

Em Praga, a delegação portuguesa avistou-se com o Presidente da Academia Checoslovaca das Ciências, camarada J. Kozesnik, e visitou o Instituto de Física Nuclear, o Instituto de Meteorologia, o Observatório Astronómico e o Centro de Documentação. Ainda na mesma cidade, os visitantes portugueses foram recebidos no Comité Central do PC da Checoslováquia, no Presidium da Academia Checoslovaca das Ciências e no Ministério da Educação da República Socialista Checa.

Durante a sua estadia em Bratislava, a delegação visitante encontrou-se com o Secretário do CC do PC Eslovaco, com o Ministro da Educação da República Socialista Eslovaca e com o Presidente da Academia Eslovaca das Ciências. Teve também oportunidade de visitar os Institutos de Geofísica, de Física de Partículas e de Oncologia.

De salientar que os elementos da delegação portuguesa estiveram presentes em numerosos encontros com especialistas, tendo tido oportunidade de conhecer o elevado grau de desenvolvimento da cultura, da ciência e da investigação na República Socialista da Checoslováquia.

Mercado do Livro e do Disco

UMA INICIATIVA A CONTINUAR

"É costume dizer-se que o grande público não é conquistado para as realizações de carácter cultural, nomeadamente quando se realizam praticamente fora de Lisboa e se torna necessário utilizar os transportes colectivos para a deslocação. Mas o Mercado do Livro e do Disco, que decorreu nas instalações da FIL, é a prova em contrário, como o atesta a grande afluência verificada e que ultrapassou mais de 8000 por dia".

Com estas palavras, Vítor Branco, administrador da CDL, começou por fazer o balanço da iniciativa levada a cabo pela CDL e que durante uma semana atraiu ao Mercado do Livro e do Disco perto de 60 000 pessoas.

Durante o certame — realização de carácter unitário subordinada ao tema "O Livro e o Disco na Luta pela Paz e pelo Progresso" — foram vendidos cerca de 40 000 livros e 15 000 discos, para além de diversas gravuras e quadros que estavam expostos, exposição esta de artes plásticas considerada como das melhores feitas ultimamente em Portugal. Mas o importante não era apenas vender.

"Esta manifestação cultural — acrescenta Vítor Branco — permitiu uma ligação dos autores e dos artistas com o público e em todas as iniciativas que decorreram na FIL procurou-se estabelecer uma ligação com a literatura e a música. Foi o que sucedeu com os filmes projectados que se baseavam em grandes obras literárias, os debates públicos, etc."

Foram quatro os auditórios que, quase ininterruptamente, funcionaram durante todo o Mercado. E se o auditório destinado à música e ao teatro registou uma audiência inesgotável, nem por isso os outros três deixaram de ter também o seu público e um interesse sempre renovado. Assim sucedeu com a sala de cinema, com o auditório destinado aos debates com o público e com o auditório infantil — neste último não deixou de ser comemorado o Dia Internacional da Criança, com ofertas de livros aos mais pequenos.

Mas na nave central, onde estavam localizados os principais "stands" das livrarias e das discotecas, as pessoas debruçavam-se sobre os livros, folheavam-nos, ouviam os discos.

A exposição de artes plásticas registou igualmente uma atenção especial por parte do público. Presentes cerca de 53 artistas portugueses, com quadros, gravuras e esculturas. Uma recolha das obras de Ribeiro de Pavia — a maior feita até hoje — fora projectada de molde a ser apresentada noutras terras do país, nomeadamente na província, estando prevista para breve uma exposição em Estremoz. Estava também presente uma exposição do cartaz político, elaborada por um artista alemão, com base numa montagem de fotografias.

Os debates públicos — contacto directo entre os leitores e os autores — registaram uma animada participação. E o mesmo se passou na "noite de poesia" que na última noite do Mercado do Livro e do Disco ocupou o grande auditório.

Constituindo um êxito sem precedentes, na iniciativa agora levada a cabo foram lançadas mais de 50 novidades — livros e discos — a maior parte das quais da autoria de portugueses.

Revelando a importância do acontecimento basta a própria informação, de princípio alheia ao acontecimento, não pode deixar de se lhe referir com destaque devido ao relevo que a iniciativa registou. Mas agora, conhecendo os resultados obtidos torna-se imperioso pensar nas realizações futuras. E a isso mesmo se referiu Vítor Branco ao terminar:

"Temos esperanças de que a direcção da FIL — tendo em conta que são as únicas instalações em Portugal onde se pode realizar uma iniciativa de tal volume — não deixará de considerar o aspecto da sua continuidade. E no próximo ano pensamos numa maior participação internacional e também na intensificação da divulgação dos autores portugueses no estrangeiro".

O camarada Álvaro Cunhal (na foto, ladeado por Vítor Branco e Francisco Melo, da administração da CDL e da Editorial Avante!) visitou o Mercado, acompanhado pelo camarada Joaquim Gomes

Espectáculos, colóquios, sessões de teatro e cinema e outras iniciativas completaram quotidianamente esta grande jornada cultural. Na foto, Mário Murteira, Eugénio Rosa e Sérgio Ribeiro durante um debate sobre problemas económicos

«SEMANA DA RDA» COMEÇA EM COIMBRA

Diversas iniciativas de carácter cultural, artístico, didáctico e desportivo, constituem o programa de actividades para a «Semana da RDA», que terá início em Coimbra no próximo domingo, prolongando-se até dia 23.

Embora a realização das jornadas fique centralizada em Coimbra, outras manifestações relacionadas com a «Semana da RDA» estão, no entanto, programadas para diversas localidades, nomeadamente Lisboa, Almada, Cova da Piedade, Torres Vedras, Porto, Aveiro e Caldas da Rainha.

A sessão inaugural contará com a participação do vice-presidente do Conselho de Estado da República Democrática Alemã e presidente da Liga para a Amizade com os Povos daquele país, camarada Gerald Gotting; do Burgomestre de Halle (cidade gémea de Coimbra); e de outras altas individualidades da RDA, além de membros da Associação e de outras personalidades ligadas aos meios políticos e sociais do nosso país.

Durante a «Semana da RDA» estarão em Portugal o Grupo de Teatro Juvenil de Halle, o agrupamento de música popular de Barbara Kellerbauer, o Quarteto de Música de Câmara de Fred Teschler e dois campeões olímpicos de natação. Também participam nas jornadas personalidades de ambos os países ligadas aos sectores de economia política.

Além de várias exposições, serão promovidas conferências e debates sobre temas importantes e actuais que vão desde a **Política Sindical e Municipal,** a problemas de **Juventude, Educação, Agricultura, Protecção do Ambiente,** etc.

Está ainda prevista a participação de organismos académicos portugueses, como o TEUC, Orfeão Académico de Coimbra, Coro Misto da Universidade, GEFAC e o Centro de Estudos Cinematográficos.

A «Semana da RDA» será, estamos certos, uma grandiosa jornada de cooperação, intercâmbio e amizade internacionalista, que irá contribuir para uma maior aproximação entre os povos de Portugal e da República Democrática Alemã e para um conhecimento mais objectivo da realidade socialista.

VIAGENS À RDA

A Associação Portugal-RDA, em colaboração com o Reiseburo de Berlim e uma agência portuguesa de viagens, organizou para os próximos meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro excursões de onze dias àquele país socialista. Os interessados devem contactar a Associação, na Praça José Fontana, 17-4.º, entre as 15 e as 19 horas.

«SEMANA DO CINEMA SOCIALISTA»

As Associações Portugal-Bulgária, Portugal-Cuba, Portugal-Checoslováquia, Portugal-RDA e Portugal-URSS levam a efeito de 6 a 10 do próximo mês de Maio, na sala do Universal, em Lisboa, a **«Semana do Cinema Socialista»,** «dedicada ao dia da vitória sobre o nazi-fascismo».

As sessões (às 15, 18 e 21 horas) serão seguidas de debate.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Telf. 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 — 769705

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725-769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769744-769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel.: 769705
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel.: 28938
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel.: 29838
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra. Tel.: 28394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel.: 24564
Centro Distribuidor de Setúbal: Livraria 1.º de Maio — Praceta Portugal — Baixa da Banheira. Tel. 2040653
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 — Évora. Tel. 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel. 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa. Tel. 40605-41787

Publicidade
R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1 — 40605-41787

Casa da Venda em Lisboa: «Capital» — Rua do Norte — Bairro Alto
Composto e Impresso na **Heska Portuguesa** — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Março — 82 980

ASSEMBLEIAS DO PARTIDO EM TODO O PAÍS

A preparação, a realização e os resultados das dezenas de assembleias de célula e de organizações de sector, de classe profissional, de zona, locais, de freguesia, concelhias, distritais e regionais, têm constituído e constituirão um importante factor para a consolidação da organização, o fortalecimento da unidade e o aprofundamento da democracia interna do Partido

Concelho da Moita

A IMPORTÂNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO DAS CÉLULAS DE BAIRRO E DE RUA

No cine-teatro, em Alhos Vedros, realizou-se no passado dia 2, com a presença do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, e dos camaradas da Direcção da Organização Regional de Setúbal, José Teodósio, suplente do CC e Luísa Araújo, a Assembleia da Organização Concelhia da Moita. Presentes nesta assembleia estavam os 234 delegados eleitos nos seus organismos, a Comissão Concelhia cessante e cerca de duzentos convidados.

Começando por saudar os delegados e convidados presentes e todos os comunistas do Concelho da Moita, o camarada Jaime Serra referiu-se à importância e ao profundo significado político que têm estas assembleias — demonstram a aplicação concreta dos princípios do centralismo democrático pelo que o nosso Partido sempre se bateu.

Sendo o 2 de Abril o dia do 1.º aniversário da Constituição, referiu-se o camarada Jaime Serra ao movimento operário e de massas que levou à aprovação da Constituição, apesar de forças reaccionárias terem, desde o início, combatido a consignação das conquistas mais importantes do processo revolucionário em Portugal.

O camarada Eduardo Santos, que leu o relatório sobre Organização, deu-nos conta das características do concelho que levam a certas particularidades da organização como o facto de não haver grandes empresas, sendo a Moita um concelho onde residem muitos operários que trabalham noutros locais como Lisnave, Setenave, e principalmente CUF. Assim, tem muita importância a organização de células de bairro e de rua que enquadrem estes camaradas. É elevado o número de reformados que estão neste momento a fazer um bom trabalho unitário e que têm capacidade para melhorá-lo.

Referiu ainda o relatório os atrasos no trabalho das células da maior parte das empresas, onde a influência do Partido é grande.

O sector onde a implantação do Partido é maior, é o da Construção Civil. Dezoito por cento dos membros da Comissão Concelhia pertence a este ramo de actividade.

De salientar que esta organização concelhia tem um dos maiores índices de membros filiados no Partido, 23,7 por cento, o que está muito acima da média nacional. No entanto, estes não conseguiram dinamizar as mulheres do concelho em geral, com excepção para a freguesia de Alhos-Vedros em que o MDM já atingiu um certo desenvolvimento.

Às organizações juvenis, UEC e UJC, cabe a difícil tarefa de combater o esquerdismo, assim como o combate à corrupção da juventude. O camarada **José António,** falando em nome da juventude comunista, notou que se *"estão a estudar formas de fazer uma campanha contra a droga que é um dos principais problemas que afecta a juventude do nosso concelho, campanha esta através de filmes, colóquios e livros". – "A estas organizações* – acentua o camarada Eduardo Santos, ao ler o relatório da Organização – *é necessário que o Partido dê uma maior ajuda, para que elas estejam em condições de influenciar a juventude estudantil e trabalhadora."*

Os pioneiros, 105 inscritos divididos por 3 núcleos, são uma organização nascente que, apesar de algumas dificuldades, tem condições para se desenvolver e avançar. Presentes na Assembleia alguns dos seus membros, enviaram uma saudação à Assembleia e ofereceram um ramo de flores à Mesa, tendo havido nessa altura uma forte ovação por parte de todos os camaradas presentes.

Também a camarada Antónia Jorge, em nome da célula da Socorquex, ofereceu uma lembrança ao Comité Central, representado pelo camarada Jaime Serra.

Foram muitas as moções e saudações lidas no decorrer da Assembleia, sendo de destacar uma moção da célula dos trabalhadores da Câmara da Moita para que a Assembleia manifestasse o seu apoio ao camarada Presidente e o seu repúdio pelas manobras esquerdistas de manipulação da população em torno do problema dos contadores da luz; uma outra, dos delegados presentes, a repudiar os ataques feitos pelo CDS, numa clara manobra que visa negar a Constituição da República como lei fundamental do país e a exigir que a Constituição seja por todos cumprida e que todos aqueles que contra ela atentem sejam devidamente punidos. Uma outra moção, tal como todas as outras aprovada por unanimidade, foi da autoria da mesa e manifestava a sua solidariedade para com os trabalhadores da Empresa Auto-Reconstrutora do Barreiro, repudiando a manobra de recuperação capitalista aí posta em prática pelo actual governo PS.

De entre todas as saudações enviadas à Mesa, é de destacar a saudação da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Concelho da Moita, cujos representantes não puderam assistir até ao final, para irem participar numa reunião com os trabalhadores agricultores da região de Pegões.

A actual Comissão Concelhia da Moita, proposta pela comissão cessante e eleita por unanimidade nesta Assembleia, é constituída por 17 camaradas, sendo a maioria operários industriais (52,94%), a média de idades 36 anos, e a percentagem de mulheres 23,5%.

Colectividades de Almada

RESPEITAR E FAZER RESPEITAR O CARÁCTER UNITÁRIO

Realizou-se em Almada a 1.ª Assembleia da célula das Colectividades para realização do balanço do trabalho efectuado e eleição de **um Organismo de Direcção das Colectividades que tenha em conta a rica experiência adquirida ao longo destes anos e ao mesmo tempo seja refrescado com quadros mais jovens que sejam capazes de dinamizar, aprofundar e alargar o trabalho realizado.**

Numa saudação enviada à Assembleia, o Secretariado cessante da célula das Colectividades manifestou a sua alegria pela realização da mesma, afirmando que **como representantes do povo trabalhador que defendemos e inseridos no concelho de maior população associativa do nosso País, temos plena consciência da responsabilidade que nos cabe como comunistas e dirigentes e do alto grau de exemplo em que somos tomados pelas massas laboriosas que traduzem a esmagadora percentagem de associados das colectividades de carácter popular.**

Na mesma saudação salientava-se ainda que aos militantes comunistas activistas das colectividades incumbe, para além de irrepreensível comportamento, um sempre presente espírito de compreensão, tolerância, solidariedade colectiva, cooperação e militância e ainda o cultivo prático de disciplina dos princípios do nosso Partido, "defesa intransigente das classes mais desfavorecidas" bem como a sua promoção sociocultural.

No relatório apresentado pelo secretariado cessante, recorda-se o que foi, nos seus diversos aspectos, a resistência antifascista até ao 25 de Abril, quer nas cooperativas de consumo quer nas associações recreativas. A segunda parte do relatório diz respeito às diversas actividades desenvolvidas, após o derrube do fascismo, nas 78 colectividades do concelho (3 cooperativas de consumo; 13 sociedades ou clubes recreativos; 62 clubes desportivos ou de actividade desportiva).

O saldo do trabalho dos comunistas nas colectividades foi considerado como francamente positivo, destacando-se as iniciativas para crianças, cinema, cursos de alfabetização e de animadores culturais, colóquios, boletins, jornadas culturais, etc..

Contudo, o relatório sublinha também que alguns camaradas, por estarem sobrecarregados com outras tarefas ou por descurarem e subestimarem a importância do seu trabalho nas colectividades; prestam um mau serviço à colectividade e ao Partido, pois toda a gente tem os olhos postos nos comunistas.

O dever de respeitar e de fazer respeitar o carácter unitário, que é inseparável das colectividades populares, não deixou também de ser referido.

A Assembleia concluíu ainda da necessidade dos representantes dos órgãos da administração pública e das autarquias locais se esforçarem por estudar e concretizar planos a longo, médio e curto prazo destinados ao desenvolvimento da vida cultural das várias localidades, tornando a cultura e a arte, cada vez mais, uma parte natural do ambiente quotidiano humano. **E isto,** salientou-se, **passa pela criação de um centro cultural.**

No decorrer da Assembleia foram aprovadas diversas moções entre as quais uma de apoio à Reforma Agrária e outra saudando o 1.º aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa.

Foram ainda lidas, entre outras, saudações da DORS, da 2.ª zona de Lisboa, Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, Arsenal do Alfeite, e Lisnave.

A encerrar a sessão interveio o camarada José Inácio que, a dado passo, afirmou: **Esta Assembleia de organização mostrou-nos o trabalho dos comunistas nas colectividades, mas mostrou-nos também que a organização do Partido não tem podido dar às colectividades toda a atenção que elas merecem. É verdade que a tarefa principal é a luta nas fábricas, nas oficinas e nos campos. Todavia, parece-nos que todas essas lutas não atingirão a sua plenitude se não forem completadas pela luta nas colectividades, pela cultura e pelo desporto.**

FREGUESIA DE ALMADA

Os comunistas da Freguesia de Almada reuniram-se pela primeira vez em Assembleia. Foi dia de festa no Centro de Trabalho Alberto Araújo, naquela cidade da outra margem do Tejo, o dia 3 de Abril.

Todas as decisões da Assembleia viriam a ser aprovadas por unanimidade e aclamadas, no decorrer dos trabalhos, cuja ordem foi a seguinte:

Depois de uma introdução em que foram saudados os participantes nos trabalhos, passou a ouvir-se a leitura do relatório da Comissão de Centro, e vários outros relatórios — o do organismo das Comissões de Moradores, o da Informação e Propaganda, o dos Pioneiros. Todos eles foram sujeitos à discussão da Assembleia.

Na parte da tarde foi apresentada a proposta da nova Comissão de Freguesia. Discutida a proposta, esta foi eleita pelos delegados. Depois de eleito o executivo, os camaradas foram então apresentados a todos, delegados e convidados.

Depois de se perspectivar o trabalho para a Freguesia e de ilda uma saudação dos Pioneiros, foi encerrada a Assembleia. Seguiu-se um convívio, tendo sido projectado um filme.

Sepsa (Porto)

INFLUÊNCIA E PRESTÍGIO

A Assembleia da Célula da Sepsa do nosso Partido, constituiu uma grande demonstração de unidade e confiança entre os nossos camaradas daquela grande empresa metalúrgica do Porto. A grande participação e o amplo debate surgido em torno do objectivo fundamental da sua Assembleia — a eleição do novo Secretariado da Célula — permitiram que, ao dar cumprimento à resolução do VIII Congresso, dessem um importante exemplo da democracia interna que caracteriza a cada momento a vida do nosso Partido.

A propósito, também o camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do Comité Central, frisaria:

"Esta Assembleia insere-se num conjunto de reuniões de militantes do Partido que assumem um significado histórico: cumprindo as resoluções do VIII Congresso as organizações do Partido procedem à eleição sistemática de todos os seus organismos, após a apresentação dos relatórios de actividade. De modo sistemático e completo, é a primeira vez, creio, que isso se verifica no nosso Partido.

Quatro horas de intenso trabalho

Iniciada às 9 e 30, a Assembleia viria a prolongar os seus trabalhos durante mais de quatro horas.

A organização do nosso Partido dentro da Sepsa, as diversas experiências tentadas no sentido de conciliar o trabalho em turnos e ainda o facto de muitos trabalhadores se encontrarem frequentemente a trabalhar no exterior, com a dinâmica desejável para o funcionamento da Célula, seria o tema para uma longa intervenção do camarada Barbedo.

Por outro lado, as tarefas de informação e propaganda dentro da célula e da empresa, o trabalho de divulgação dos materiais do Partido seriam aprofundados pelo camarada Pacheco.

Por outro lado sobre questões igualmente fundamentais para o trabalho dos comunistas dentro da Sepsa, como seja o controlo operário e actividade sindical, debruçar-se-iam, respectivamente, os camaradas Rodrigo e Felgueiras.

Esta primeira parte dos trabalhos seria igualmente acompanhada por diversos camaradas de outras organizações do nosso Partido. Através de diversas saudações enviadas à mesa que conduziu a Assembleia, um outro aspecto seria salientado: o facto de esta ser a primeira reunião realizada a nível da Organização Regional do Norte do nosso Partido para efeitos de eleição do novo secretariado.

Presente ainda uma representação da Direcção da Organização Regional do Norte, constituída pelos camaradas Armando Nogueira, Avelino Gonçalves e Edgar Maciel.

Os comunistas e a situação política

Na sua intervenção a finalizar esta primeira parte dos trabalhos, e depois de saudar em nome do Comité Central a Assembleia, o camarada Ângelo Veloso esboçou alguns traços que caracterizam a actual situação política.

Perante esta realidade política, definiu seguidamente qual o papel que cabe aos comunistas:

"Aos comunistas seria fácil a demagogia. A gravidade dos problemas e a disposição de luta dos trabalhadores propiciam um terreno fértil para a agitação irresponsável.

"Mas os comunistas portugueses recusam hoje, como recusaram sempre, as posições aventureiras e demagógicas. Porque recusam o oportunismo de esquerda e de direita. A actual situação não pode ser por nós vista desligada dos problemas do poder político."

"Os comunistas recusam a ser a muleta duma política antipopular e antioperária. Mas os comunistas não podem actuar de modo a que ao Governo PS suceda um Governo declaradamente de direita", disse o camarada Ângelo Veloso mais adiante, recordando as palavras de Álvaro Cunhal.

"A democracia — frisou — defende-se com os trabalhadores e não cedendo à direita, aos monopolistas e aos imperialistas e latifundiários".

Linhas de acção do secretariado eleito

Depois dum curto intervalo em que abandonaram a Assembleia todos os convidados presentes, os camaradas da Célula da Sepsa elegeram os quinze camaradas que a partir de agora passaram a constituir o organismo de direcção da sua organização: Américo Soares, serralheiro, António Augusto Gonçalves, apontador; António Marques, agente de métodos; António Pereira Cardoso, técnico de prevenção; Aricinia Borges, programadora; Avelino Cunha, electricista; Fernando Baroedo Soares, agente de métodos; Francisco Calado, soldador; João Fernandes Costa, serralheiro civil; Joaquim Felgueiras, planificador; José Ribeiro, serralheiro civil; José Nogueira, serralheiro mecânico; José Oscar Dias, rectificador; Manuel Almeida, serralheiro civil; e Manuel Vigário da Silva. O Secretariado fica deste modo constituído por 60% de operários e 40% de quadros.

No decurso da intensa discussão surgida, seria então aprovada uma moção que resume, no essencial, os trabalhos da Assembleia.

"Os militantes da Sepsa reunidos em Assembleia para eleição do Secretariado: – resolvem aprovar na generalidade o relatório da actividade referente exclusivamente ao ano de 1976. No entanto, acentuam que o relatório não faz a apreciação da actividade dos últimos meses, sublinhando que este facto prejudica a justa avaliação da situação actual; – consideram que nos últimos meses a organização partidária recuperou posições, aumentou os seus efectivos, aumentou a venda dos órgãos da imprensa do partido e, sobretudo, ganhou influência e prestígio entre todos os trabalhadores que cada vez mais se aproximam do Partido e querem saber a posição dos comunistas; – sublinham as amplas perspectivas de unidade dos trabalhadores na luta pelos seus interesses de classe e na luta por uma alternativa política democrática que defenda e reforce as conquistas revolucionárias desde o 25 de Abril".

Da parte da tarde, decorreu um longo convívio, em que a confiança, a unidade, a alegria e a disposição de luta por objectivos agora ainda mais claros, ficariam claramente expressos.

Lisnave - Rocha

APOIO À REFORMA AGRÁRIA

No dia 3 do corrente reuniu-se a Assembleia da Célula da Lisnave – Rocha.

Na introdução à Assembleia, em que participaram os militantes daquele organismo, foi referida a importância do VIII Congresso e o papel que lhe coube na grande actividade democrática que anima todo o partido: com efeito, as Assembleias de organismos, desde as células às diversas Comissões até nível de Concelho, têm-se processado em grande ritmo.

A Assembleia tinha a finalidade de apreciar as actividades até aí desenvolvidas e eleger novo secretariado. Assim foram lidos relatórios salientando-se o que refere o apoio dado à Reforma Agrária, facilitando o escoamento de produtos e promovendo solidariedade a todos os níveis; o relatório sobre o Trabalho Sindical, que focou as dificuldades encontradas nesta frente de luta, apontando o reforço desta; um apelo aos trabalhadores-estudantes para que continuem esforçando-se no estudo, tendo sido salientado o papel do saber, sempre negado aos trabalhadores pelos seus inimigos de classe.

Findas estas intervenções, foi lido o relatório geral da actividade. Nos vários aspectos focados mereceu destaque a Campanha dos 50 mil contos e os esforços ainda a levar a cabo.

O secretariado proposto foi eleito a seguir, por unanimidade e aclamação. Antes do encerramento dos trabalhos ainda houve uma intervenção sobre a situação política e, no final, um convívio entre os camaradas, tendo sido passados filmes e realizada uma recolha de fundos.

Sector da Saúde (Lisboa)

UNIR OS TRABALHADORES

Tendo como principais objectivos a prestação de contas da actividade política e a eleição dos respectivos organismos dirigentes, decorreu recentemente, na Voz do Operário, a Assembleia do Sector da Saúde da Organização Regional de Lisboa do nosso Partido.

Presentes na mesa que orientou os trabalhos, os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central; Carlos Aboim Inglês, também do CC; elementos da Direcção da Organização de Saúde e da Direcção do Sector Intelectual e outros convidados.

Além dos seus 142 delegados eleitos em 35 reuniões (53 intelectuais, 17 técnicos, 30 enfermeiros, 31 empregados e 11 operários), a Assembleia contou com a participação de 250 convidados, militantes comunistas e outros democratas, destacadas personalidades e trabalhadores da Saúde, que se mantiveram até ao fim dos trabalhos e participaram no convívio que se seguiu (jantar, sessão de Canto Livre, e leilão integrado na Campanha Nacional dos 50 mil contos).

O Relatório de Actividades, aprovado por unanimidade, englobou intervenções sobre **Política de Saúde, Trabalho Hospitalar, Saúde Comunitária, Actividade nos Sindicatos da Saúde, Trabalho com Médicos e Agitação e Propaganda.**

Falou ainda um elemento da Comissão de Verificação de Mandatos. Depois do camarada Aboim Inglês ter sublinhado a luta no sector pela criação do Serviço Nacional de Saúde, seguiu-se um debate subordinado aos temas **Apoio Geral da Função Pública, Enfermagem, Serviços Médico-Sociais, Gestão Democrática no Hospital dos Capuchos e Apoio à Reforma Agrária.**

A nova Direcção, eleita por unanimidade e aclamação, é constituída por 24 elementos, dos quais 9 são médicos, 6 enfermeiros, 2 administrativos, 3 funcionários do Apoio Geral, 1 psicólogo, 1 engenheiro técnico, 1 técnico-dietista e 1 técnico de electro-medicina.

As saudações enviadas à Assembleia pela UEC e por médicos de Almada e do Porto foram calorosamente aplaudidas, tendo também sido aprovadas quatro moções: de apoio à Constituição e contra o aumento do custo de vida e pelo julgamento e justa condenação dos agentes da ex-PIDE/DGS e dos bombistas e terroristas e de saudação e solidariedade aos povos das ex-colónias.

No final, o camarada Carlos Brito falou sobre a actual situação política.

EM CORROIOS E NA WICANDER

No dia 26 de Março realizou-se a Assembleia de Freguesia de Corroios, do PCP, no decorrer da qual foi aprovado o Relatório de Actividades. Nele se refere a história da criação na freguesia de um Centro de Trabalho que pudesse canalizar as actividades dos comunistas na localidade.

Não foram poupados esforços — diz a dado passo – *e, devido às dificuldades encontradas, optou-se por transformar um simples barracão em Centro de Trabalho, demonstrando assim espírito de combatividade e iniciativa, pois o fundamental era trazer a Corroios a voz do nosso Partido e o mais rapidamente desenvolvê-la junto das massas populares.*

Também este relatório aborda as questões centrais e as tarefas que se colocam aos militantes da Freguesia de Corroios, tendo sido discutido e aprovado. No final foi eleita a Comissão de Freguesia do Partido. Dela fazem parte catorze camaradas, sendo 5 operários, 4 empregados de escritório e um do comércio, duas domésticas e dois pequenos comerciantes.

Por outro lado fora já realizada, há cerca de duas semanas, a Assembleia da Célula da Wicander, que aprovou o relatório do secretariado e elegeu novo órgão. Com 4 pontos – introdução, Balanço geral sobre a actividade da célula na empresa, Balanço da organização estatística, o Relatório refere a dado passo:

A nossa acção têm-se pautado pela criação do sentimento de classe entre todos os trabalhadores e unidade na luta, o que, honestamente, julgamos ter conseguido. Reflexo disso foram duas greves que levámos a cabo vitoriosamente; impedimos o despedimento de 30 camaradas já propostos pela administração, e nem um só trabalhador veio para a rua; conseguimos vários aumentos de salários; melhorámos em muitos aspectos as condições de trabalho; exercemos, de algum modo, o controlo operário.

Esta actividade deve-se no fundamental à implantação dos comunistas na empresa e à sua presença determinante na Comissão de Trabalhadores.

Como é dito na parte referente à Organização, o Partido tem prestígio junto dos trabalhadores da empresa, mas é apontada a necessidade de uma melhor estruturação dos núcleos e um combate ao sectarismo que permita melhor ligação aos trabalhadores.

Finalmente foi proposto novo secretariado, ali eleito.

Sociedade de Reparação de Navios

PRIMAZIA ÀS TAREFAS DO CONTROLE OPERÁRIO

Realizou-se na passada semana no Ginjal a Assembleia de Célula dos militantes comunistas da Sociedade de Reparação de Navios, que foi presidida por membros do Secretariado da célula e ainda por um representante da DORS e dois representantes da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos — Balanço da Actividade da Célula e Perspectivas Futuras — procedeu-se à leitura do Relatório do Secretariado. Durante a fase de discussão, dela ressaltou a necessidade de reforçar a organização, especialmente a do núcleo de Agitação e Propaganda.

Após a aprovação do relatório por unanimidade e aclamação, procedeu-se à eleição da Comissão de Empresa, composta por 19 elementos, dos quais sairá o novo Secretariado da Célula.

O terceiro ponto da ordem de trabalhos — Situação Política — esteve a cargo do camarada Cavaco, da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, cuja intervenção se centrou sobretudo na importância do recente plenário do Comité Central do nosso Partido, bem como na preparação da próxima Conferência Nacional.

A situação na empresa e o trabalho dos comunistas foi igualmente analisada, através de uma intervenção de um membro da Comissão de Trabalhadores da Sociedade de Reparação de Navios.

Nessa intervenção, afirmava-se a determinado passo: **Também no controlo operário os comunistas têm impulsionado as organizações dos trabalhadores da Sociedade de Reparação de Navios no sentido de que seja dada primazia às tarefas do Controlo Operário, tem-se pretendido avançar no caminho que nos leve a criar condições para que os trabalhadores da nossa empresa possam ir transformando os esquemas capitalistas que os envolvem, criando-lhes outras alternativas em que o poder de controlo quer técnico quer económico seja real e permanente.**

Freguesia de Cascais

O COMBATE À CRÍTICA DESADEQUADA E INORGÂNICA

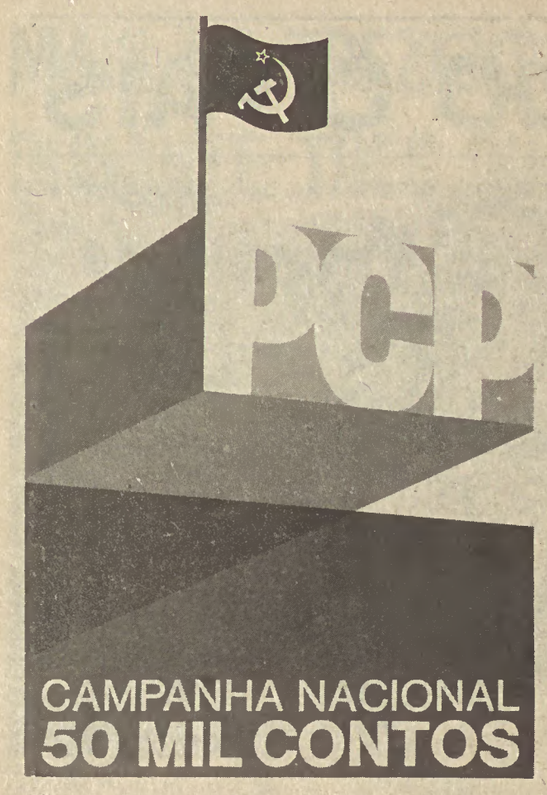
Os comunistas de Cascais levaram a efeito recentemente uma Assembleia de Freguesia cuja ordem de trabalhos incluiu a discussão do Relatório da Comissão de Freguesia e a eleição da nova Comissão. A Assembleia, presidida pelo camarada Luís Rodrigues, contou com a presença dos camaradas José Casanova, membro do Comité Central do Partido, e Luís Santos, da DORL. Foram feitas intervenções sobre *Trabalho Unitário, Organização, Fundos* e *Questões de Trabalho*, e lido o Relatório da Comissão da Freguesia cessante, que sublinha a dado passo:

A Comissão sente o dever de, perante esta Assembleia, fazer a sua crítica e autocrítica. A crítica tem o objectivo de pôr a claro uma falta, explicar-lhe a origem e apontar o caminho para que se não repita. A autocrítica não é simplesmente o reconhecimento da falta, é a compreensão das suas raízes e a sua eliminação prática. Devemos referenciar a tendência mais ou menos generalizada para a crítica desadequada e fora do seu Organismo, que contém em si uma falta de trato fraternal entre os camaradas dentro e fora do Centro de Trabalho. Embora tal procedimento não seja uma regra, poderá tornar-se um hábito errado e perigoso para o nosso Partido.

E mais adiante: **A real implantação do PCP no nosso Concelho, onde se apresenta como a segunda força política mais poderosa, deve fazer-nos meditar na parte de responsabilidade que nos cabe a nível de Freguesia.**

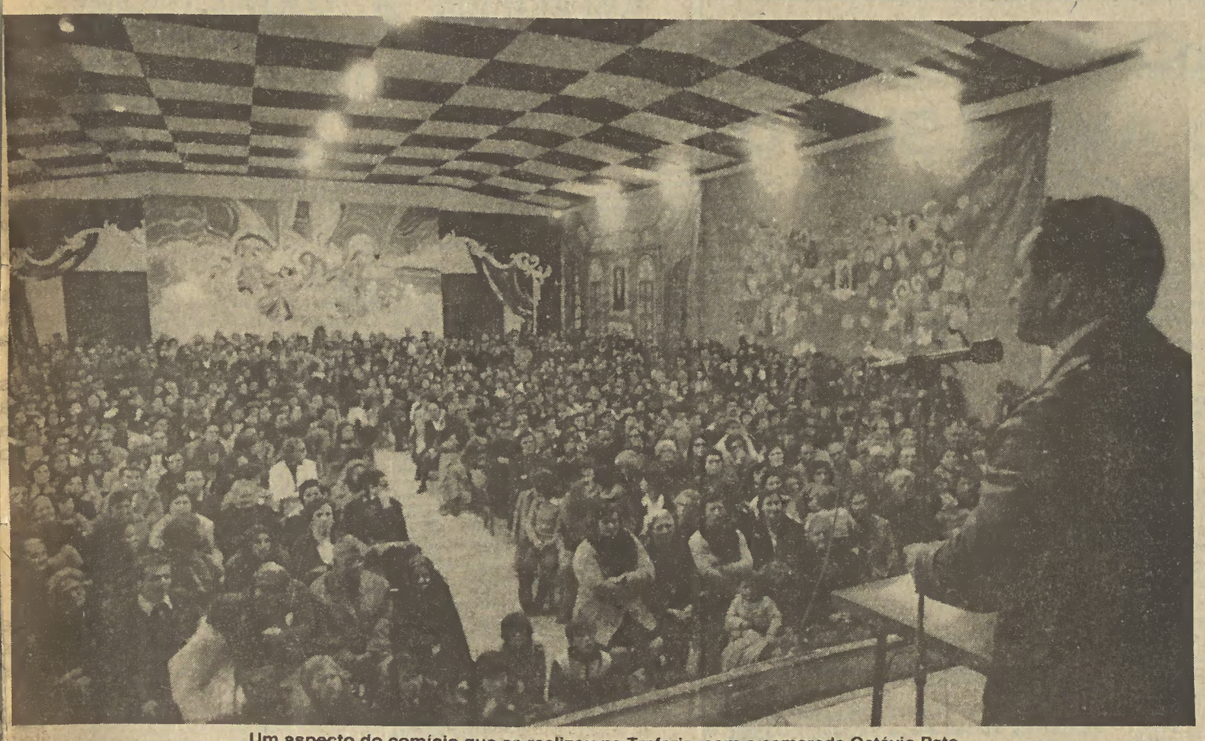
Em presença destas condições concretas de trabalho – refere ainda o documento – **deveremos aplicar as nossas capacidades na escolha das formas correctas de actuação, reforçar a nossa influência no seio das camadas da população que poderão ser ganhas para as nossas posições. Citeremos como exemplo os empregados do Comércio e os pequenos e médios comerciantes. Embora na sua maioria, não sejam, provavelmente, residentes em Cascais, é aí, no seu local de trabalho, que passam grande parte do seu tempo, pelo que deverá ser aí, prioritariamente, que lhes deverá chegar a palavra do Partido.**

Após a discussão e aprovação do Relatório, foi eleita por maioria (um voto contra e duas abstenções) a nova Comissão de Freguesia. No final, o camarada José Casanova falou sobre a actual situação política, seguindo-se um período de convívio.



CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS



Um aspecto do comício que se realizou na Trafaria, com o camarada Octávio Pato

AS INICIATIVAS DA CAMPANHA

As notícias das actividades são abundantes. São também já abundantes os exemplos de organizações que propõem novas metas, que ultrapassaram as primeiras estabelecidas. Tal é o caso de **Leiria.**

Por outro lado, as iniciativas de convívio, as festas, continuam.

O sector público organizou um almoço, com camaradas e amigos do Partido, levado a efeito pela **célula da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.**

A **célula do Instituto Geográfico Cadastral,** no mesmo dia, 26 de Março findo convidou amigos e camaradas para um jantar. Aí foi lida uma pequena intervenção alusiva à importância da Campanha dos 50 mil. Este jantar, que contou com a presença do camarada Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão Política do CC, que interveio a dada altura, foi uma jornada de convívio que proporcionou uma boa recolha de fundos entre as 85 pessoas que participaram.

Em Portalegre, mais precisamente em **Seda,** houve uma festa no dia 2 de Abril. Um camarada ferroviário aproveitou o ensejo para lembrar o aniversário da Constituição. No convívio musical que se seguiu às intervenções políticas, participaram os agrupamentos «Prelúdio» e «A Mesma Luta».

No dia 9, em **Alter do Chão,** houve festa, com a participação de vários artistas e de camaradas de várias terras da região.

No dia 3, a Comissão de Freguesia de **Santa Iria da Azóia** levou a efeito uma grande jornada de rua, para recolha de fundos. Essa acção foi encontrar grande receptividade, como provam os cerca de trinta contos recolhidos.

Foi recordando o fundador do Centro de Trabalho de **Canha,** Montijo, o falecido jovem Jacinto Almeida, que o povo do seu bairro contribuiu para a Campanha, num porta-a-porta ali realizado.

Sarilhos Grandes refere com orgulho que conseguiu ultrapassar uma meta. Os camaradas pensavam encontrar 50 camaradas que contribuissem com 500 escudos. Já encontraram 60 dispostos a contribuir com essa importância.

Uma festa em **Vila Moreira,** no passado dia 3, comemorou a reabertura do Centro de Trabalho e integrou-se na Campanha. Grande entusiasmo e animação percorreu toda a festa que durou desde as 13 horas até às 24. Actuaram os grupos «Unidade na Acção», do Tramagal e «Manifesto», de Santarém, e ainda o conjunto «Espaço», de Minde. Comes e bebes que esgotaram rapidamente, muitas ofertas de bolos e também leilões, animaram a festa em que muitas centenas de pessoas participaram.

Em **Vila Real de Santo António,** no domingo, realizou-se um encontro de futebol — o tradicional «casados e solteiros», entre os quais se encontravam comunistas e outros democratas. Seguidamente houve um almoço-convívio.

Na **Moita realizou-se um grande festival de Canto Livre e fado, em que também actuou o Coral de Trabalhadores da Cuf. O Centro em que esta festa foi levada a efeito encheu-se, notando os camaradas a elevada participação de mulheres.**

Ainda no comício da Trafaria: a esperança num futuro melhor não tem idades

OCTÁVIO PATO NA TRAFARIA

A **célula da ESSO** realizou na **Trafaria,** uma grande festa convívio, que encheu por completo o salão de festas dos Bombeiros Voluntários desta vila. O camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC esteve lá.

Na intervenção política que proferiu, o camarada referiu-se à Campanha como sendo **um sucesso da acção dos militantes comunistas. Mas o sucesso está também ligado às contribuições directas e indirectas de muitas outras pessoas, homens e mulheres que, não sendo comunistas nem militantes do Partido, deram o seu contributo para a Campanha dos 50 mil contos; eles quiseram por essa forma contribuir para a defesa da democracia, contra o perigo da reacção fascista.** E adiantou: **Mas o sucesso da Campanha não se mede apenas pelo alto contributo já obtido. Tem outro significado ainda. É que através dele realizaram-se ao longo de todo o país centenas das mais variadas iniciativas, algumas das quais de tal mérito e de tão elevado nível artístico e cultural como jamais se realizaram no nosso país, como é o caso das 25 Canções de Abril.**

Referiu-se ainda ao facto de no panorama cultural, recreativo e artístico estarem hoje, no seu eixo, entre as criações do mais alto nível, as realizações feitas por intermédio do nosso Partido ou com a colaboração de comunistas ou de outros amigos do PCP.

E afirmou ainda: **Isto significa que só um Partido estreitamente vinculado às massas populares, às suas reivindicações e anseios, só um Partido como o PCP é capaz de realizar uma Campanha da importância da que estamos a realizar e com este sucesso. Que não tenham dúvidas aqueles que pensam que será possível isolar e destruir o PCP. A Campanha está a contribuir para um importante factor de alargamento do Partido nas mais largas camadas populares, com o objectivo de defender a democracia e desenvolver a luta contra a reacção.**

Depois de falar sobre alguns dos mais importantes aspectos da política actual, o camarada salientou ainda as condições em que vivem os trabalhadores, referindo a baixa constante do salário real dos trabalhadores e o aumento do custo de vida, as indemnizações que se pretendem pagar aos monopolistas e antigos latifundiários, a entrega das empresas abandonadas pelos patrões – que hoje dão lucros – como aspectos da recuperação capitalista.

Esta festa-convívio teve depois a colaboração de muitos artistas, entre os quais Júlia Babo, Daniel Garcia, José Barata Moura, José Manuel Osório, Luís Filipe Costa, José Jorge Letria, Nuno Gomes dos Santos.

Em Alpiarça, num porta-a-porta

70 MULHERES, NUM SÓ DIA RECOLHEM 100 CONTOS JUNTO DE 1000 FAMÍLIAS

Numa grandiosa demonstração de que o nosso Partido está profundamente ligado às massas, de que é aceite e compreendida pelas populações a Campanha em que todos os comunistas estão empenhados, realizou-se em Alpiarça, no passado dia 3 de Abril, um porta-a-porta de características excepcionais.

Com efeito, 70 mulheres, militantes daquela vila do Ribatejo, organizaram primeiro e levaram a cabo depois uma iniciativa pela qual foram felicitadas pela Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo. Percorrendo toda a Vila, contactando com mais de mil famílias, conseguiram recolher num só dia mais de 100 contos!

Este resultado demonstra bem o que pode uma iniciativa bem organizada. Demonstra bem que as populações, os trabalhadores sabem que necessitam de um Partido forte que defenda os seus interesses.

25 CANÇÕES DE ABRIL

NO COLISEU DO PORTO

16 de Abril, às 21 e 30

17 de Abril, às 15 h. e às 21 e 30

Texto de José Carlos Ary dos Santos, Manuel Branco, Joaquim Pessoa, João Paulo Guerra, Rui Pedro, João Rodrigues e Ruben de Carvalho. ● *Direcção musical e de orquestra* do maestro Sílvio Pleno ● *Cenografia de* Augusto Sobral ● *Sonorização de* Jorge Gonçalves, Joaquim Luís, Jorge Daniel e José Ribeiro ● *Direcção de luzes de* Carlos Queiroz ● *Animação visual de* Ivone Dias Lourenço e José Luís Severo ● *Direcção de cena de* Vítor Ribeiro ● *Narração de* João Paulo Guerra, Rui Pedro, Luís Filipe Costa e José Carlos Ary dos Santos.

Canções por Adriano Correia de Oliveira, Carlos do Carmo (*), Carlos Mendes, Coro dos Mineiros de Aljustrel, Edmundo Silva, Fernando Tordo, Fernanda Piçarra, Grupo "Resistência", José Barata Moura, José Jorge Letria, Júlia Babo, Luísa Basto, Manuel Freire, Manuel Pico, Nuno Gomes dos Santos e Paulo de Carvalho.

Organização do "Avante!", da Secção de Informação e Propaganda do Comité Central e da Organização Regional do Norte do PCP.

(*) Apenas nos espectáculos de domingo.

PLENÁRIO EM SETÚBAL PARA ANÁLISE DA CAMPANHA

Realizou-se no dia 9 do corrente, em Setúbal, mais um plenário distrital para balanço da Campanha Nacional de Fundos, que contou com a presença de membros de todas as comissões coordenadoras dos concelhos deste distrito.

Presidiu a este plenário o camarada Jaime Serra, da comissão política do CC, e, como representante da DORS, assistiu o camarada José Cavaco.

Concelho por concelho se foi discutindo qual a situação da CNF, no geral e a situação de grandes iniciativas como "porta-a-porta", "folha dos mil" e "um dia de salário", no particular.

Se alguns concelhos há, que por terem arrancado tarde com a Campanha, devido, sobretudo, à atenção que cedo tiveram que dar às suas Assembleias de Organização Concelhia (outra das grandes tarefas do momento em cumprimento duma das resoluções do VIII Congresso) se encontram relativamente atrasados – a maioria já ultrapassou, ou está muito perto dos 50 por cento, havendo mesmo alguns, como os casos do Barreiro, Sines, Seixal, Montijo e Grândola, que atingiram valores de 63,3, 64, 69,4, 80,2 e 97,9 por cento respectivamente, respeitante às metas que inicialmente se propuseram atingir.

São estes valores concelhios um índice seguro do êxito, quer económico, quer político demonstrativo da implantação crescente do PCP junto das mais largas massas.

Alguns concelhos têm-se destacado, como o caso de Grândola e Montijo, que decidiram aumentar em 50 e 25 por cento as metas anteriormente fixadas. Um outro exemplo de trabalho dá-nos o concelho do Barreiro que apresenta em 25 dos organismos com metas, 9 já ultrapassando os objectivos e cinco outros em vias de atingi-los.

No Seixal também a meta inicial foi aumentada. Em Sesimbra, onde havia dificuldades na realização de porta-a-porta, foi um membro do Comité Central ajudar os camaradas nessa tarefa e, cobrindo apenas um décimo da vila, o êxito foi tal que estão ganhos muitos mais camaradas para este tipo de recolha de fundos.

No final desta reunião em Setúbal, o camarada Jaime Serra salientou a necessidade de continuar a alargar ainda mais as iniciativas, chamando entretanto a atenção para que se evitem actividades que, mobilizando grandes esforços, acabem por traduzir-se na obtenção de escassos fundos. Acabou por sublinhar mais uma vez a grande importância política que a Campanha Nacional de Fundos reveste.

UM QUADRO PARA A CAMPANHA

Trabalhadores do Teatro D. Maria, de Lisboa, comunistas, simpatizantes, amigos, não quiseram deixar de contribuir também para a Campanha dos 50 mil contos. Com uma iniciativa original que nos apraz registar.

Com efeito, estes camaradas e amigos decidiram oferecer ao Partido um quadro. Mais uma oferta para leiloar e assim mais um esforço para avançar na Campanha de Fundos.

A Campanha promove cultura

MÚSICA NO SÃO LUÍS

Nunca é demais reafirmar o papel que a Campanha dos 50 mil contos tem tido no sentido de promover cultura, de promover divulgação artística, de promover mesmo a possibilidade, dinamizando, de que a arte esteja cada vez mais presente e tome por assim dizer parte activa na vida dos trabalhadores.

Desta campanha têm saído, com efeito, inúmeras iniciativas originais, que apontam caminhos, congregam esforços de artistas comunistas em estreita colaboração com camaradas seus, simpatizantes ou apenas amigos democratas, que, colaborando nas iniciativas do Partido, vêm a provar assim que compreendem o papel determinante do PCP na defesa da democracia e dos seus valores culturais e também o papel dinamizador dos comunistas na abertura de novos caminhos para a arte e de novas ligações desta com os trabalhadores do nosso país.

A iniciativa da célula dos músicos da Organização Regional de Lisboa, que organizou a sessão do São Luis, integrada na Campanha Nacional de Fundos, foi coroada de êxito.

Organizada com pouca publicidade, o que pode explicar em parte o relativo silêncio que à volta dela pairou, teve esta iniciativa uma repercussão cultural que só agora começa a dar os seus frutos. Com efeito, segundo afirmaram camaradas da organização, os bilhetes foram apenas vendidos pelos artistas participantes, já que uma grande publicidade não iria permitir a todos quantos quisessem assistir, fazê-lo numa sala tão pequena, que entretanto se encontrava quase cheia.

Com um programa rico, esta iniciativa distingue-se também por, pela primeira vez entre nós, terem participado num concerto cinco solistas — trompa Jaime Guerreiro, trompetes Francisco Taneco e Jorge Taneco, violino Aníbal Lima e viola Anabela Chaves.

A orquestra, em que participam militantes, simpatizantes e amigos do Partido e simples antifascistas foi dirigida por Álvaro Salazar.

A assistência, que reagiu ovacionando calorosamente e era composta na maioria por pessoas pouco habituadas a concertos, teve oportunidade de ouvir obras de Francisco António de Almeida, compositor português do século XVIII — uma abertura de ópera — de Mozart — concerto para trompa e orquestra e uma sinfonia concertante para violino e viola — duas obras de Jorge Peixinho, executadas ao piano por este, uma obra de Fernando Lopes Graça, "A Menina do Mar", segundo um conto de Sophia de Melo Breyner, e um concerto para duas trompas, de Vivaldi.

Estiveram presentes, além de alguns membros do Comité Central do PCP, o Presidente da Câmara de Lisboa e o Presidente da Comissão Administrativa da RDP.

RESULTADO DUMA RIFA

A rifa de uma máquina fotográfica, vendida na FIL, na passada 5.ª feira, por iniciativa dos camaradas do organismo de Vários, de Lisboa, já deu resultado. O sorteio, já levado a efeito, fez caber o prémio ao possuidor do número 2112.

CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS CAMPANHA NACIONAL DOS 50 MIL CONTOS

ASSIM VAI A CAMPANHA

COMISSÃO COORDENADORA CENTRAL

Quantias recebidas de 2 a 8/4

Transporte	**4 596 165$30**
Autocolantes	250$00
Coupons	62 950$00
Vendas	
Um bolo	1 000$00
Fruta	17 500$00
Mealheiro CT – A. Serpa	464$80
Dias de Salário	3 250$00
Lista n.º 14935 – parte dia de salário	2 950$00
Um leilão	22 350$00
Leilão CT Vitória	162 065$10
"Dois anónimos"	35 000$00
"Club dos mil"	5 000$00
"União Soviética – guia dos povos"	40 000$00
"Viva o 25 de Abril	60 000$00
"1.º de Maio"	55 000$00
"Que viva o MFA"	28 000$00
"Em prol da unidade"	32 500$00
"Primeira parte de uma herança"	86 450$00
"A vitória será nossa"	50 000$00
"Defender a democracia"	150 000$00
"Abaixo os bombistas"	18 200$00
"Uma viúva comunista"	15 000$00
"Pela Reforma Agrária"	70 000$00
"Sementeira socialista"	34 000$00
"Armalito"	200$00
"Estudemos o marxismo-leninismo"	1 500$00
"Cozinha vermelha"	660$00
"Uma mãe comunista"	5 000$00
Donativos diversos	2 250$00
Total	**5 557 955$20**

«AVANTE!»

Transporte	**821 225$00**
Coupons	42 000$00
n.º 13262	1 107$00
n.º 13259	930$00

OR DOS AÇORES

Transporte	**12 105$00**
Autocolantes	25$00
Coupons	800$00
Lista 9037 – S. Miguel	502$00
"Açorianos democratas"	18 500$00
"Um grupo de militantes e de simpatizantes da Ilha Terceira"	4 530$00
Total	**36 462$00**

OR DO ALENTEJO

Transporte	**1 033 124$40**
Autocolantes	2 322$50
Coupons	28 350$00
Caravana n.º 5 – Machede-Azaruja	1 245$00
Torneio da malha – CC Vendas Novas	2 456$00
Tab. Esp. Bar – aumento 10% – Vendas Novas	460$00
Um petisco – V. Novas	36$50
"Jogo das setas" – C. Verde	533$40
Várias iniciativas – Barragem do Roxo	13 446$00
Pesca em Aljustrel	430$00
Porta-a-porta – Cabeção e Pavia	3 550$00
Porta-a-porta – Mora	4 367$00
Leilões	
Laranjas – Almodovar	590$00
Bolos – C. Verde	200$00
CC Évora	2 815$00
CC Montemor	7 036$00
Donativos diversos	
CC Alandroal	286$60
CC Estremoz	107$00
CC Mora	49$20
CC Mora	10$00
Sessão 18 Mar. – Évora	2 520$00
CC Évora	530$00
CC Montemor	1 260$00
CC Montemor	5 000$00
CC Montemor	390$20
CC Vila Viçosa	455$00
Dir. e Funcionários do STA Dist. Beja	8 500$00
Com. Dinamizadora de Mulheres – Beja	4 500$00
Sorteios	
da Páscoa – CC de Reguengos	750$00
da Páscoa – CC Reguengos	250$00
da Páscoa – CC Évora	1 250$00
da Páscoa – CC Évora	3 000$00
da Páscoa – CC Évora	250$00
da Páscoa – CC Évora	250$00
da Páscoa – CC Évora	2 250$00
da Páscoa – CC Évora	2 250$00
da Páscoa – Com. Sede – Évora	250$00
da borrega – CC Redondo	250$00
cél. Coop. 23 Set. – Freixo – Redondo	250$00
Da Páscoa – Freixo – Redondo	500$00
"Sai sempre" – CC Vila Viçosa	1 000$00
"Sai sempre" – CC Vila Viçosa	334$50
da Páscoa – CC Vila Viçosa	750$00
da Páscoa – CC Vila Viçosa	250$00
CF Montoito	85$00
S. Martin – CC Vendas Novas	180$00
borrega da Páscoa – CC Vendas Novas	250$00
CT Arraiolos	500$00
borrego de Páscoa – Aguiar	250$00
Páscoa – CC Portel	250$00
CC Montemor	500$00
Páscoa – CC Mora	500$00
"Sai sempre" – C. Verde	510$00
Um secador (parte) – Beja	1 857$50
Borrego (parte) – Cuba	4 750$00
Quermesse – Ferreira	2 945$00
Festa carnaval – saldo – CC Évora	2 017$50
Festa Aniv. Partido – CC Évora	12 140$00
Festa bencatel – 12 Março	5 146$70
Festa Aniv. Partido – CC Évora	20 565$00
Sessão cinema – CC Vendas Novas	500$00
Festa – CL Afeiteira	3 200$00
Sessão cinema – Montejunto	87$90
Festa confraternização – Barragem do Roxo (parte)	50 000$00
Sessão de cinema – Sta. Margarida	180$00
Festa dos Fernandes – Beja	3 240$00
Baile em Cortebago	1 780$00
Baile em Pedrogão	1 753$00
Sessão de cinema – C. Verde	560$00
Sessão de Cinema – Canhestros – Ferreira	1 230$00
Sessão de cinema – Alfundão	602$50
Venda de bolos – C. Verde	2 420$00
Dias de Salário	
6 dias – Coop. "Esp. do Alentejo" – P. Gordo	1 200$00
5 dias – Trab. Penedo Gordo	630$00
18 dias – Trab. Herd. Miguenses – Mértola	3 310$00
5 dias – Trab. Pedrogão	1 070$00
5 dias – Trab. Castro Verde	1 000$00
40 dias – Trab. Carsol – Ferreira	9 250$00
42 dias – Trab. UCP "Vai Rocha" – Ferreira	7 500$00
4 dias – Trab. Canhestros	1 000$00
8 dias – Trab. Penedo Gordo	1 230$00
3 dias – Trab. Penedo Gordo	350$00
8 dias – Trab. Ferreira do Alentejo	1 660$00
11 dias – Trab. Monte Branco de Carolina – Ferreira	2 120$00
10 dias – Trab. Herdade Chaminé – Ferreira	1 960$00
5 dias – Trab. Odivelas – Ferreira	840$00
31 dias – Trab. Fomento Mineiro – Ferreira	6 005$00
5 dias – Trab. Selmes – Vidigueira	1 030$00
Listas	
CC Évora	
n.º 13177	1 420$00
n.º 13175 (parte)	235$00
n.º 13221 (parte)	1 050$00
n.º 13187 (parte)	5 050$00
n.º 13229 (parte)	3 310$00
n.º 13152 (parte)	3 900$00
n.º 13250 (parte)	682$50
n.º 13219	2 712$50
n.º 13718 (parte)	3 980$00
n.º 13387 – Org. Redondo	800$00
n.º 13384 – cél. Coop. 23 Set. – Freixo – Redondo	650$00
CC Évora	
n.º 13226 por conta	498$60
n.º 13157 por conta	700$00
n.º 13191 e 13195	1 760$30
n.º 13262	1 107$00
n.º 13259	930$00
n.º 13471 – CC do Alandroal	1 772$50
n.º 13352 (parte) – CC Vila Viçosa	1 020$00
n.º 13261 (resto) – banca Évora	20$00
n.ºs 13136-13105-13102-13103 – CC Mora	2 347$50
N/Disc. – CC Évora	2 580$00
n.º 20508 – banca salários – CC ÉVORA	500$00
n.º 20587 (parte) e 20588 (parte) – CF Montoito	2 840$00
n.º 13107 – CF Cabeção	675$00
n.º 13386 (parte) e 20 588 (parte) – salários CF Montoito	4 159$20
N/Disc. – Borba	1 315$00
n.º 13479 – CC Vendas	2 557$50
CT Arraiolos	
n.º 13430 – CT Arraiolos	550$00
n.º 13431 – CT Arraiolos	180$00
n.º 13432 – CT Arraiolos	960$00
n.º 20132 – CT Igreijnha	10$00
n.º 13403 e 13418 – Aguiar	1 442$50
N/Disc. – CC Évora	4 313$20
N/Disc. – CC Évora	4 945$00
N/Disc. – CC Montemor	2 230$00
n.º 13380 – CC Portel	850$00
n.º 2017 e 13463 (parte) – salários – CC V. Viçosa	1 425$00
n.º 13918 – Vidigueira	535$00
n.º 13916 – Castro Verde	70$00
n.º 13844 – Ferreira do Alentejo	500$00
n.º 13989 – Cuba	735$00
n.º 13997 – Cuba	650$00
n.º 13998 – Cuba	665$00
n.º 13966 – Selmes	420$00
n.º 13571 – Quintas	830$00
n.º 13560 – Quintas	540$00
n.º 13858 – Ferreira do Alentejo	710$00
n.º 13859	250$00
n.º 13861	517$50
n.º 13852	660$00
n.º 13847 – Odivelas	210$00
n.º 13848 – Odivelas	142$50
Total	**1 369 452$60**

OR DO ALGARVE

Transporte	**561 760$30**
Coupons	8 500$00
Donat. Div. – CF Conceição – Faro	2 750$00
Donat. Div – Com. Sede Faro	268$00
"Manuel Filipe" – Faro	500$00
Cél. Comércio – Faro	1 000$00
Donat. Div. – Faro	1 927$00
"Uma camarada" – Silves	900$00
"Sumos de Amizade" — Olhão	200$00
"Caracóis" – Olhão	40$00
"Um ex-PS" – Olhão	200$00
"Eduardo Augusto Correia" – Olhão	126$50
"Um militante do Partido Socialista" — V.R.S. António	100$00
"F. António Augusto" – V.R.S António – Dia de salário	300$00
"Manuel Soares" – V.R.S. António – Dia salário	200$00
"Aristides Toledo" – V.R.S. António – Dia salário	200$00
"Oferta de um PS" – V.R.S. António	50$00
"Dourado" – V.R.S. António – Dia salário	500$00
"Marciano Molarinho" – V.R.S.António – Dia salário	100$00
"Simpatizantes litógrafos" – V.R.S. António	174$00
"Ismael E. Sousa Oliva" – V.R.S. António – Dia salário	100$00
Anónimo — Portimão	100$00
Dias de salário	
Avelino N. Salvador – Faro	230$00
Silves	990$00
Silves – Roga	680$00
Luso-Suiça – Faro	150$00
"Bolo semanal" – Faro	200$00
Futebol e convívio – V.R.S. António	2 064$00
Leilão de um franco – Silves	810$00
"Garrafão aberto à comp. Militante" – Olhão	155$00
Venda de bolos – Silves	75$00
Vendas de emblemas soviéticos – Olhão	150$00
Venda de fruta – Silves	1 000$00
Sorteios	
Um franco – Silves	500$00
Mascarenhas – V.R.S. António	500$00
C.T. Portimão	600$00
Um rádio – Portimão	1 260$00
Listas	
N.º 8352 – cél. Mulheres – Faro	1 910$00
N.º 8368 – cél. Mulheres – Faro	208$00
N.º 8164 – Silves	872$50
N.º 8172 – Silves	700$00
N.º 8637 – Alcoutim	80$00
N.º 7927 – Lagos	430$00
N.º 7942 – Lagos	750$00
N.º 7961 – Lagos	150$00
N.º 7925 – Lagos	700$00
N.º 7965 – Lagos	400$00
7941 – Lagos	200$00
N.º 7902 – Sagres – CC Vila do Bispo	3 560$00
N.º 08091 – CC Portimão	1 200$00
N.º 08021 – (dia de salário) CC Portimão	570$00
(S/N.º) – CC Portimão	800$00
N.º 8092 – CC Portimão	380$00
(S/N.º) – CC Portimão	50$00
(S/N.º) – Cél. Torralta – CC Portimão	500$00
(S/N.º) – Cél. Comerciantes – CC Portimão	1 000$00
N.º 8669 – CC Portimão	500$00
N.º 7991 – CC Monchique	500$00
Total	**604 800$30**

OR DAS BEIRAS

Transporte	**775 146$70**
Autocolantes	332$50
Coupons	41 410$00
Dia de salário	
S. João da Madeira	1 200$00
Vila da Feira	400$00
Cél. Rabor – Ovar	12 550$00
Espinho	300$00
Espinho	2 600$00
Convívio CT S. João Madeira	505$00
Venda de ofertas – Guarda	100$00
Venda de emblemas – Espinho	40$00
Venda de bonés Lérinie – S. João Madeira	11 392$00
"Pedro Soares" – Meda	1 500$00
"Catarina" – Meda	1 000$00
"Avante" – Meda	500$00
"Um amigo" – Gouveia	200$00
"Rumo ao socialismo" – Gouveia	150$00
"Amigos de S. João da Pesqueira"	3 450$00
Donat. div. – C.D. Viseu	1 020$00
"Quim Negro" – Águeda	40$00
Listas	
C.D. Guarda	
N.º 7186 – Gouveia – Parte	362$50
N.º 7193 – Gouveia – parte	100$00
N.º 7171 – Seia – parte	250$00
N.º 7286 – Foz Coa	545$00
N.º 7311 – Foz Coa – parte	150$00
N.º 7229 – C. F. Gonçalo	1 200$00
Aveiro	
N.º 6507 – Oliveira de Azeméis	400$00
N.º 6521 – S. João da Madeira	270$00
N.º 6565 – Cél. da MASA – Águeda	1 350$00
N.º 6650 – Vila da Feira	729$50
N.º 6576 – C.C. Águeda	1 062$50
N.º 6561 – Cél. JVAL – C.C. Águeda	1 310$00
6638 – Cél. Toyota – C.C. Ovar	1 290$00
N.º 6639 – Cél. Toyota – CC Ovar	3 105$00
N.º 6734 – Cél. Toyota – CC. Ovar	640$00
N.º 6619 – António Lopes – Mealhada	1 000$00
N.º 6621 – Anadia	120$00
N.º 6505 – CC Oliv. Azemeis	420$00
N.º 6745 – Arouca	1 500$00
N.º 6744 – Arouca	490$00
N.º 6559 – CC Espinho	67$50
N.º 6688 – F. Pública – C.C. Aveiro	3 250$00
N.º 6681 – C.C. Aveiro	120$00
N.º 6716 – Bancários – CC Aveiro	2 520$00
N.º 6715 – Bancários – CC Aveiro	800$00
N.º 6717 – Bancários – CC Aveiro	800$00
N.º 6668 – CC Aveiro	850$00
N.º 6687 – CC Aveiro	360$00
N.º 6686 – CC Aveiro	750$00
C.D. Coimbra	
N.º 7568 – Com. de sede	415$00
N.º 7578 – Sector sindical	520$00
N.º 7579 – Cél. dos CTT	1 150$00
N.º 7580 – Cél. dos CTT	793$00
N.º 7587 – Org. Metalúrgicos	500$00
N.º 7606 – Org. Previdência	1 082$50
N.º 7634 – Org. Escritórios	700$00
N.º 7650 – Sector sindical	1 770$00
N.º 7661 – Cél. da CMC	100$00
N.º 7692 – Org. Professores	9 190$00
N.º 7689 – Com. Distrital de Coimbra	1 000$00
N.º 7697 – Comité sector saúde	4 900$00
N.º 7704 – Org. assistentes	2 640$00
N.º 7708 – Com. conc. Montemor-o-Velho	750$00
N.º 7715 – Cél. Celbi – Fig. Foz	2 300$00
N.º 7718 – Cél. Cabo Mondego – Fig. Foz	4 020$00
N.º 7735 – Org. professores	1 100$00
N.º 7736 – Org. assistentes	1 000$00
N.º 7737 – Org. professores	2 800$00
N.º 7786 – Org. bancários	1 000$00
N.º 7762 – Org. professores	1 500$00
N.º 7788 – Cél. dos CTT	300$00
N.º 7801 – Org. bancários	1 400$00
N.º 7885 – Com. distrital Coimbra	5000$00
N.º 7886 – Mulheres comunistas	100$00
C.D. Viseu	
N.º 07359 – Lamego	1 500$00
N.º 07359 – Sessão esclarecimento – Lamego	2 000$00
N.º 07359 – Um amigo de Lamego	20 000$00
N.º 07359 – Anónimo de Lamego	25 000$00
N.º 07361 – S. João da Pesqueira	3 000$00
N.º 07366 – Dia de salário – Lamego	1 520$00
N.º 07373 – Moimenta da Beira	280$00
N.º 07371 – Moimenta da Beira	300$00
N.º 07382 – S. Pedro do Sul	500$00
N.º 07375 – S. Pedro do Sul	500$00
N.º 07384 – Inauguração do Bar do Centro – Viseu	100$00
N.º 07384 – Sessão de esclarecimento – Viseu	1 500$00
N.º 07385 – Sessão esclarecimento – Viseu	2 650$00
Total	**984 308 70**

OR DE LISBOA

Transportes	**10 222 930$90**
Autocolantes	7 968$50
Coupons	140 450$00
Coupons – Sector Transportes	12 850$00
Coupons sector Intelectual	24 300$00
Coupons – Sector Público	13 850$00
Dias de Salário	
Piedade – DORL	160$00
Joaquim M. Neves – Cometna – SIP – DORL	250$00
2 funcionários CTT – SIP – DORL	500$00
Trab. Fab. Loiça de Sacavém	20 273$20
Vendas	
Div. – DORL	2 350$00
Div. – 2.º zona CLL	250$00
249 tijolos – 5.º zona CLL	622$50
«Tijolos do Lumiar» – 6.º zona CLL	307$50
Banca no Adóque	273$20
Bolos – 6.º zona CLL	192$00
Banca FIL – Org. Escritórios	5 025$00
Livro "A questão do Estado" – Sector Público	1 971$20
Banca – Carcavelos	175$00
Serigrafia – Carcavelos	200$00
Div. – Sacavém	620$00
Materiais oferta – Belas	595$00
Div. – C.C. – V.F. Xira	50$00
Sorteios	
Div. – 2.º zona CLL	792$50
Quinta do Narigão – 6.º zona CLL	1 250$00
Div. – 7.º zona CLL	3 000$00
Medalhões – 31 – Mar. – 7.º zona CLL	6 150$00
Div. – Org. Ind. Gráfica	400$00
Aquário – cél. J. Jerónimo – O.I. Gráfica	2 400$00
Div. – Sector transportes	12 633$00
Uma mesa – Standard Electric – Cascais	4 260$00
Serv. chá – Trefilaria – Sacavém	1 250$00
"Cabaz do proletário" – Copam – Sacavém	3 000$00
"Cabaz do proletário" – Fima – Sacavém	1 760$00
"Cabaz do proletário" – M. Progresso – Sacavém	1000$00
"Cabaz do proletário" – Sacavém	10 160$00
Colcha – Sacavém	600$00
Carnaxide	405$00
Div. – C.C. Oeiras	1 632$50
Loures	300$00
Bobadela – S. João da Talha	500$00
V. Figueira S. J. da Talha	685$00
"Cabaz do proletário" – Lever – Sacavém	960$00
Três serviços – F. da Loiça – Sacavém	8 750$00
«Cabaz do proletário» – F. da Loiça – Sacavém	1 780$00
Porta-a-porta – 2 Abr. – Moscavide	7 057$20
Porta-aporta – 3 Abril. – St.ª Iria da Azóia	29 703$40
"Campanha do tostão" – Pioneiros – Benfica	225$10
"Inic. dos 1500" – Ind. Farmacêutica	2 000$00
"Inic. dos 500" – idem	771$60
Exc. Serra Estrela – Sector transportes	19 452$00
"Campanha grades cerveja" – DCE – Loures	2 040$00
Exc. Org. B.º da Mina – C.C. Oeiras	3 390$30
Leilões	
Div. – 2.º zona CLL	17 400$00
Div. – 7.º zona CLL	585$00
Na festa INCM – O.I Gráfica	1 365$00
Div. – Sector transportes	4 300$00
Um kopeck – Belas	495$00
Festa 56.º aniv. Partido – CDL	170 000$00
Sessão cinema Universal – SIP – DORL	4 000$00
Festa da Boavista – 5.º zona CLL	1 601$50
Sessão teatro (rifas) — 7.º zona CLL	4 225$30
Bilhetes festa INCM – O.I. Gráfica	4 485$00
Baile 1 Abr. – P. Loures	3 379$00
Festa fado amador – Amadora – 1.º entrega – Ind. farmacêutica	16 000$00
Festa Linda-a-Velha	11 102$90
Cinema – Queijas	700$00
Festas fados – Queijas	4 017$30
Festa S. João dos Montes	13 550$00
Festa Queluz	30 000$00
"Recordação M.A." – DORL	200$00
Donat. div. GTAE – DORL	2 350$00
"À memória meus pais — Ant. Aug. Peixoto e M. Guil. Neves" – SIP DORL	200$00
"Mãe e filha comunistas homenagem A. Cunhal" – SIP – DORL	1 000$00
"Enc. postal" – 2.º zona CLL	350$00
"Acções da amizade" – 5.º zona CLL	650$00
"Azulejo do Vasco" – 5.º zona CLL	50$00
"Avante, Avante, rumo ao socialismo" – 6.º zona CLL	150$00
Donat. div. – 7.º zona CLL	15$00
Donat. div. – Previdência	65$00
"Um capital" – O.I. Gráfica	200$00
Donat. div. – INCM – O.I. Gráfica	440$00
Donat. div. Sector Seguros	240$00
Donat. div. – Sector Seguros	367$50
Donat. div. – Sector Transportes	653$10
"Clubdos Mil" – Cascais	1 500$00
"Camaradas do ski" – Vale Figueira – S. Julião Talha	1 790$00
"Amigos de Alex (L.)" – Loures	2 000$00
"À memória de Guilherme Costa Carvalho" — Mafra	5 000$00
"Um militante velha guarda" – 2.º contrib. – Mafra	2 500$00
De trab. da Lusalite – CC Oeiras	750$00
"Um amigo de Oeiras" – CC Oeiras	5 000$00
"Um amigo de Oeiras" CC Oeiras	500$00
Donat. div. – Venda Nova	112$50
Peditório na assembleia – Rio de Mouro	600$00
Oferta da cel. DMC – Queluz	285$00
"Mário" – CCT Vedras	500$00
"Um militante do Partido" – C.C. T. Vedras	5 300$00
"Um grupo amigos O. Pato" – Monte Redondo – T. Vedras	190$00
"Um simpatizante do Partido" CC T. Vedras	15$00
Da Com. Freg. de Runa	650$00
"José B. Perdigão" – CC T. Vedras	5 000$00
"Dinheiro emprestado, dinheiro oferecido" – V.F.Xira	11 000$00
Da com. fundos da Vialonga	3 000$00
Da com. fundos da S.C.C. – Vialonga	970$00
Listas	
N.º 8902 – DORL	2 600$00
N.º 8920 – DORL	10 000$00
N.º 33401 – Dias salário – DORL – CT A. Serpa	1 600$00
SIP – DORL	
N.º 14658	220$00
N.º 14661	220$00
N.º 14663 – 20 dias de salário	4 565$00
N.º 14665	300$00
N.º 14652	3 710$00
2.º Zona CLL	
N.º 15235 – C.T. Ajuda	300$00
N.º 15236 – C.T. Ajuda	1 667$50
N.º 15239 – C.T. Ajuda	300$00
N.º 15257 – C.T. Belém	1 050$00
N.º 15262 – C.T. Belém	400$00
N.º 15266 – C.T. Belém (salário)	1 200$00
N.º 15267 – C.T. Belém (salário)	390$00
N.º 15309 – Lisnava	900$00
N.º 15311 – Lisnave	970$00
N.º 15320 – Lisnave	750$00
N.º 15400 – Ar Líquido	405$00
N.º 41818 – C.T. Alcântara	1 000$00
N.º 41820 – Org. Dir. Zona	500$00
N.º 41822 – C.T. Alcântara	800$00
N.º 41354 – C.T. Ajuda	1 100$00
N.º 41359 – C.T. Ajuda	250$00
N.º 41819 – Prazeres	100$00
N.º 41826 – Club dos 20 dos Prazeres	1 948$50
N.º 43056 – Aliança	496$00
5.º Zona CLL	
N.º 15719	245$00
N.º 15737	50$00
N.º 43151	260$00
N.º 43152	200$00
N.º 43136	1 000$00
N.º 15749	500$00
N.º 043058	1 032$50
6.º Zona CLL	
N.º 15815 – Lumiar	1 060$00
N.º 15818 – S. João de Brito	406$00
N.º 15821 – S. João de Brito	1 646$90
N.º 15866 – Alvalade	250$00
N.º 15869 – Alvalade	560$00
N.º 15872 – Charneca	650$00
N.º 15873 – Charneca	650$00
N.º 15875 – Charneca	175$00
N.º 15876 – Charneca	260$00
N.º 15878 – Charneca	240$00
N.º 15879 – Charneca	200$00
N.º 15880 – Charneca	150$00
N.º 15881 – Charneca	250$00
N.º 15885 – S. João de Brito	765$00
N.º 15887 – S. João de Brito	3 600$00
N.º 15890 – S. João de Brito	227$00
N.º 15924 – Lumiar	142$50
N.º 15930 – Lumiar D.S.	720$00
N.º 42889 – Alvalade	250$00
N.º 43186 – O.D.L.	648$00
N.º 43198 – S. João de Brito	960$00
N.º 42862 – Alvalade	200$00
7.º Zona CLL	
N.º 16259	710$00
N.º 16258	1 370$00
N.º 16245	1 650$00
N.º 15991	418$00
N.º 42758	605$00
N.º 16187	1 330$00
N.º 42753	1 200$00
N.º 42696 – dia salário	2 380$00
N.º 16042	615$00
N.º 42759 – dia salário	5 670$00
N.º 16211	650$00
N.º 16208	1 106$50
N.º 42702 – dia salário	1 274$00
N.º 16206	1 520$00
N.º 16197	570$00
N.º 16111	1 140$00
N.º 15992 – Amigos	720$00
N.º 16182	790$00
N.º 42746 – 4 dias salário	1 020$00
N.º 42697 – 7 dias salário	2 175$00
N.º 16041	295$00
N.º 16056 – 2 dias salário	500$00
N.º 16054	150$00
N.º 42785 – 1 dia salário	500$00
N.º 16057	150$00
N.º 16126	555$00
N.º 16124	990$00
N.º 16156	695$00
N.º 16158 – 13 dias salário	2 860$00
N.º 16112	435$00
Org. Previdência	
N.º 17120 – Cx. Indústria (parte dia salário)	1 680$00
N.º 17121 – Cx. Indústria (parte dia salário)	700$00
N.º 17122 – Cx. Indústria (parte dia salário)	1 150$00
N.º 17123 – Cx. Indústria (parte dia salário)	9 260$00
N.º 17125 – Cx. Indústria (parte dia salário)	847$50
N.º 17127 – Cx. Migrantes – dia salário	4 406$00
Org. Ind. Farmacêutica	
N.º 16763 – Cél. Ciba-Geigy	220$00
N.º 16747 – Cél. Biofarma	900$00
N.º 043228 – Cél. Unilfarma – Boehringer	1 440$00
N.º 041634 – Cél. vários – dia salário	2 800$00
N.º 16782 – Cél. Luso Fármaco – dia salário	1 606$60
Org. Ind. Gráfica	
N.º 17226 – INCM – parte dia salário	180$00
N.º 043560 – INCM – parte dia salário	100$00
N.º 043561 – INCM – parte dia salário	1 250$00
N.º 043557 – INCM – parte dia salário	2 730$00
N.º 43639 – Pap. Fernandes – parte dia salário	680$00
N.º 43567 – Pap. Fernandes – dia salário	2 000$00
N.º 43569 – Pap. Fernandes – dia salário	600$00
N.º 17285 – parte dia salário	645$00
N.º 43598 – dia de salário, Anuário	1 580$00
N.º 17286 – Anuário	70$00
Org. de Seguros	
N.º 43309	7 385$00
N.º 43310	6 000$00
N.º 16493	320$00
N.º 16548	3 400$00
N.º 43316	90$00
Org. de Escritórios	
N.º 041685	500$00
N.º 16917	940$00
N.º 042929	1 000$00
N.º 042934	290$00
N.º 042981	7 250$00
N.º 16932	1 005$00
N.º 42909	1 960$00
N.º 041700	770$00
N.º 041705	2 050$00
N.º 041707	300$00
N.º 17071	750$00
N.º 17058	780$00
N.º 17057	500$00
N.º 42979 – dia salário	800$00
N.º 16956	1 282$50
N.º 17005	390$00
N.º 17006	126$00
N.º 16872	330$00
N.º 16871	570$00
N.º 16855	240$00
N.º 42987 – dia salário	3 120$00
N.º 42921 – dia salário	6 000$00
N.º 16851	950$00
N.º 17028	6 435$00
N.º 16844	120$00
N.º 16940	1 070$00
N.º 16939 – dia salário	5 750$00
N.º 42954 – dia salário	800$00
N.º 16966	550$00
N.º 16949	800$00
N.º 16951	1 000$00
N.º 17039 – dia salário	660$00
N.º 43003	1 625$00
Sector Público	
N.º 18878 – Cél. CML – dia salário	5 170$00
N.º 18890 – EPUL – dia salário	1 946$00
N.º 18771 – Cél. S. Est. Emig. – dia salário	850$00
N.º 18773 – Cél. M.N.E. – dia salário	1 400$00
N.º 18774 – Cél. S.E.A.P. – dia salário	1 000$00
N.º 026656 – Cél. M.N.E. – dia salário	2 670$00
N.º 026657 – Cél. M.A.I.	705$00
N.º 18502 – Cél. E.P.A.L. – dia salário	1 500$00
N.º 18503 – Cél. E.P.A.L. – dia salário	747$50
N.º 18508 – Cél. E.P.A.L. – dia salário	850$00
N.º 026604 – Cél. E.P.A.L. – dia salário	1 800$00
N.º 026771 – M.I.T. – dia salário	860$00
N.º 18833 – Cél. Pescas – dia salário	3 120$00
N.º 18566 – Cél. E.D.P. – dia salário	7 630$00
N.º 026312 – Cél. E.D.P. – dia salário	1 150$00
N.º 18549 – Cél. E.D.P. – dia salário	190$00
N.º 18552 – Cél. E.D.P. – dia salário	5 590$00
N.º 026710 – Cél. E.D.P.	250$00
N.º 18553 – Cél. E.D.P. – dia salário	2 390$00
N.º 026333 – Cél. MEIC	730$00
N.º 026362 – Cél. D.G.E.B. – dia salário	600$00
N.º 026359 – Cél. MEIC	277$50
N.º 026614 – Cél. F. Pública	350$00
N.º 18924 – Cél. MEIC	2 000$00
N.º 18791 – Cél. DGD – "Por um desporto ao serv. do povo"	1 050$00
N.º 18979 – Cél. D.S. Formação prof.	300$00
N.º 18838 – Cél. Sector Público	630$00
N.º 18846 – Cél. Função Pública	240$00
N.º 026531 – Cél. D.O.S. – parte dia salário	2 000$00
N.º 026541 – Cél. M. Justiça – dia salário	1 000$00
N.º 18573 – Cél. E.D.P. – dia salário	10 252$00
N.º 18557 – Cél. E.D.P. – dia salário	4 000$00
Sector Transportes	
N.º 025010	350$00
N.º 025028	730$00
N.º 025344	70$00
N.º 025345	1 590$00
N.º 025425	4 930$00
N.º 025192

RESERVAS A MORTOS E ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

A ânsia da actual equipa do MAP em extorquir terras às UCPs, de forma anárquica e ilegal, é tão intensa, o seu desejo de destruir rapidamente as UCPs tão impaciente, que até cai no ridículo de atribuir reservas a mortos!

Sucedeu, por exemplo, na «Cooperativa Salvador do Pomar» no Escoural, na qual o senhor Portas despachou uma entrega de terras a José dos Fartos, falecido há 10 anos...

Respondendo ao escândalo levantado por esta medida, o MAP tornou público um esclarecimento, no qual informava que a «longa lista de seareiros a quem foram atribuídas reservas, foi preparada por uma confederação regional de agricultores e nessa lista não consta qualquer dos nomes dos mortos referidos no comunicado» (das UCPs).

Ficamos assim a saber que as listas de seareiros aos quais são atribuídas reservas são elaboradas não pelos serviços do MAP mas por uma «confederação regional de agricultores». Qual será esta «confederação», eis uma questão que não suscitará muitas dúvidas se tivermos presente os constantes elogios do senhor Casqueiro ao MAP e à sua equipa «com a qual se pode colaborar 'abertamente'...» Por outro lado, como os trabalhdores não inventaram o despacho de reservas a mortos, podemos concluir que mesmo socorrido com estes auxílios «externos», o MAP continua a meter água. Pode ser, no entanto, que o ministro Barreto se realize no campo da literatura infantil se a modéstia o fizer ficar por citações poupando às crianças as suas obras «criativas». Assim, na sua última nota oficiosa (que constitui mais um dos habituais caudais de aparente ingorância sobre a Reforma Agrária mas que na realidade é um tratado de manipulação da opinião pública através da calúnia, da deturpação, e do jogo com meias verdades), no meio de uma análise às sementeiras, deparamos com este parágrafo exemplar:

«*É uma pobre sabedoria aquela que somente trabalha para trás*, disse a rainha à Alice no País das Maravilhas».

Eis uma citação feita bem mais a propósito do que pensaria o ministro Barreto. Eis uma verdade que o ministro Barreto terá ocasião de comprovar na prática...

O exemplo de Cova da Beira

O QUE É UMA COMISSÃO DE RENDEIROS?

"Amigos rendeiros, a nós ninguém nos perguntou o que é que nós queríamos mudar na Lei. Portanto, se se fala em alterações, como falou o secretário de Estado do Fomento Agrário no dia 12 de Janeiro, é porque andam a dar ouvidos aos senhorios ricos, aos grandes patrões da terra.

"E os senhorios ricos o que é que querem?

"Querem acabar com o contrato por escrito para os pequenos rendeiros, que são a grande maioria.

"Querem voltar a permitir a parceria que é o rendeiro ser obrigado a, no fim do ano, entregar metade da produção ao senhorio.

"Querem meter mais senhorios nas Comissões Arbitrais, para terem a Lei contra nós.

"Querem atirar para cima dos rendeiros com o peso das pensões que o Estado devia dar aos senhorios pobres.

"Contra isto, que só nos viria explorar mais e impedir que possam produzir o que o País necessita, temos de protestar.

"A nossa voz tem de ser mais forte que a dos ricaços, que querem que a Lei volte para trás. Mas nós somos mais e somos dos mais desfavorecidos."

Esta a posição da Comissão Coordenadora do MARN das Beiras perante a ofensiva contra a Lei do Arrendamento Rural que o MAP prepara dando assim satisfação às exigências das forças reaccionárias. Mas ao mesmo tempo que as alterações são discutidas a nível governamental, intensifica-se a mobilização dos rendeiros em luta pela aplicação da Lei tal como se encontra redigida. Somam-se as reuniões de protesto perante as intenções de alteração do Governo e de apoio aos representantes dos rendeiros.

É neste contexto de repúdio firme à revogação da Lei do Arrendamento Rural que se inseriu a reunião de ontem, dia 13, em Coimbra, realizada sob o lema de:

"Defender a nossa Lei é defender o nosso sustento! Não podemos ficar parados!"

Como salienta a Comissão Coordenadora das Beiras do MARN, "se acabarem com a Lei ficamos novamente à mercê da vontade dos senhorios, isto é, sem segurança e sem estabilidade".

"Se for assim, os senhorios poderão despedir-nos quando quiserem e lhes apetecer; pagaremos as rendas que eles quiserem; ficaremos sem o contrato de arrendamento por escrito e, se acaso tivermos de ir a tribunal, os nossos direitos dificilmente serão reconhecidos". "Os senhorios ricos e todos os que nos querem voltar a explorar querem que a Lei do Arrendamento Rural volte atrás! Mas isso não aconteceu e **se estivermos todos unidos não acontecerá.**"

SE O PRODUTOR GANHA POUCO E O CONSUMIDOR PAGA MUITO QUEM ARRECADA?

«Porque é que os ovos que vendemos a 15$00 a dúzia são comprados na cidade a 25$00 e mais? Ou o mesmo quanto ao frango que vendemos a 50$00 os 3kg ou mais que 3kg e é comprado a cerca de 60$00 o kg; de muitos outros produtos poderíamos falar. Qual a causa misteriosa que nos faz a nós agricultores receber pouco e ao consumidor pagar muito?»

Esta a questão posta num abaixo-assinado de pequenos e médios agricultores. Uma questão que não diz respeito somente a uma zona, uma questão que não é apenas de uma camada específica de trabalhadores mas de todas as massas populares para as quais viver custa cada vez mais.

Questão que, em termos gerais, se pode formular assim: «Se o produtor recebe pouco, se o consumidor paga muito, quem arrecada a diferença?»

A resposta continua a ser a mesma de há quatro anos: quem arrecada, com prejuízo de pequenos e médios produtores e de consumidores, são os intermediários parasitas cujo domínio jamais fortemente abalado, se fortalece com a actual política governamental.

A situação, aliada ao aumento acelerado dos custos de produção agrícola (rações, adubos, pesticidas, gasóleo), provoca uma forte vaga de descontentamento entre os pequenos e médios agricultores de todo o país e nas suas organizações, as Ligas. Como forma de luta contra o agravamento dos custos de produção e simultaneamente contra a carestia de preços no consumidor que, muitas vezes, por falta de esclarecimento, se volta contra o que menos ganha, o produtor, em diversas regiões do país, pequenos e médios agricultores fazem correr abaixo-assinados que posteriormente serão enviados aos órgãos de poder.

CAMPESINATO EM LUTA

«Nós, agricultores, homens e mulheres, temos duas preocupações quanto ao aumento do custo de vida: Uma, porque nas mercearias, os alimentos de primeira necessidade, aumentaram muito, o que nos obriga a comprar menos óleo, manteiga ou margarina, sabão, massa ou arroz, etc., porque a mais o dinheiro não chega. A outra porque a terra só por si não dá. E os adubos, as rações, as máquinas, o gasóleo e a electricidade, etc., subiram muito e fazem-nos semear a medo. Semeamos a medo porque alguma intemperie, seca ou cheia, nos pode dar cabo das colheitas; semeamos a medo porque não temos a garantia de vendermos os produtos a um preço justo que nos compense do trabalho e dos gastos».

Este o texto de pequenos e médios agricultores que exigem ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Agricultura e Pescas e ao Ministro do Comércio Interno «que olhem para esta nossa situação tão difícil e tomem medidas para podermos ter uma vida mais livre e justa nos campos», e reivindicam:

«— Um preço justo e conhecido antes das sementeiras para os nossos produtos;

— que o Estado nos proteja dos rigores do tempo;

— que o Estado nos garanta o escoamento dos nossos produtos, podendo assim ser mais justo tanto para o produtor como para o consumidor;

— que o aumento de preço ao produtor compense o aumento dos encargos na lavoura (o que não acontece com o leite, por exemplo)».

Entre outros pequenos e médios agricultores, também os das freguesias de Almendre e Castelo Melhor, concelho de Vila Nova de Foz Coa, perante as medidas governamentais tomadas em fins de Fevereiro, em abaixo-assinado manifestam junto do Ministro da Agricultura as suas preocupações, salientando:

«Tendo em conta que grande parte da maquinaria, das sementes, dos adubos ou seus componentes, dos herbicidas, fungicidas ou seus componentes, são importados do estrangeiro, a desvalorização do escudo virá a traduzir-se num aumento geral destes artigos essenciais ao nosso trabalho. E que entretanto, continuamos a não poder fazer contas à vida. Quando semeamos não sabemos se conseguiremos vender ou não o que vamos colher e os preços a que nos vão pagar» exigem do Governo as seguintes medidas:

«1 – Contenção dos preços dos produtos necessários à agricultura;

2 – Estabelecimento ou melhoria dos circuitos de produção que nos livrem das garras dos intermediários, especialmente para a amêndoa e o azeite;

3 – Estabelecimento dos preços garantidos antes do início das campanhas agrícolas».

Noutro abaixo-assinado, os pequenos e médios agricultores manifestam-se contra o aumento da taxa de aluguer dos contadores para motores de rega (aumento de 12$0 para 60$0 mensais), questão que diz respeito a muitos agricultores do país.

O movimento organizado dos pequenos e médios agricultores contra o aumento dos custos de produção e contra o custo de vida ampliando-se a diversas regiões, corresponde ao exercício do direito de todos os cidadãos de lutarem pelo avanço da democracia em Portugal, pelo cumprimento da Constituição democrática, nomeadamente no que se relaciona com o artigo 81.º em que se estabelece como uma das incumbências prioritárias do Estado: promover o aumento do bem-estar social e económico do povo, em especial das classes mais desfavorecidas».

LIGAS DO DISTRITO DE LISBOA EM DEFESA DO CAMPESINATO

Em defesa dos Pequenos e Médios Agricultores, o Secretariado Provisório das Ligas do Distrito de Lisboa, perante as medidas já tomadas e outras anunciadas pelo Ministério da Agricultura que afectam gravemente a pequena e média lavoura, alertam «todos os pequenos e médios agricultores e a opinião pública, em geral, para o facto de a actual política governamental ser contrária aos interesses da população trabalhadora portuguesa, da economia nacional, agravar a situação dos consumidores e não respeitar a Constituição».

Tornando pública a sua posição, as Ligas do distrito de Lisboa afirmam num comunicado à população:

Assiste-se neste momento ao aumento do custo de produção (rações, adubos, gasóleo, pesticidas, etc.) sem que os preços pagos ao produtor compensem os referidos aumentos, antes pelo contrário, se traduzem num abaixamento de preços ao agricultor.

Por outro lado os consumidores, em particular os trabalhadores, enfrentam cada vez mais não só o aumento escandaloso dos preços no mercado, piorando as suas condições de vida, como a breve prazo a falta de produtos mais necessários à sua alimentação.

A política de importações que o Governo adoptou faz com que a carne congelada seja hoje vendida a cerca de menos 40% que a carne nacional.

Tal política levará à ruina dos pequenos e médios produtores de carne de bovino, pois sofreram vários aumentos nos preços das farinhas e noutros tipos de rações, vendo-se ao mesmo tempo baixar verticalmente os preços da sua produção. Por outro lado os produtores de carne de porco, borrego e frango estão a ser gravemente atingidos, viram aumentar os preços das rações e descer substancialmente os preços de compra ao produtor e, mesmo em muitos casos, apesar de baixarem ainda mais os preços em seu próprio prejuízo é com dificuldade que encontram comprador.

Tal política é ruinosa para a economia nacional, pois provoca uma grande saída de divisas do País, impede o desenvolvimento da produção pecuária nacional, concentra a produção nas mãos dos grandes produtores e conduz à especulação dos preços no mercado.

SOBE O LEITE SOBE O PÃO!

Em relação à recente portaria do MAP, que estabelece os novos preços para o leite, verifica-se que tal portaria provoca um abaixamento real dos preços ao produtor.

Com efeito, a subida do preço ao produtor do leite de classe A em $30 e do B em $20 por litro não chega sequer a compensar o aumento do preço das rações para o gado. Estes aumentaram cerca de 20% e causaram uma subida no custo de produção de leite em $60 enquanto o preço do leite só aumentou ao produtor em 4%.

Tendo o preço do leite e dos lacticínios (queijo, manteiga, etc.) à população subido de cerca de 80%, prova-se, ao contrário do que o sr. ministro Barreto afirma na TV, que a subida dos preços no mercado não visa uma melhor compensação aos produtores, mas sim uma descarada protecção aos grandes industriais de lacticínios.

BAIXAM OS PREÇOS À PRODUÇÃO!

A par dos efeitos imediatos já referidos, a portaria do sr. Barreto, criando condições para a compra directa do leite pelos industriais de lacticínios a um preço único passando por cima das cooperativas leiteiras, provocará a canalização de todo o leite para a indústria, agravará ainda mais a escassez de leite em natureza dos mercados prejudicando a população e representa um ataque frontal às cooperativas leiteiras.

O Secretariado das Ligas não pode deixar de denunciar o baixo preço a que o trigo é pago ao produtor. Tal preço não compensa sequer as despesas, enquanto os trabalhadores e a população vêm agravar o preço do pão que para elas constitui o seu alimento base.

SUBSÍDIOS AOS AGRÁRIOS!

O Secretariado Distrital alerta também os pequenos agricultores e denuncia mais uma vez a hipócrita política de austeridade do Governo, o qual entrega mensalmente milhares de contos aos agrários exploradores, cedendo às pressões da CAP e da reacção e simultaneamente abre o Crédito Agrícola de Emergência aos grandes proprietários e senhorios e aumenta o seu juro de 6% para 9%. O Secretariado Distrital pergunta onde está a sobrevivência dos pequenos e médios agricultores com tais medidas do MAP.

O MAP FAZ A POLÍTICA DA CAP!

O Secretariado Provisório das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Lisboa reclama mais uma vez que o MAP tome medidas efectivas para a aplicação e o cumprimento da Lei do Arrendamento Rural e manifesta-se, desde já, certo de interpretar as aspirações e a defesa dos interesses dos rendeiros do distrito, contra qualquer alteração à Lei do Arrendamento, reclamando também o estabelecimento de pensões para os senhorios pobres e a extensão de uma previdência rural digna para as populações dos campos.

Face aos graves problemas que afectam a vida dos pequenos e médios agricultores e muitos outros ainda são os que neste comunicado não foram tratados, (assistência técnica, apoio ao cooperativismo, etc.), o Secretariado Provisório das Ligas apela a todos os pequenos e médios agricultores para que se organizem e reforcem as ligas para uma melhor defesa dos seus interesses. Exige do Governo uma política de defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, que corresponda às exigências e necessidades do desenvolvimento do sector agrícola, da economia nacional e que respeite a Constituição.

O AZEITE QUE O ZÉ PAGA

Num comunicado à população, o grupo dos trabalhadores dos CTT em luta contra o aumento do custo de vida, denuncia vigorosamente a escandalosa fraude de algumas empresas que cometem impunemente crimes contra a saúde pública com o aval do MAP e de todo o Governo, que apenas tem olhos para tudo o que favoreça a recuperação capitalista.

Todos se lembram das palavras do ministro António Barreto várias vezes repetidas na TV: "vão ser tomadas providências para reprimir fraudes nos abastecimentos". Evidentemente uma coisa é aquilo que o sr. ministro diz e outra é aquilo que faz. O que se passou e continua a passar com o azeito é um bom exemplo que pode ser demonstrado com o quadro seguinte:

Efectivamente apesar da fiscalização ter deparado com os armazenistas a venderem azeite misturado com óleo de bagaço de azeitona (que são muito mais baratos), os ministros M. Mota e A. Barreto nada fizeram. Entretanto, os grandes armazenistas embolsaram grandes lucros e, apesar de denunciados até nos jornais, continuam impunes. O quadro acima cita apenas quatro grandes capitalistas, mas poder-se-ía indicar muitos mais.

Para além disto o sr. ministro Barreto pôs em prática uma política de preços para encher os bolsos dos capitalistas. Senão vejamos: No fim do ano passado o azeite aumentou em média 11$00 por litro. Desta subida 4$10 foram para os armazenistas de azeite que viram as suas receitas aumentadas em mais de 163000 contos. Mas como se isto não fosse suficiente o ministro Barreto actuou de forma que o aumento de preço destinado ao produtor, fosse também parar às mãos dos grandes intermediários de azeite. Para isso o sr. ministro só veio a subir o preço do azeite quando os produtores já o tinham vendido aos armazenistas. Desta forma, os grandes intermediários cimpraram azeite aos produtores ao preço antigo e estão a vendê-lo ao novo preço. No fim de 1976 os armazenistas tinham em seu poder mais de 8000000 de litros. Por isso ficaram também com os 42000 contos de aumento destinado aos produtores. Quando isto aconteceu, o ministro Barreto tinha em seu poder os nomes de muitos armazenistas que estavam a enriquecer ilegalmente e falsificavam azeite, nomes estes apresentados pelas brigadas de fiscalização e com autos lavrados. No entanto, o sr. ministro "fechou os olhos" porque eram grandes capitalistas e pessoas "importantes".

Para completar esta actuação o ministro Barreto reintegrou na Presidência do Instituto de Azeite e Produtos Oleaginosos, IARO, um antigo subsecretário de Estado de Marcelo Caetano, o sr. Álvaro Almeida. Durante o fascismo quando este senhor esteve à frente do Instituto do Azeite foi precisamente a altura em que os intermediários do azeite (os mesmos senhores de agora) tiveram grandes lucros. Por exemplo, em 1973 cada litro de azeite custava 51$00 e desta importância 25$00 ficava nas mãos dos grandes armazenistas. A nomeação deste senhor para tal cargo por um ministro PS é um insulto à democracia e ao povo português. Mostramos o que se passa com o azeite como exemplo de corrupção que atinge certos ministérios e da recuperação capitalista lançada pelo actual governo. Podíamos falar de outros produtos alimentares que afectam os trabalhadores e onde as coisas correm da mesma maneira".

QUADRO I: *Algumas das empresas que venderam azeite falsificado no tempo dos sr.s Magalhães Mota e António Barreto, e continuam a fazê-lo.*

Min.	Data	Nome armazenista	Marca	Qualidade do Azeite comprovada
Mag.	Nov. 75	A. Baeta Neves	St.ª Iria	Falsificdo
Mota	10 Fev. 76	Marialva	Marialva	Adulterado
	16 Mar. 76	Socazeite	Pérola B.	Adulterado
	10 Mar. 76	Ferr. & Henriques	Bom Dia	Falsificado
Ant.	Set. 76	A. Baeta Neves	St.ª Iria	Falsificado
Barreto	7 Set. 76	Marialva	Marialva	Adulterado
	Set. 76	Socazeite	Pérola B.	Falsificado
	20 Ago. 76	Ferr. & Henriques	Bom Dia	Adulterado

CRIME DA REACÇÃO EM ROUTAR

"Pela calada da noite, traidores e assassinos lançaram fogo ao maninho que agora já é do povo. É de louvar a firmeza e prontidão com que habitantes de Routar souberam combater o incêndio."

Esta a denúncia do Conselho Directivo do Baldio de Routar, Torredeira-Viseu: denúncia de um acto com o qual os inimigos do povo, os que lutaram contra a recuperação dos baldios pela população, vêm demonstrar a sua cara de criminosos.

"Esses criminosos, só podem ser aqueles que estão a perder sucessivamente os privilégios de que abusivamente se têm servido, ou alguns inocentes que eles manobram. Há que integrar mais este crime numa série de provocações que se iniciaram com a recolha de falsas assinaturas, a que se seguiram calúnias e insultos contra o povo de Routar e a sua organização".

Apelando para a vigilância popular a fim de salvaguardar o que tão duramente a população conseguiu o Conselho Directivo, interpretando os sentimentos da gente de Routar, exige a punição dos latifundiários, e mobiliza para a intensificação da vigilância, da unidade e da organização."

INAUGURADA CARREIRA AÉREA LISBOA-BUCARESTE

Na base de um acordo assinado em 1975 entre o nosso país e a República Socialista da Roménia, foi recentemente inaugurada a nova carreira aérea Bucareste-Lisboa-Bucareste, cujo serviço será assegurado pela companhia TAROM (Transportes Aéreos Romenos), que passa agora a estabelecer semanalmente entre as duas capitais uma ligação aérea com escala em Berlim (República Democrática Alemã).

Para assinalar o acontecimento, que se reveste de grande significado para o desenvolvimento da cooperação económica, comercial e turística entre Portugal e a Roménia, o embaixador daquele país socialista em Lisboa, camarada Marin Iliscu, ofereceu uma recepção a bordo do Tupolev 154 B dos TAROM, o qual aterrara momentos antes no Aeroporto da Portela. O director da companhia romena, camarada Sofiam Graciunescu, dirigiu algumas palavras de saudação aos presentes, exprimindo a sua confiança no desenvolvimento dos laços de amizade entre os dois povos. Um conjunto folclórico romeno interpretou canções para os convidados.

O avião romeno chegará a Lisboa às 13 e 30 de cada domingo, e iniciará o regresso a Bucareste uma hora depois.

ABC do Marxismo-Leninismo

Série A
A SOCIEDADE E O ESTADO
Nº 10

FRIEDRICH ENGELS

edições Avante!

Assalariados Rurais

OS SINDICATOS INTENSIFICAM A LUTA POR CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

Os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Lisboa, do Centro e do Norte do País têm desenvolvido ultimamente uma proveitosa actividade na defesa das mais justas reivindicações de trabalhadores com condições de vida abaixo da linha de miséria.

Nas últimas semanas, depois da deslocação a Lisboa dos representantes sindicais dos assalariados agrícolas do Norte e do Centro, a quem um representante do Primeiro-Ministro prometeu satisfazer algumas das reivindicações mais urgentes quanto a legislação do trabalho, contratação colectiva, despedimentos sem justa causa e Previdência, outras iniciativas de vulto têm ocupado os Sindicatos desse sector, fora da zona da Reforma Agrária. Uma das mais recentes foi a dos delegados sindicais dos trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do distrito de Lisboa que, reunidos para tratarem de assuntos relacionados com a Convenção Colectiva de Trabalho, chamaram a atenção dos órgãos do poder "para a situação de miséria em que, neste momento e uma vez mais, os trabalhadores rurais se encontram", pelo que decidiram reclamar ao Ministério da Agricultura e Pescas a nomeação do técnico necessário ao início ds negociações daquela CCT, cuja proposta foi entregue em Julho do ano passado no Ministério do Trabalho.

Entretanto, prosseguiam no distrito de Viseu as deslocações dos dirigentes sindicais dos assalariados agrícolas a vários concelhos abrangidos pelo Sindicato, para estabelecer contacto directo com os trabalhadores dessas zonas. Têm sido tratados, nessas reuniões, os problemas cuja solução exige respostas urgentes, como seja a tabela de salários mínimos para os trabalhadores agrícolas e a nomeação de delegados sindicais em todas as freguesias. Segundo informações recebidas da delegação de Lamego, esses contactos têm sido altamente positivos. Em todos eles se deliberou realizar encontros muito amplos de assalariados rurais, a fim de se obter uma ligação cada vez maior e mais perfeita entre a direcção sindical e todos os sindicalizados, bem como o fomento da unidade dos trabalhadores da agricultura.

À semelhança das freguesias de Valdigem, Cambres, Folgosa do Douro e Valença do Douro, nos concelhos de Lamego, Armamar e Tabuaço, onde já houve reuniões com assalariados agrícolas e onde já se elegeram alguns delegados sindicais, outras se vão efectuar por todo o distrito.

Enquanto aumenta o número dos trabalhadores filiados, são eles próprios os dinamizadores dessas reuniões e contactos, junto dos companheiros de trabalho, a fim de discutirem e tomarem decisões acerca dos problemas que lhes interessam, com relevo para o fim dos despedimentos sem justa causa, para o cumprimento do salário mínimo e para o levantamento e denúncia aos organismos competentes das quintas incultas ou subaproveitadas.

Têm sido também apreciados e debatidos os resultados de reuniões semelhantes levadas a cabo pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Norte em várias regiões. A experiência colhida vai ser certamente aplicada noutras zonas, como a de Castelo Branco, onde funciona também um Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, criado há poucos meses, mas já com ampla actividade.

Proibida durante o fascismo, a organização sindical entre os assalariados rurais espalhou-se rapidamente pela zona da Reforma Agrária e atingiu depois as massas rurais do Centro e do Norte onde algumas das conquistas mais válidas dos trabalhadores doutras actividades estão ainda à espera de aplicação prática. Por isso ai a luta pela unidade é um imperativo urgente, a fim de se conseguir a satisfação das reivindicações mais legítimas e o reforço da organização sindical em toda a agricultura, acabando de vez com as intimidações, as ameaças e os despedimentos sem justa causa dos proprietários mais saudosos do fascismo, que ao mínimo sinal de organização, ao mais pequeno apelo para que satisfaçam uma reivindicação tão legítima como a inscrição de um trabalhador na Previdência, se apressam a despedir ou a ameaçar com o despedimento, a negar o direito ao trabalho com as formas de repressão do tempo antigo.

SOLIDARIEDADE PROLETÁRIA EM CHANÇA

Os trabalhadores da cidade estão com os trabalhadores do campo. Avante rumo ao Socialismo.

Tais as palavras que se podiam ler num dístico afixado numa das camionetas que transportavam operários da Parry & Son, deslocando-se em excursão à Cooperativa 2 de Janeiro, de Chança. Levaram com eles a solidariedade que os une a todos os trabalhadores.

Uma jornada de confraternização realizou-se assim naquela cooperativa, há poucos dias, uma jornada de convívio proletário entre trabalhadores de profissões diferentes, unidos no objectivo comum de construir uma vida melhor para o povo português.

RENDEIROS REPUDIAM REVOGAÇÃO DA LEI

«Para que sirva a todos», a Comissão de Rendeiros de Tortozendo publicou recentemente um comunicado no qual dá conta da sua experiência de trabalho, apresentando-a como um exemplo de organização tanto mais útil de divulgar quanto neste momento pesam sérias ameaças sobre os direitos dos rendeiros consignados na Lei do Arrendamento Rural.

COMO NASCEU

«Na nossa vida recheada de dificuldades, na nossa luta por ver reconhecidos os nossos direitos chegamos à conclusão de que a organização é indispensável. Também nós na Cova da Beira sentimos hoje como a nossa força aumentou desde que criámos a Comissão de Rendeiros. Por isso, para que sirva a todos, vimos dar-vos conta da nossa experiência.

Criámos a Comissão de Rendeiros após uma Sessão do MARN na nossa terra (Tortozendo) em Maio do ano passado. A Comissão devia ter começado logo a tratar de resolver os casos que já aconteciam, mas não o fez e os ânimos esmoreceram. Porém os mais dedicados não desistiram e com um novo impulso conseguimos fazer uma reunião para dar outra vez o arranque. Combinámos entre nós as leis que haviam de regular a vida da nossa Comissão e ficou assente entrarmos cada um com 500$00 pois já se sabe que sem suporte nada avança.

Hoje temos já muitos rendeiros associados, que pagam uma quota de 20$00 mensais e o número continua a crescer».

CCOMO FUNCIONA

«Reunimos todos os 1.º e 3.º sábados de cada mês numa sala cedida pela Comissão de Moradores. As reuniões são abertas a todos os que lá queiram entrar. Quem precisa de falar e de explicar os seus problemas pode fazê-lo e depois todos podem dar a sua opinião. Discutem-se os casos livremente e ao fim tomam-se decisões. Aquela que for a vontade da maioria então é para ser aplicada.

Elegemos um presidente, dois secretários, um tesoureiro. Quando surgem problemas com os senhorios procuramos falar directamente com eles e já conseguimos chamá-los algumas vezes à razão. Para melhor defesa e para os casos de Tribunal a Comissão contratou um advogado de confiança. Deste modo temos a certeza de ser defendidos como deve ser e não andamos a encher os bolsos a panças.

A Comissão de Rendeiros dá a maior atenção ao funcionamento das Comissões Arbitrais e já em vários casos temos sido os representantes dos rendeiros nessas comissões».

A UNIDADE NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS

«Amigos, a nossa Comissão é já bem conhecida na região pela luta que trava em defesa dos pequenos agricultores rendeiros e, por vezes, companheiros pedem-nos para irmos fazer sessões às suas aldeias, o que procuramos fazer, deixando por vezes a nossa própria vida para trás.

Para atendermos a outros problemas que todos nós temos, procuramos também aproveitar a nossa união. E assim experimentámos este ano encomendar em conjunto adubos e batata de semente através da comissão e demo-nos bastante bem. Economizámos tempo, esforço e dinheiro.

Amigos rendeiros! Temos de defender o que o 25 de Abril nos trouxe! Temos que defender a Lei do Arrendamento Rural!

A nossa Comissão já foi a Lisboa ao Ministério da Agricultura e Pescas e à Presidência da República e se for preciso lá voltaremos para dizer que não queremos que a lei seja alterada.

Defender a Lei do Arrendamento Rural é defender rendas justas, segurança no arrendamento, o amanho cuidado dos campos, é defender os interesses do país».

FALECEU UM CAMARADA

Faleceu, vítima de um acidente de trabalho, o camarada Álvaro Francisco Serralheiro, natural de Chança. Ferroviário de profissão, o camarada era muito querido por todos os comunistas e amigos do Partido, que acompanharam em grande número a sua última viagem. Foi a enterrar no cemitério da terra da sua naturalidade e residência.

AUTO RECONSTRUTORA DO BARREIRO: EXEMPLO DAS DESINTERVENÇÕES COMO VIA DE RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Caso da Auto Reconstrutora do Barreiro: outra prova real de que as desintervenções seguidas de devolução da empresa ao patronato, que se distinguiu pela sabotagem económica e pela fraude, constituem uma decisão política do Governo inserida na cedência às forças de direita e ao imperialismo

Trabalhadores da CUF, Setenave, Equimetal, Monpor, ENI, Siderurgia Nacional, Guérin, IMA, Cintura Industrial de Lisboa, a União dos Sindicatos de Setúbal e o Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal reforçam a sua solidariedade com os 165 trabalhadores da Auto-Reconstrutora do Barreiro, do ramo de metalurgia pesada, que se encontram paralisados desde dia 1 em virtude do regresso do patrão, decidido pelo Governo após o despacho de desintervenção da empresa. Esta cadeia de solidariedade aos trabalhadores da Auto-Reconstrutora do Barreiro é uma demonstração da unidade na luta contra a política de recuperação capitalista na qual se inserem as desintervenções seguidas de regresso do patronato. Na realidade, embora o Governo procure mascarar a devolução das empresas ao patronato com o pretexto de "decisões técnicas", trata-se de decisões políticas, de cedências às forças de direita e ao imperialismo. Se este carácter das desintervenções e imediatas devoluções ao patronato é visível nas outras desintervenções até agora ocorridas, podemos dizer que no caso da ARB, "se mete pelos olhos dento" o fundo político da determinação do Governo. A ARB, a empresa mais importante do país no seu ramo (fabrico de reboques, semi-reboques, básculas, porta-máquinas, porta-carros, "savoyards" para transportes internacionais, uma secção de caldeiraria e outra de mecânica), constitui um triste exemplo da política governamental contrária aos interesses das massas trabalhadoras, contrária ao restabelecimento da economia e da independência nacionais.

Vejamos a razão por que falámos de triste exemplo, seguindo a trajectória dos acontecimentos desde o momento em que a gerência do patronato incompetente e sabotador levou a ARB até à falência, até ao regresso deste mesmo patronato, protegido por uma força policial, à empresa entretanto recuperada pelos trabalhadores de uma maneira espectacular e oferecendo sob o seu controlo perspectivas de grande interesse pra o desenvolvimento do sector metalúrgico no ramo e para a conquista de mercados internacionais.

NAS MÃOS DO PATRONATO A ARB FOI CONDUZIDA À FALÊNCIA

A Auto-Reconstrutora do Barreiro era uma sociedade por quotas, gerida por seis sócios, três minoritários e outros três maioritários da família Abreu, entre os quais com maior posição se destaca o senhor António Abreu. De como a empresa nas mãos destes três sócios foi conduzida, de forma escandalosa à falência falam os próprios factos que determinaram que, em Junho de 1975, os sócios minoritários movessem um inquérito à gerência e que os trabalhadores tomassem posição perante a ameaça aos seus postos de trabalho e à economia nacional.

Eis alguns destes factos detectados no saldo da Caixa referente a 31/12/74: — apesar do pacto social da empresa o proibir, foram encontradas letras de favor passadas pelo António Abreu a sócios e amigos: numa só operação, a empresa foi assim delapidada em 6600 contos empregues na construção de uma vivenda no Algarve;

— vales em caixa dos Abreus no valor de 1500 contos;

— despesas fictícias debitadas à empresa: como exemplo, os trabalhadores citam uma factura no valor de 544 contos na terraplanagem de um terreno que não pertence à empresa;

— despesas no valor de mais de 528 contos em edifícios em terreno alheio à empresa;

— despesas particulares contabilizadas no movimento da firma, como seja o caso da estadia de família Abreu durante quatro noites no Grande Hotel de Paris (14446$70);

— desvio de capitais, grande parte dos quais por intermédio de uma outra firma do senhor Abreu, a "Auto-Reboques Basculantes" situada no Porto, que produz material de auto-reboque pesado: a Auto-Reconstrutora do Barreiro produzia os reboques e semi-reboques que depois a firma do Porto vendia, não entrando esse dinheiro na empresa do Barreiro;

— casos de dupla facturação, avaliada em milhares de contos através de um processo levantado na Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, mas sob o qual o tribunal não emitiu sentença...;

— pagamento das deslocações da gerência que, só em 1974, atingiram o valor de 600 contos;

— pagamento de seguros pessoais de alguns sócios;

— pagamento de cerca de 60 contos mensais a dois vendedores que ao fim do ano recebiam ainda como percentagem da publicidade cerca de dois mil contos.

Como capa para todas estas irregularidades, a família Abreu contava com a conivência do contabilista, conivência esta, muito bem recompensada como não poderia deixar de ser. Assim, este contabilista recebia um vencimento de 18 contos mensais, um subsídio de Natal de 25 contos; um subsídio de férias de 30 contos e o imposto profissional era totalmente pago à custa da firma. Este senhor recebia ainda 5% dos lucros brutos da empresa ou 50 contos no caso de não haver lucros. É claro que defendendo o seu próprio interesse, o contabilista agia de modo a que a empresa apresentasse sempre consideráveis lucros... Como? Bastava nunca incluir nos balanços, as letras descontadas, os devedores duvidosos, etc.

Com tal delapidação dos bens da empresa, com tão escandalosa descapitalização, atentado não somente à segurança dos postos de trabalho mas ainda à economia nacional, não admira que a Auto-Reconstrutora, por obra da gerência Abreu tivesse atingido o estado de falência técnica com um passivo de 46 mil contos. Acrescente-se: dívidas à Previdência no valor de 2400 contos; de 600 a 700 contos ao Fundo de Desemprego e uma carteira de encomendas de 5000 contos (que fraudulentamente, a gerência apresentou com o valor de 45 mil contos com o objectivo de obter do IAPME! a concessão de um empréstimo).

Como solução para este estado de falência, o patrão Abreu recorreu a uma firma para que efectuasse o estudo da viabilidade da empresa. O conselho final apontava em duas direcções: ou o capital social de empresa era aumentado para 18 mil contos ou eram despedidos 60 trabalhadores.

A situação viria a agravar-se em virtude da atitude assumida pelos Abreus face a um caderno reivindicativo apresentado pelos trabalhadores no início de Junho de 1975. Nesse caderno não se apresentavam reivindicações salariais, apesar da média dos salários ser apenas de cinco mil e quinhentos escudos. Os dois pontos fundamentais do caderno eram a exigência da verificação da situação económica e financeira da empresa e a reinvindicação de que os referidos vendedores, que tinham ordenados mensais superior a ministros e percentagem anual de cerca de dois mil contos, passassem a receber 15 mil escudos mensais, a ter regalias de gerentes relativamente a subsídios de férias e do Natal e direito a 5%, cada um, sobre os lucros da empresa apurados no balanço anual.

Se tal caderno reivindicativo não agradou ao patrão Abreu, a divulgação da sua gestão dolosa no Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos, levou-o a reagir pelo insulto e a tentativas de agressão, chegando a atingir um sócio minoritário da empresa que, tal como os outros, se encontrava do lado dos trabalhadores. Perante o estado de perturbação causado pelos ataques do senhor António Abreu, a Comissão Unitária dos Trabalhadores mandou chamar uma força de fuzileiros para proteger o patrão da justa indignação que o seu comportamento lançara entre os trabalhadores.

Estes acontecimentos tiveram lugar no dia 5 de Junho de 1975. Nesse mesmo dia, por decisão de um plenário dos trabalhadores, a empresa entrava em autogestão.

A intervenção viria a verificar-se em Novembro de 1975, depois de concluído o inquérito do Ministério das Finanças. A gestão da Auto-Reconstrutora do Barreiro ficou a cargo de uma comissão administrativa constituída por dois trabalhadores e por um gestor por parte do Estado, que devido a não ser dispensado pela emprea onde trabalhava nunca chegou a tomar posse. Em seu lugar seria, mais tarde, admitido o engenheiro Taborda, cujo trabalho e competência profissional os trabalhadores consideram um facto importante na recuperação da empresa.

NA MÃO DOS TRABALHADORES RECUPERAÇÃO ESPECTACULAR

Na mão dos trabalhadores, Auto-Reconstrutora do Barreiro amortizou a divida à Previdência e à Banca (a esta em 3500 contos), quintuplicou a carteira de encomendas (que passou de 5000 para 25000 contos), criou mais 12 postos de trabalho, angariou novos clientes, cujo número aumentou em cerca de 200%. E como prova o orçamento para 1977, entregue no Ministério da Indústria, fez de uma empresa tecnicamente falida uma empresa de grandes possibilidades a nível nacional e com grandes perspectivas de expansão a nível internacional.

Neste orçamento, previa-se a verba de 2500 contos para aquisição de maquinaria que permitiria a criação de uma secção de reparações para a qual eram criados mais 30 postos de trabalho. Previa-se ainda outra verba de 2500 contos destinada à comercialização de macacos hidráulicos o que acrescentaria ao movimento da firma cerca de 4500 contos por ano. Previa-se ainda:

—a abertura de uma nova secção "Nave de pintura";

— a amortização da dívida à banca em nove mil contos (a dívida total deixada pelo patrão atinge 30 mil contos);

— a comercialização de macacos hidráulicos. (Note-se que é a única firma portuguesa e fabricar macacos hidráulicos e esta medida de comercialização não somente permitiria que o mercado nacional deixasse de depender da importação destas máquinas, como se lançaria na exportação para Angola, Moçambique, URSS e, a breve trecho, outros países);

— o fabrico de 140 semi-reboques, 40 básculas, 1500 contos de acessórios, 4900 contos em caldeiraria e máquinas-ferramentas, 4500 contos de reparação;

— aquisição de um técnico para reorganizar o processo produtivo de modo a atingirem-se preços competitivos no mercado internacional.

Em suma e devido a toda esta acção, os trabalhaodres esperavam atingir **uma facturação anual de 85 mil contos.**

Tudo o que foi conseguido pelos trabalhadores, as garantias que a recuperação da empresa em tão curto espaço de tempo dão quanto à sua futura expansão (a ARB é já a empresa mais importante do País no seu ramo), o que representa para o sector industrial e para a economia nacional, nada demoveu o Governo da sua política de cedências ao patronato e ao imperialismo. Segundo o Governo, é o patrão sabotador, incompetente e repressivo, que merece colher o fruto dos sacrifícios dos trabalhadores, o qual nas suas mãos não tardaria a diluir-se em benefício próprio.

Os trabalhadores que deram horas extraordinárias, domingos, feriados, para a recuperação da empresa não estão dispostos a ceder de mão beijada o resutlado dos seus sacrifícios ao patronato sabotador. Os trabalhadores, que prescindiram até Dezembro de 1976 de receber os salários estabelecidos na portaria dos metalúrgicos (exemplo: um oficial de terceira que, segundo esta portaria, teria o salário de 7250$00, na ARB só recebia 5300$00), que assguraram até Agosto de 1976, todo o serviço de segurança da empresa durante a noite, sem deixarem de estar no seu posto de trabalho às 8 horas, poupando assim uma despesa mensal de cerca de 200 contos, os trabalhadores que só receberam o seu subsídio de férias em Dezembro de 1976, não andaram a recuperar a empresa para a entrega ao patrão que a deixara falida.

Não é contra a desintervenção que se erguem os trabalhadores. Esta desintervenção pode justificar-se, mas todo o tipo de soluções subsequentes passa pela satisfação dos interesses dos trabalhadores, pela recompensa dos seus esforços, pela recuperação da economia nacional por uma via democrática. Neste sentido, os trabalhadores apresentaram ao Governo, através do Ministério da Indústria e Tecnologia várias soluções: uma delas seria a produção conjunta com a Equimetal, a Metalúrgica Duarte Ferreira e a Metalofabril (privada), solução, aliás, para a qual há garantia do acordo dos trabalhadores e abertura dos técnicos destas empresas. Outra solução ainda seria a transformação da empresa em sociedade de capitais públicos. E, em última análise, e correspondendo a uma sugestão do Ministro da Indústria e Tecnologia, os trabalhadores poderiam estudar a possibilidade de transformar a empresa numa cooperativa de produção. Aliás, não deixa de ser curioso que o MIT tenha suspendido o decreto da desintervenção da ARB, perante os elementos apresentados pelos trabalhadores da empresa, para depois, inexplicavelmente e sem uma satisfação à CT e à Comissão de Gestão, o fazer publicar a 21 de Março.

O que importa salientar é a justeza de uma luta, que tem sido conduzida com um espírito de serenidade exemplar, com uma disciplina admirável, de modo a não ceder espaço às provocações da reacção e a dar argumentos à "impiedade" que alguns estão ansiosos por demonstrar. O que importa ainda salientar é a unidade dos trabalhadores no interior da empresa e o movimento de solidariedade gerado em volta da ARB, símbolo de uma batalha que se trava pela recuperação da economia nacional numa via democrática, a única que permitirá resolver a crise e satisfazer os interesses mais profundos do povo trabalhador.

Impunidade no sector têxtil

O PATRONATO FAZ A LEI EM EMPRESAS MINHOTAS

A repressão do patronato têxtil do concelho de Famalicão continua a encontrar na legislação antioperária motivos de sobra para impor sanções, suspender e ameaçar com o despedimento dezenas de trabalhadores e sobretudo delegados sindicais, perante a «passividade e conivência directa ou indirecta do Governo e principalmente do Ministério do Trabalho».

O Sindicato Têxtil de Delães, no distrito de Braga, que deu recentemente uma conferência de Imprensa, apontou publicamente casos graves de repressão patronal, depois das paralisações no sector têxtil, em empresas como a **Carides, Riopele, Sampaio & Ferreira, Maltex** e **Flida.** No rescaldo das paralisações, o patronato estimula por todas as maneiras o divisionismo entre os trabalhadores, mantendo até, no caso da **Carides**, um verdadeiro «grupo de choque» que cria, nas secções de tecelagem e fiação, «um autêntico clima de terror».

Perante a passividade do Governo, na **Sampaio & Ferreira**, de Riba de Ave, a administração levantou «processos» a 14 trabalhadores e impôs sanções a 7 delegados sindicais «por terem procedido à cobrança da quotização sindical». Enquanto isso, na **Riopele**, «chamam-se trabalhadores para fazer interrogatórios pidescos», ao mesmo tempo que os delegados sindicais «estão impedidos de se movimentarem dentro da empresa» e, por conseguinte, de cumprirem as suas funções autorizadas por lei.

Secundados pelo seu Sindicato, a maioria dos trabalhadores protesta contra a situação repressiva e contra a legislação antioperária a que o patronato recorre, ultrapassando-a. Criam-se, por vezes, «situações de verdadeiro desespero», situações insustentáveis, que podem degenerar em conflitos muito graves. Sem que o Ministério intervenha, assiste-se a reduções de salários de dirigentes e delegados sindicais, como sucedeu na **Flida**, em Riba de Ave. Um clima de ameaça permanente paira sobre os trabalhadores. Alguns deles têm sido espancados e o despedimento colectivo é-lhes apresentado como iminente.

Os representantes do Ministério do Trabalho assumem graves responsabilidades por esta situação no sector têxtil minhoto. É preciso acabar com ela de uma vez. Os direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à greve e as liberdades sindicais, têm se ser protegidos de acordo com a Constituição pelas autoridades a quem a Constituição atribui esse dever.

REFORMADOS EXIGEM NO PORTO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO

Cada vez mais conscientes de que só unidos e organizados poderão defender os seus interesses e concretizar as suas justas reivindicações, os trabalhadores reformados continuam a desenvolver intensa actividade por todo o país. E porque os problemas dos reformados de hoje dizem também respeito aos reformados de amanhã, é com o apoio dos trabalhadores no activo que os primeiros vão reforçando cada vez mais a sua organização.

Essa unidade esteve uma vez mais presente no plenário realizado no passado sábado nas instalações do INATEL, no Porto, que convocado pela União dos Reformados daquela cidade contou ainda com o apoio do secretariado dos Grupos Sindicais de Apoio à Previdência.

A revogação imediata da Portaria 94/77, de 23 de Fevereiro, que estabelece os aumentos das pensões de reforma para os reformados, foi uma das principais questões debatidas durante o encontro, tendo sido aprovada por aclamação uma moção nesse sentido. O texto da moção salientava que a referida portaria é divisionista, não atingindo igualmente todos os reformados e ainda anticonstitucional pois não está de acordo com o que vem estipulado na mesma.

O secretariado dos Grupos Sindicais de Apoio à Previdência manifestou também o seu repúdio pela Portaria 94/77, que **regulamenta os miseráveis aumentos das reformas**, expressando ao mesmo tempo a sua solidariedade para com os trabalhadores reformados na sua justa luta por **aumentos de pensões que acompanhem o custo de vida, descontos nos transportes e espectáculos, criação de casas de convívio para os reformados, assistência médica e medicamentosa gratuita para os reformados e viúvas e participação efectiva dos reformados no Instituto de Gestão Financeira.**

Esta última questão seria aliás tema para uma outra moção aprovada por aclamação. Considerando que o Governo **decidiu aceitar a presença de representantes do patronato, CIP e CAP, no conselho de gestão do Instituto de Gestão Financeira, e sublinhando que tal procedimento vai fazer com que os patrões decidam sobre aquilo que nada tem a ver com eles, ou seja, a gestão dos dinheiros descontados pelos trabalhadores para a Previdência,** os reformados reunidos em plenário decidiram exigir do Governo o não aceitamento da participação do patronato no conselho de gestão do referido Instituto.

Medidas urgentes dos órgãos do poder contra a subida constante dos preços dos alimentos essenciais e contra a recuperação económica que está a ser feita essencialmente à custa dos trabalhadores, foram também exigidas unanimemente pelo plenário.

NÃO ÀS MEDIDAS ANTIPOPULARES

O actual presidente da Junta de Freguesia de S.Pedro da Cova decidiu proibir as reuniões semanais que a Comissão de Reformados daquela localidade de há muito vinha realizando todos os sábados à tarde no Salão Nobre da Junta, com autorização da Comissão Administrativa cessante.

Tendo em conta que tais reuniões não perturbam em nada o bom funcionamento quer da Autarquia quer das aulas de Ensino Primário que ali funcionam, e se destinam ao exclusivo fim de unir os numerosos reformados da freguesia em torno das justíssimas reivindicações dos reformados de todo o país; tendo em conta a situação de desprezo e marginalização a que os reformados se sentem votados pelo Governo, tendo ainda em conta que a luta dos reformados e inválidos de hoje é um contributo para que os trabalhadores ainda no activo não caiam amanhã na mesma degradante situação de abandono e miséria, a Associação da União dos Reformados da Previdência considera que a proibição daquelas reuniões é mais uma afronta aos direitos e dignidade dos reformados e uma descarada forma de impedimento da sua justa luta.

Num recente comunicado sobre este assunto, a referida Associação repudia energicamente tal medida arbitrária, lesiva não só dos interesses dos reformados de S.Pedro da Cova mas de todos os trabalhadores em geral.

DEVOLUÇÃO AO PATRONATO DAS EMPRESAS INTERVENCIONADAS ATENTADO À ECONOMIA NACIONAL

A devolução das empresas intervencionadas ao patronato é uma decisão que significa «o agravamento da exploração, despedimentos, prejuízo à economia nacional e a abertura do caminho à restauração do capitalismo monopolista»

Para o Governo PS, as razões, que levaram à intervenção de um número importante de empresas de sectores fundamentais da economia nacional, são esquecidas na sua actuação de mesuras ao patronato e vénias à direita. Mas os trabalhadores, esses não esquecem que as razões que levaram às intervenções, no fundamental se basearam em:

— Falência iminente das empresas;

— Fuga dos patrões, gerentes ou administradores;

— Má gestão;

— Sabotagem económica.

É essencialmente nesta base que se fundamenta a legislação que regulamenta a intervenção do Estado nas empresas.

Mas hoje, a sabotagem económica, a má gestão do patronato que conduziu as empresas à falência, à fuga, tudo é deitado para trás das costas e é o próprio Governo a oferecer de bandeja, ao patronato, as empresas, recuperadas pelos trabalhadores.

Esta decisão do Governo PS constitui uma cedência à direita, uma medida contrária à economia nacional e aos interesses do País.

Isto porque as 261 empresas intervencionadas representam no panorama da economia nacional (em valores referentes a 1974):

— 2,2% (6856 mil contos) do total do valor acrescentado bruto;

— 3,0% (1923 mil contos) do total da formação bruta de capital fixo;

— 2,4% (56 255) do total do emprego.

Por sectores, quanto ao valor acrescentado bruto (em termos práticos, o lucro bruto), as 261 empresas que foram intervencionadas representam:

Primário	557 mil contos
Secundário	5569 mil contos
Terciário	730 mil contos

Quanto à formação bruta de capital fixo (em termos práticos, tudo o que é investimento: apetrechamento em máquinas e instalações, ou seja os bens fixos destinados à produção, e a variação das existências), as empresas intervencionadas significam:

Primário	126 mil contos
Secundário	1011 mil contos
Terciário	786 mil contos

Quanto ao emprego, as empresas intervencionadas englobam 4357 trabalhadores do sector primário; 41 879 (4,3% do total) do sector secundário e 10 019 do sector terciário.

Como se observa, a importância das empresas intervencionadas é particularmente sensível no sector secundário, e no interior deste, o seu peso situa-se, em primeiro lugar, na indústria de produtos metálicos, indústrias mecânicas e eléctricas (onde representa 3441 mil contos do valor acrescentado bruto, 441 mil contos da formação bruta de capital fixo e 14,8% do total de emprego); têxtil e vestuário; metalúrgicas de base, químicas, alimentação e construção.

Pelo exposto, tem-se uma ideia da importância para a economia nacional das empresas que o Governo pretende fazer regressar à iniciativa privada.

E isto recorrendo **a um decreto que, além de fazer tábua rasa nas razões que motivaram a intervenção, peca claramente por inconstitucionalidade.** Referimo-nos ao **Decreto-Lei n.º 907/76**, texto com o qual o Governo procura que a sua acção ao serviço da recuperação capitalista seja coberta por uma simulacro de legalidade.

E porque podemos afirmar que este decreto peca por inconstitucionalidade? Pela simples razão de que **não cumpre o preceito legal da Constituição segundo o qual é necessário ouvir os trabalhadores numa matéria de fundamental interesse para o seu futuro.** Em contrapartida, num lance que descobre amplamente o jogo, **este mesmo decreto que ignora a participação dos trabalhadores, prevê consulta aos proprietários afastados da gestão da empresa...**

Perante este atentado à economia nacional, à segurança do emprego, perante este desbarato dos esforços dos trabalhadores que conseguiram de forma espectacular recuperar as empresas, o Comité Central do PCP reafirmou na sua última resolução, que «apoia firmemente a luta dos trabalhadores das empresas intervencionadas contra a restituição aos antigos patrões e reclama que as soluções sejam obrigatoriamente examinadas com os trabalhadores antes de qualquer decisão.»

Álvaro Cunhal

A QUESTÃO DO ESTADO QUESTÃO CENTRAL DE CADA REVOLUÇÃO

A agudização da luta de classes levaria a equipa governante, com medo da revolução, a reforçar o aparelho repressivo. E, se em qualquer momento essa equipa não se mostrasse à altura da sua tarefa como defensora dos grupos monopolistas, dos latifundiários, dos colonialistas, do imperialismo estrangeiro, todos estes utilizariam a máquina do Estado, que lhes fora «conquistada» mas nunca verdadeiramente arrebatada, para formar um governo mais fiel aos seus interesses e mais «competente» na sua defesa. A reacção, a contra-revolução, mesmo o fascismo, passariam de novo à ofensiva.

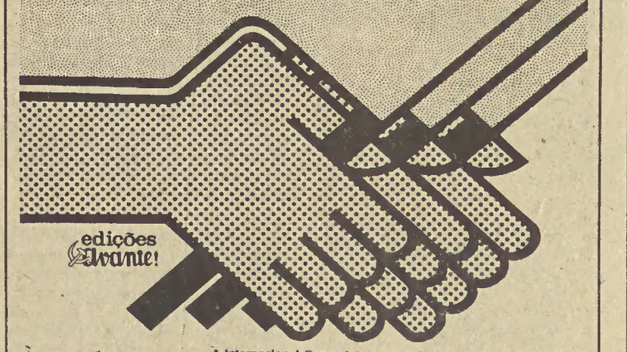
As forças democráticas portuguesas devem trabalhar para que tais situações se não venham a verificar. Devem ter perfeitamente clara a ideia de que, depois de derrubado o fascismo, nenhuma política democrática poderá ser levada a cabo em Portugal, nenhumas reformas sociais profundas poderão ser realizadas, o poder dos monopólios e latifundiários não poderá ser liquidado, nenhuma garantia poderá haver contra nova ofensiva vitoriosa da reacção e do fascismo, se o aparelho do Estado for apenas conquistado, remodelado e liberalizado. É um absurdo pensar que uma revolução pode realizar-se apoiada no aparelho do Estado das classes contra as quais essa mesma revolução é dirigida.

À VENDA

Colecção: **Documentos para a história do Partido Comunista Português**

Pedidos à CDL – Departamento de Venda Directa – R. Pedro Nunes, 9 A – Lisboa 1

A INTERNACIONAL COMUNISTA



À venda o III Volume

A Internacional Comunista na luta pela frente única operária e popular contra o fascismo e a guerra (1934-1939) • Começo da viragem na estratégia e táctica de Comintern e das suas secções – o VII Congresso da Internacional Comunista – A nova estratégia em acção • **Os partidos comunistas na vanguarda da luta antifascista dos povos. Dissolução da Comintern** • A Comintern e os partidos comunistas durante o primeiro período da Segunda Guerra Mundial (Setembro de 1939 – Junho de 1941) – Actividade da Comintern e dos partidos comunistas depois do começo da agressão da Alemanha à URSS • **As Tradições da Cominter e o movimento comunista contemporâneo** • A herança da III Internacional e o desenvolvimento do movimento comunista mundial – As tradições revolucionárias da Comintern e a linha geral do movimento comunista contemporâneo •

Pedidos à: **CDL** – Departamento de Venda Directa – R. Pedro Nunes, 9 A – Lisboa 1

A SAIR BREVEMENTE

Sete irmãos heróis? Sete heróis camponeses? É isto possível no nosso tempo, este sacrifício que não encontra paralelo senão nas tragédias da antiguidade?

É bem real a história dos sete irmãos Cervi que nos conta seu pai. Homens simples, trabalhadores da terra, tomaram quando foi preciso a senda da Resistência. Foram todos sete fuzilados ao mesmo tempo pelos fascistas italianos.

Obra conhecida em todo o mundo, editada já em dezena e meia de países, **Os meus Sete Filhos** é a justo título considerada uma das mais elevadas expressões literárias da Resistência italiana.

Não são heróis guerreiros. Largaram o arado para se baterem pela liberdade e a justiça contra o privilégio e a opressão. Encarnam todos os heróis da luta dos povos. São sete marcos que apontam os caminhos do futuro.

Pedidos à: **CDL** – Departamento de Venda Directa – R. Pedro Nunes, 9 A – Lisboa 1

SEMANA INTERNACIONAL

OFENSIVA IMPERIALISTA NO ZAIRE

De norte a sul do continente africano trava-se uma decisiva batalha. Fruto do avanço das forças progressistas, que hoje gozam de poderosos apoios dentro do próprio continente. Assumindo com frequência um carácter violento pela resistência desesperada do neocolonialismo moribundo.

Esta uma realidade que se exprime, quer no ocaso da guerra que devastou o Líbano, em que as bolsas provocatórias da direita no sul do país, estão a ser esmagadas pelo avanço das forças nacionais patrióticas. Quer na solução do complexo problema palestiniano, em que Carter se esforça por congregar interesses reaccionários e oportunismo político para evitar uma justa solução do problema central do Médio Oriente. Quer ainda no Zaire onde, face ao avanço da coluna libertadora, e ao apoio manifesto das populações aos guerrilheiros, o imperialismo tenta gerar um conflito internacional, cujas repercussões ainda imprevisíveis podem vir a assumir proporções muito graves.

A questão do Zaire é neste momento um nó central da problemática do continente. 1500 soldados marroquinos, transportados por aviões franceses, entraram em solo zairense. Empenhado em manter o controlo das minas de cobre em Katanga (províncias de Shaba) em que as companhias americanas investiram somas importantes, os Estados Unidos enviam para o Zaire quantidades cada vez maiores de armas e munições. O montante dos fornecimentos destes últimos dias ultrapassa os dois milhões de dólares. Da Bélgica chegam aviões carregados de dezenas de toneladas de material de guerra; pilotos belgas, no comando de aviões da Companhia "Air-Zaire", asseguram a transferência, de Kinshasa para a base militar de Kamim, de soldados e armas, várias vezes por dia. A China intensifica o fornecimento de equipamento militar.

Face à gravidade da situação, e à renovação dos ataques provocatórios de Mobutu a Angola, o camarada Agostinho Neto enviou mensagens ao rei de Marrocos, Hassan II, ao presidente do Egipto, Sadat, ao presidente da OUA, de protesto contra as posições assumidas, que representam uma ingerência nos problemas internos do Zaire, e uma ameaça real à paz no continente.

Enquanto se antoproclama campeão da paz, o imperialismo lança-se em mais uma aventura bélica. Atribui a forças externas a erupção do descontentamento popular contra Mobutu, a luta das forças patrióticas contra o peso da exploração neocolonialista.

O concentrar de forças da reacção internacional no Zaire, não visando aliás só o Zaire, mas a luta libertadora que avança por todo o continente, e mais, a velha ambição de liquidar o governo progressista de Angola – é em si um facto particularmente perigoso. Confere, por outro lado, à batalha que se trava no Zaire, um significado que ultrapassa a libertação do país. Hoje, joga-se aí muito dos destinos de África no futuro próximo. Defronta-se a arrogância agressiva do imperialismo com a poderosa unidade entre a luta libertadora e a batalha pelo desanuviamento internacional.

É demasiada a ambição do imperialismo, num tempo que é para si de recuo. O esforço de recuperar terreno definitivamente perdido trar-lhe-á novas e mais fundas derrotas. Compete às forças progressistas precipitar essas derrotas e mobilizar esforços para impedir que a batalha não implique a carnificina em que a reacção internacional tenta lançar os povos, quando os ventos lhe não são favoráveis.

TAMBÉM NO LÍBANO

Também no Líbano, como em geral na questão palestiniana, o imperialismo mostra o seu verdadeiro rosto, que nada tem de "campeão da paz". No sul do Líbano, as milícias da direita, ostensiva e declaradamente apoiadas pelos bombardeamentos israelitas, tiveram que recuar. O Conselho Central das Forças Nacionais Patrióticas do Líbano, reunido em Beirute, decidiu garantir a participação das largas forças nacionais na luta para conservar a integridade territorial do Líbano.

O Líbano é parte integrante de uma questão mais vasta, que passa pelo direito do povo palestiniano a uma pátria, roubada pelo sionismo com o apoio dos "zelosos defensores" estrangeiros dos "direitos humanos". Neste terreno escorregadio a política americana divide-se entre fornecimentos de armas a Israel, com que são bombardeadas as forças patrióticas libanesas, trabalho de sapa visando a divisão entre as fileiras árabes, infiltrando oportunismos políticos e alimentando cedências inadmissíveis condimentadas do inevitável anti-sovietismo, ou clamorosas afirmações da necessidade de "uma pátria para os palestinianos" acompanhadas da reclamação da "necessidade de estabelecer fronteiras seguras para Israel" (como se não fosse Israel o agressor!)

Neste contexto, a presença de Arafat, presidente da Organização da Libertação da Palestina (OLP), em Moscovo, chefiando uma delegação composta por representantes de todas as organizações de resistência palestiniana, ganha particular importância. Washington tem jogado em força no Médio Oriente. Mas as coisas não correm a seu favor. Genebra surge como uma realidade mais palpável. Isto depois do que foi investido no Líbano. Isto depois da grande manobra de divisionismo e de congregação das forças reaccionárias árabes, da tentativa de que estas, dentro de um falso conceito de unidade, surjam a enquadrar os vários governos árabes.

Num continente que se ergue pela definitiva liquidação de todas as pragas trazidas pelo imperialismo – colonialismo, neocolonialismo, "apartheid", desenfreada exploração – são muitos os riscos que se correm. E há que não os subestimar, mas preveni-los. Mas a vitória das forças progressistas é uma certeza que se vai concretizando no quotidiano da luta. A derrota do imperialismo em África tem amplos caminhos abertos. E será definitiva.

URUGUAI: ACENTUA-SE A REPRESSÃO FASCISTA

Numa carta recentemente divulgada pelo Partido Comunista Americano, e redigida pelo camarada Arismendi, primeiro secretário do Partido Comunista do Uruguai, denuncia-se: "O Uruguai atravessa uma grave crise económica e social. A população encontra-se privada dos direitos e das liberdades fundamentais. Estão proibidos todos os partidos políticos, o Parlamento está dissolvido, as eleições gerais foram adiadas *sine-die*".

E o documento prossegue: "O comunista Eduardo Bleyer e muitos outros activistas progressistas *desapareceram sem deixar rasto.* Nos campos de concentração, depois de terem sido selvaticamente torturados. O dirigente da União da Juventude Comunista, Jorge Massarovic, encontra-se na prisão em estado grave".

SALVAR A VIDA DE JAIME PEREZ!

Depois de ter declarado que a vida do secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, camarada Jaime Perez, corre perigo, Arismendi apela aos parlamentares, às grandes organizações nacionais e internacionais da opinião pública, para organizarem uma campanha contra a repressão política no Uruguai e pela libertação de todos os presos políticos.

O nome de Jaime Perez, deputado da Frente Ampla, grande patriota e comunista uruguaio, voltou a surgir como uma preocupação central da solidariedade internacionalista de todas as forças progressistas, quando se teve conhecimento público do parecer médico que denúncia a extraordinária gravidade das lesões físicas, e mesmo psíquicas, que são o criminoso saldo das torturas selváticas e persistentes a que Jaime Perez, nos seus sucessivos "desaparecimentos", tem sido submetido.

Jaime Perez, ao ser levado, por duas vezes, perante os juízes militares, denunciou corajosamente que havia sido torturado, declarando então que sabia que essa denúncia lhe acarretaria novas torturas. E assim foi.

A sua corajosa atitude é digna de um comunista e de um filho do povo; o seu desafio aos verdugos, a sua fidelidade à classe operária, a sua recusa a prestar qualsquer declarações sobre a actividade e os quadros do Partido ou da resistência democrática, fazem dele um símbolo dessa resistência, que não deixa de combater mesmo nos centros de tortura, que não cede ante o terror fascista; fala, com o seu heroísmo, em nome de milhares de presos, torturados, assassinados pelo regime.

Impõe a todos nós uma redobrada solidariedade para com todos os povos que hoje se batem contra o fascismo, a mais execrável face do poder do capital.

PROSSEGUEM OS PREPARATIVOS DA CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O «APARTHEID»

Tal como já foi amplamente divulgado, está em formação no nosso país a Comissão Nacional Portuguesa preparatória da Conferência Mundial contra o **apartheid**, o racismo e o colonialismo na África Austral.

A Conferência, que este ano se realiza em Lisboa, durante três dias, com início a 16 de Junho — data em que passa um ano sobre o massacre de Soweto —, conta com o apoio de diversas organizações democráticas e numerosas personalidades, entre as quais, António Arnault, vice-presidente da Assembleia da República; Jacinto Prado Coelho, presidente da Academia das Ciências; José Magalhães Godinho, Provedor de Justiça; João Gomes, deputado do PS; Rui Luís Gomes, reitor honorário da Universidade do Porto; Fernando Lopes Graça, compositor; Miller Guerra, presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica; Hernâni Lencastre, conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça; Aquilino Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Fernando Piteira Santos, subdirector do «Diário de Lisboa».

A Conferência irá analisar «a situação actual na África do Sul, Zimbabwé e Namíbia»; «as implicações da colaboração militar económica, política e outras que certos círculos ocidentais desenvolvem com os regimes racistas»; «os aspectos jurídicos das políticas racistas desses regimes, com especial incidência a forma como as instituições são utilizadas enquanto meio de repressão»; «o apoio e a aplicação das resoluções e decisões adoptadas pela ONU, a OUA, a Conferência de Adis-Abeba e outras reuniões relativas à África Austral»; «as acções de solidariedade e a assistência aos movimentos de libertação e aos povos da África do Sul, da Namíbia e do Zimbabwé».

Entre as organizações representadas na Comissão Nacional, encontram-se a Associação dos Amigos dos Países Árabes, Associação Portugal-Angola, Associação Portugal-Moçambique, Associação Portuguesa dos Juristas Democráticos, o Centro Ecuménico de Reconciliação, Comunidade Islâmica de Lisboa, Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), Cristãos em Reflexão Permanente, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional (CGTP-IN), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Liga Operária Católica (LOC), Liga Portuguesa dos Direitos do Homem, Movimento Democrático das Mulheres (MDM), Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) e Conselho Português de Igrejas Cristãs (COPIC).

Entretanto, continuam a ser desenvolvidos os mais amplos contactos internacionais através de missões enviadas ao estrangeiro. Além da delegação que esteve recentemente no Cairo, outras seguirão para diversos países da Europa Ocidental, estando também previstas visitas à sede das Nações Unidas (Nova Iorque) e a diversos países africanos, entre os quais o Benin e as Repúblicas Populares de Angola e Moçambique.

A Comissão Nacional Portuguesa — de cujo executivo fazem parte, entre outros, Carlos Candal, Lopes Cardoso, Vasco de Castro, Silas Cerqueira, José Pinto Correia, João Cravinho, Eliseu Figueira, Rui Grácio, Carlos Lage, Macaísta Malheiros, Luís Metello, Armando Passos, José Cardoso Pires, Mário Ruivo, João Cunha Serra, José Manuel Galvão Telles e José Meneres Pimentel, está empenhada na organização de uma segunda reunião internacional preparatória da Conferência. Esta reunião, que decorrerá em Lisboa nos próximos dias 23 e 24, vésperas do terceiro aniversário da Revolução Portuguesa, vai aprofundar o trabalho encetado no primeiro encontro deste tipo que teve lugar também em Lisboa em 22 e 23 de Janeiro passado. A Comissão Nacional Portuguesa, em comunicado recentemente dirigido à Imprensa, «solicita a colaboração de quantos no nosso país queiram participar naquilo que se pretende que seja um amplo movimento de solidariedade internacional para com as vítimas do **apartheid**, do racismo e do colonialismo, no intuito de contribuir para o desaparecimento de uma das mais escandalosas manchas de injustiça e sofrimento humano que envergonham a história dos nossos dias».

Ainda segundo o mesmo documento, já foi criado um fundo internacional, «destinado a subsidiar as despesas de realização da Conferência, podendo todos quantos, em sintonia com os objectivos expressos, desejem prestar apoio material a esta iniciativa enviar os seus donativos para: **Rev. António José Dimas de Almeida, Fundo da Paz e da Solidariedade, conta n.º 7537487/001, Banco Totta e Açores, Rua do Ouro, 75 — Lisboa**».

ESQUERDA FRANCESA CONTRA GISCARD

Os partidos da União da esquerda francesa protestaram energicamente contra a decisão de Giscard d'Estaing de apoio logístico aos soldados marroquinos, enviados para o Zaire para auxiliar o regime corrupto de Mobutu na luta contra o avanço das forças de libertação, que gozam do inequívoco apoio popular.

Os auxílios militares a Mobutu evidenciam a inoperância do seu Exército, a que não será alheio o pouco empenho de tal Exército na defesa de um regime de muito duvidoso interesse. Destacam a determinação do imperialismo em recorrer à força, sob o velho pretexto de "subversão vinda do exterior", para tentar evitar a rápida derrocada do seu domínio em África.

Trata-se entretanto de uma jogada difícil. Giscard d'Estaing é neste momento criticado por todas as forças da esquerda francesa, e até simplesmente por sectores dotados de um maior realismo político. Defender um regime corrupto não é princípio defensável perante o povo francês. E é-o tão pouco, que como denunciou o PSF, Giscard nem sequer consultou, não só a Assembleia, mas o seu próprio governo.

O Partido Comunista Francês exigiu já que a questão seja debatida na Assembleia Nacional, e denunciou, em comentário no "L'Humanité". – "A medida ajudará a internacionalizar a crise do Zaire e a criar uma tensão duradoura naquela parte do continente africano, onde a paz é tão frágil".

Esta a forma como o capital internacional defende a paz... e os direitos humanos.

JUAN MARINELLO

Faleceu recentemente, com 78 anos, o camarada Juan Marinello Vidaurreta, membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba. Os restos mortais do prestigioso intelectual revolucionário e destacado dirigente comunista, que era também membro do Conselho de Estado, estiveram expostos no monumento a José Martí, na Praça da Revolução em Havana, por onde desfilaram muitos milhares de cubanos, dirigentes do partido e do Governo, membros das Forças Armadas Revolucionárias, representantes destacados de organizações de massas e da União de Escritores e Artistas de Cuba.

«Viverá para sempre entre nós, na memória imortal do povo, como pleno e vital modelo de conduta comunista», afirmou, durante a cerimónia fúnebre, o camarada Raul Castro, segundo secretário do CC do PCC e primeiro vice-presidente do Conselho de Estado e do Governo ao saudar a memória do destacado dirigente comunista, que receberia também o tributo do camarada Fidel Castro, entre as numerosas oferendas de flores que juncavam o local da cerimónia.

A legalização do PCE

UMA GRANDE VITÓRIA DO POVO ESPANHOL

O Partido Comunista de Espanha, ilegal durante os últimos 38 anos, acaba de ser legalizado. Trata-se de um facto que vinha a tornar-se inevitável no contexto de um país em luta pela verdadeira democracia, numa Europa em convulsão, num clima internacional em que o imperialismo se vê cada vez mais impedido de utilizar a violência, seu método preferencial, ou até simplesmente o silêncio e a calúnia contra as forças de esquerda, em particular os comunistas.

A evolução política em Espanha, a poderosa luta das massas populares, a própria necessidde de surgir com um rosto democrático, tornavam difícil evitar o que de forma alguma convinha aos interesses da burguesia espanhola, aos interesses gerais do imperialismo. O governo espanhol, governo da burguesia, viu-se assim forçado a optar por uma medida que sem dúvida o afecta. E disso tem consciência.

Este facto dá à verdadeira e grandiosa dimensão de grande vitória popular, grande vitória também do internacionalismo, à legalização do Partido Comunista de Espanha. Demonstra mais uma vez que hoje são cada vez mais complexos os caminhos por que a direita internacional se vê compelida a seguir. Demonstra que com uma frequência cada vez maior a burguesia se vê arrastada a assumir posições na verdade impostas por uma pressão popular que ultrapassa a sua capacidade de resposta.

Saudada por todas as forças progressistas a nível internacional, por todas as organizações democráticas espanholas, a legalização do Partido Comunista de Espanha é naturalmente condenada como uma ameaça pela extrema direita espanhola, cujos temores são reproduzidos e apoiados pelos órgãos de propaganda internacional, incluindo os do nosso país.

Fraga Iribarne é particularmente citado, e as suas palavras não deixam de ser esclarecedoras, quando afirma: "A reforma política já lhe sobejavam problemas para aumentar o rol com a legalização do partido mais antidemocrático e que ainda por cima se apresenta com os mesmos dirigentes de 1936". É sobejamente conhecido por nós o conceito de "democracia" que um ex-Ministro de Franco pode defender, o que aliás corresponde ao conceito de "democracia" próprio do capitalismo. Entretanto, dentro da óptica da direita, Fraga Iribarne tem razão. A legalização do PCE constitui uma real ameaça, a reforçar muito sensivelmente as acarretadas pela política de portas entreabertas que as massas populares espanholas têm empurrado para que a democracia entre finalmente no seu país. Uma ameaça para a direita, para as forças do capital. Porque é a vitória de um povo que está a demonstrar sobejamente a sua determinação na conquista da liberdade. Não da "liberdade" há tanto tempo imperante em Espanha: a liberdade do capital. Mas a liberdade para as massas trabalhadoras. Aquela a que o povo espanhol já sacrificou tantas vidas.

A lentidão do processo de legalização do PCE, que demonstra à saciedade a relutância governamental em proceder a uma operação manifestamente imposta, a violência policial que continua a desencadear-se em Espanha, em simultâneo com uma medida tão positiva, a chusma de aberturas condicionadas, em que o que é prometido é negado no próprio acto de legislação, mostram as grandes dificuldades do caminho que a democracia terá que percorrer em Espanha.

Balas de borracha, granadas de fumo e de gás lacrimogéneo foram ainda há bem poucos dias utilizadas pela polícia de choque espanhola para impedir as comemorações do Dia Nacional Basco. Nas ruas da cidade de Vitória, com os acessos isolados por barragens da guarda civil, cinco mil polícias carregaram por várias vezes sobre os manifestantes. Mas apesar da violência policial, o Dia Nacional Basco foi comemorado.

Os acontecimentos de Vitória, num momento em que o governo de Adolfo Suarez decidia a legalização do PCE, são representativos da própria realidade espanhola. Todas as conquistas, ainda que condicionadas, todas as promessas arrancadas aos órgãos governamentais, têm-no sido a pulso, com tremenda dificuldade. Mostrando o poderoso potencial de luta do povo espanhol, a fraqueza dos órgãos governamentais. As limitadíssimas bases de apoio de que Franco gozava. A verdade indiscutível que o capital nunca cede terreno sem que a isso seja forçado, desta ou daquela forma, pelo ímpeto da luta popular organizada.

A legalização do PCE é também fruto de uma conjuntura internacional em que a revolução portuguesa foi pioneira do ascenso do movimento revolucionário na Europa. Por seu lado, a nova situação assim criada em Espanha, representando um avanço das forças populares no país, constitui também um reforço das posições do movimento progressista em toda a Europa, nomeadamente das forças de esquerda em Portugal.

O povo espanhol saberá alargar as perspectivas abertas no seu país, por força da sua luta tenaz.

FIDEL CASTRO EM MOSCOVO: PERFIL DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

Após as visitas de Fidel Castro e Podgorny a diversos países africanos, dos mais destacados pelas suas posições progressistas e de luta aberta contra o imperialismo, Fidel foi recebido em Moscovo pelos camaradas Leonid Brejnev, Nikolai Podgorny, Alexei Kossyguine e Andrei Gromyko.

Nas conversações, foi debatida a situação internacional, o aprofundamento do desarmamento e o seu alargamento a todas as regiões do mundo. Foi sublinhado que **o traço dominante da evolução actual é uma interdependência cada vez mais estreitá entre os objectivos da consolidação da paz e os da luta pela libertação e independência dos povos.**

Os camaradas Podgorny, Fidel Castro, Brejnev, Gromyko (mais atrás), Carlos Rafael Rodriguez e Kossiguine em Moscovo

No discurso proferido pelo camarada Leonid Brejnev, durante o jantar em honra de Fidel Castro, foi sintetizado de uma forma muito clara o significado da política internacional da União Soviética e dos países socialistas de uma forma geral. Uma política "estranha a toda e qualquer ingerência nos assuntos internos dos outros Estados. Ditada pela nobre preocupação de consolidar a paz, ajudar os povos que se libertaram do jugo colonialista, defender as conquistas alcançadas e fortalecer a independência desses países. Para os países ontem colonizados, a União Soviética, Cuba e os outros países socialistas irmãos, são amigos com quem se pode contar.

Foi nessa qualidade – a de amigos certos – que Podgorny e Fidel estiveram na África. Amigos certos dos povos em luta, dos que se batem pela libertação política e económica, dos que se erguem contra a exploração, contra os crimes do imperialismo, e lançam na sua terra os fundamentos de uma vida nova, de paz, progresso e liberdade.

A imprensa e todos os órgãos de propaganda burguesa, assim como os seus políticos, nas declarações e comentários, manifestaram grande nervosismo face à viagem dos dois dirigentes comunistas por África. E esforçaram-se por enquadrá-la dentro da óptica das suas próprias relações com países em vias de desenvolvimento — a óptica da dominação.

O esforço, muito pronunciado, talvez possa vir a colher alguns frutos entre as classes médias na Europa, ou na América do Norte. Mas não certamente em África onde a prática do imperialismo é conhecida em termos particularmente dolorosos, onde a mão amiga dos países socialistas, em particular da URSS e de Cuba, é igualmente conhecida como um apoio sólido de todas as horas — as da luta anticolonial, como as da construção de uma nova sociedade.

O director do influente jornal tanzaniano "Ngurumo", declarou muito justamente a esse respeito: "**Pode pensar-se que a diplomacia soviética só hoje descobriu a África. E no entanto, já nos anos em que os EUA faziam namoro a Lisboa salazarista, a política africana de Moscovo correspondia inteiramente à fórmula de apoio aos povos que combatem pela liberdade.** A viagem do presidente soviético é uma retribuição a visitas de dirigentes africanos à URSS. Nós próprios escolhemos os amigos entre aqueles a que nos liga a comunhão da opção social e o anti-imperialismo. A visita não é de modo algum uma resposta aos inúmeros vaivéns do Ocidente".

Claro: nem só as forças progressistas, as massas trabalhadoras africanas, têm os seus amigos, os seus apoios na luta de libertação. Vorster, Smith, e C.ª contam também com apoios. Ninguém os desconhece. Vêm de Washington e de Bona, de Londres e de Paris, ou do Brasil. São mais ou menos ostensivos. Enviam armas e mercenários, estudam complexos planos demagógicos para fazer surgir velhos tiranos com o aducicado rosto da boa vontade e da paz. Manobram títeres por terras de África (e não só). Recorrem aos bons serviços de falsos "movimentos de libertação", fabricados nos seus laboratórios da provocação, com abundante recheio de agentes da CIA, e somas avultadas de dinheiro, útil para comprar os que não têm escrúpulos, mas a quem é preciso pagar por algum preço o medo das consequências num mundo que avança a passos "demasiado" apressados para o futuro. "Amigos" que se empenham no velho objectivo de salvar um bilião e meio de dólares dos seus investimentos na RSA e manter firme, através de Pretória, o controle sobre a estratégica rota "petrolífera" em torno do Cabo da Boa Esperança, tão falada quando vivia e matava, o colonialismo português.

É abissal a diferença entre as duas amizades. Não só nos fins em vista. Mas também nas formas de que se reveste.

Num recente comentário às afirmações dos órgãos de propaganda burgueses sobre as visitas dos camaradas Fidel e Podgorny a África, Brejenev declarou: "**Por vezes, os nossos adversários voltam à questão de modo a fazer parecer que a Ásia, a África e a América Latina são meros campos de rivalidade entre os países socialistas e capitalistas, acima de tudo entre a União Soviética e os Estados Unidos. Isso é um conceito falso. Já há muito tempo que os povos destes continentes deixaram de ser objecto passivo da história**".

Na verdade é este o tipo de relações a que o imperialismo está habituado — as relações de dependência. Mesmo os seus aliados surgem como objecto e elemento das suas determinações, ainda que por vezes as coisas não se passem de forma tão linear.

Mas no campo da batalha dos povos, escapam-se as linhas da mão. Imperam vontades que lhe são alheias num processo que não pode ser dirigido por fora, porque brota da própria realidade objectiva, porque se amassa no querer de um povo. Então o imperialismo clama contra a pretensa ingerência da URSS, e ergue-se contra absurdas revoluções de importação, recordado dos seus sempre presentes métodos de exportação da contra-revolução. Não consegue ou não deseja avaliar a grande diferença entre o manobrar de agentes pagos e a organização das massas trabalhadoras na defesa dos seus interesses.

"**Se o imperialismo é o aliado natural de todos os regimes reaccionários, exploradores, o campo socialista representa a muralha onde a classe operária, as forças progressistas e revolucionárias que transformam a humanidade, encontram apoio e inspiração**" — afirmou Fidel Castro no jantar oferecido em sua honra, em Moscovo.

Esta a grande diferença entre dois tipos opostos de amizade internacional, dois tipos de apoio. Dum lado o passado, um "apoio" feito de dependências e submissões. Do outro o futuro, estreitas relações baseadas na cooperação e no internacionalismo. E um objectivo central — um objectivo de toda a humanidade — a batalha determinante pela paz.

Checoslováquia-77

SERÁ ISTO O «SOCIALISMO DA MISÉRIA»?

À primeira vista Praga parece-nos uma cidade antiga, com uma arquitectura um tanto ou quanto pesada, quase melancólica. Mas essa ligeiríssima impressão logo se desvanece com um segundo olhar mais atento e cedo se verifica que Praga antiga, imponente nos seus monumentos milenários, é hoje "apenas" o coração de uma grande cidade onde os vestígios do passado e os caminhos do futuro se conjugam tão harmoniosamente que ninguém se espanta de ver surgir ao lado de uma majestosa igreja do século XIII um modernissimo autosilo de grande capacidade.

Praga, com o seu rio, com as suas pontes, com o seu velho castelo, com os seus milhares de modernos apartamentos, é sem dúvida uma cidade romântica, como escreveu um dia um turista anónimo.

Mas Praga é também, e sobretudo, a capital de um país que sem esquecer os negros dias da dominação nazi (ou precisamente porque não os esquece), avança decididamente na consolidação da sociedade socialista.

Sociedade que não se compadece com o egoísmo de uns quantos saudosistas dos privilégios de classe perdidos; sociedade onde cada indivíduo não é, nem pode ser, considerado isoladamente, porque um homem sozinho não é, nem pode ser, considerado isoladamente, porque um homem sozinho não representa nada; sociedade onde a verdadeira dimensão do homem não se exprime nunca através de ídolos com pés de barro, sim pela participação colectiva na tarefa comum de edificar uma sociedade cada vez melhor. Para todos, não apenas para alguns.

A renda de casa não pode ultrapassar 4 a 5 % do salário e inclui o gás, a electricidade e aquecimento central

Quem tem saudades do "Pluralismo"?

Visitar um país socialista é sempre uma agradável e útil experiência. Mas fazê-lo numa altura em que os principais responsáveis (?) do nosso país manifestam publicamente o seu repúdio pelo que chamam "socialismo de miséria"; quando na Assembleia da República os deputados socialistas se aliam aos deputados dos partidos de direita para se manifestarem contra "a violação dos direitos do homem" nos países socialistas; quando, enfim, o CDS tem o descaramento de afirmar — a propósito da morte do "herói" Patocka — que "o espírito de Helsínquia está de luto"; visitar nesta precisa altura, dizíamos, um país socialista e, nomeadamente, a Checoslováquia (último alvo escolhido para os ataques da reacção internacional), é, antes do mais, profundamente esclarecedor.

Que países onde os direitos humanos são letra morta se preocupem subitamente com os direitos humanos nos países socialistas poderá parecer estranho à primeira vista, tanto mais que em termos comparativos estes últimos nada têm a perder. A menos que a concepção de direitos humanos não seja exactamente a mesma para os dois sistemas, capitalista e socialista. Se se atentar bem, verifica-se que um dos direitos que mais se afirma não ser respeitado nos países socialistas é o da liberdade de expressão.

Liberdade de expressão, nos países capitalistas, está intimamente ligada com a famigerada teoria do "pluralismo" que permite — sobretudo a quem tem possibilidades económicas e influência nos meios de comunicação — toda e qualquer espécie de divulgação de opiniões, venha ela de onde vier. Ou seja, permite, teoricamente, que fascistas democratas, socialistas e comunistas expressem publicamente o que bem entendem, independentemente de corresponder ou não à verdade. Tretas... Nós já conhecemos o "pluralismo" de ginjeira!

Ora, num país socialista, as coisas não se passam exactamente assim. Mais concretamente, não se dá aos inimigos da liberdade, aos inimigos do socialismo, o direito de atacar a liberdade, de atacar o socialismo. Conforme nos afirmou o Prof. Tomás Tráunicek, membro do CC da Frente Nacional, a Checoslováquia tem uma amarga experiência do tal famoso "pluralismo" que, entre outras coisas, se opôs e conseguiu impedir a unidade das forças que no país se opunham ao avanço do nazismo. Tal facto, aliado com outras condicionantes externas e internas, provocou terríveis destruições na Checoslováquia e mesmo o genocídio contra o povo daquele país.

Da nossa enviada especial
ANABELA FINO

Nem em Roma é assim

O período de democracia burguesa "pluralista" que se seguiu à guerra também não deixou boas recordações na memória do Povo checoslovaco. Muito pelo contrário. Não fora a tenaz luta pela unidade dos socialistas com os comunistas, pela unidade do movimento sindical com a classe operária, pela unidade das organizações para-populares (mulheres, jovens, etc.) e os objectivos da Revolução democrática e Nacional não teriam sido levados à prática. Não fora a posterior depuração realizada no seio do próprio Partido Comunista da Checoslováquia dos elementos oportunistas, carreiristas e direitista que nele se infiltraram e que não só não reconheciam o papel dirigente da classe operária na construção da sociedade socialista como pretendiam transformar a Frente Nacional num sistema "pluralista" de democracia burguesa, tudo tendo feito para desunir e desorganizar as classes trabalhadoras e para destruir as organizações populares, e a Revolução Socialista não teria sido levada a cabo com êxito na Checoslováquia.

Se é este "pluralismo" que os saudosistas da democracia burguesa dizem não existir na Checoslováquia, então têm razão, não há "pluralismo" naquele país socialista. Não há "pluralismo" que permita a existência de informação anti-socialista; não há "pluralismo" que permita a propriedade privada dos meios de produção; não há "pluralismo" que permita a exploração do homem pelo homem; não há "pluralismo" que permita a exploração da mão-de-obra infantil; não há "pluralismo" que permita a discriminação da mulher.

Mas os direitos humanos não se limitam à liberdade de expressão. Como a Checoslováquia é acusada de não cumprir os referidos direitos (e várias vezes se especifica quais), quisemos ver e saber como corriam as coisas nos vários sectores da vida social.

E ficámos esclarecidos.

O problema religioso é, em toda a parte do Mundo, considerado como uma questão muito delicada. Porque joga com sentimentos muito íntimos de cada pessoa; porque tem raízes profundas em tradições ancestrais; por mil e uma razões que seria fastidioso pretender referir. Mas é um direito do ser humano, e é dessa permissa que partimos.

A Checoslováquia é um país de tradições religiosas. Em Praga, a capital, as igrejas abundam. Uma das primeiras coisas que salta à vista do visitante estrangeiro são as inúmeras obras de restauração de igrejas. Simples interesse em preservar o património histórico, já que a maior parte delas datam de muitos séculos e são verdadeiras obras de arte arquitectónica? Não só.

Estando a liberdde religiosa consagrada na Constituição, tal como o direito de não professar nenhuma religião, não é possível avançar dados sobre o número de crentes e de ateus, pois como em nenhum documento oficial se faz qualquer pergunta a esse respeito, não existem estatísticas. Mas sabe-se, por exemplo, que existem na Checoslováquia dezoito religiões, predominando a católica, e cerca de 4860 padres.

A existência de igrejas e de padres não nos dá, contudo, uma ideia clara sobre a existência ou não de liberdade religiosa. Mas quando verificamos que existem seis faculdades de teologia onde o estudo, como em qualquer outro estabelecimento de ensino, é gratuito; quando constatamos que os padres têm um salário mensal pago pelo Estado (sem que isso os torne funcionários do mesmo); quando para além do seu salário os padres podem cobrar dinheiro pelas cerimónias religiosas que realizam e ainda receber donativos dos crentes; quando as diferentes Igrejas podem editar livremente os seus jornais e publicações (só o diário católico "Democracia Popular" tem uma tiragem de 300 mil exemplares!); quando verificamos que as Igrejas estão abertas todos os dias, inclusivamente durante mais tempo do que o estão em Roma (onde muitas estão fechadas para que não as roubem); então não podemos deixar de reconhecer que a liberdade religiosa é um facto na República Socialista da Checoslováquia.

E não porque a Igreja tenha aqui quaisquer tradições progressistas. Muito pelo contrário. Quer durante o império austro-húngaro, quer durante o período da democracia burguesa, quer mesmo durante a crise de 1968/1969 sempre alta hierarquia da Igreja tomou posições contra-REvolucionárias, actuando contra os interesses das classes trabalhadoras, jogando com a crença popular para atacar o socialismo. O que não significa que todas as forças religiosas sejam actualmente reaccionárias. Como o testemunharam, muito recentemente, os diversos desmentidos de personalidades religiosas a propósito da falta de liberdade religiosa na Checoslováquia.

Numa povoação perto de Terezin pudemos apreciar a residência do padre. Enquanto olhava a vivenda (era uma vivenda) pensava na falta de liberdades, no propagandeado "socialismo de miséria". Se estivesse em Portugal não hesitaria em afirmar que estava diante da residência de um capitalista. Nem sequer lhe faltava o amplo jardim, rodeado de verdura e onde as flores começavam a despontar aos primeiros calores da Primavera... E era tão só a casa de um padre de província! Porque não teremos todos nós uma tal "miséria"?

Um país de "miséria" onde se come demais

Quando em 1948 foram elaboradas as bases da agricultura segundo os princípios socialistas definidos por Lenine, trabalhavam no campo mais de dois milhões de trabalhadores, cujas condições de vida eram muito inferiores às dos operários industriais. A produção era insuficiente para as necessidades internas e grande quantidde de produtos agrícolas tinha de ser importada.

Actualmente, existem no campo cerca de um milhão de trabalhadores; a produção global agrícola aumentou 2,4 vezes e a produção para o mercado interno aumentou 3,5 vezes.

Com um sorriso franco iluminando a sua cara de camponês, Miloslav Vojtech (agora formado em economia) não esconde um legítimo orgulho quando nos diz que um trabalhador rural "alimenta quinze pessoas". Há vinte e cinco anos essa proporção era de um para 7,5.

O aumento da produção reflectiu-se, como é evidente, no aumento do consumo. Ficamos com uma pequena ideia da "miséria" que existe na Checoslováquia quando sabemos que o consumo nacional de produtos agrícolas é um dos maiores do mundo! O quadro que publicamos é também esclarecedor.

Hoje em dia a produção nacional satisfaz já as necessidades do consumo, com excepção dos cereais, que se importam, ainda que em muito menor quantidade do que em 1949. Contudo, mesmo os cereais deixarão de ser importados, em 1980, se os planos forem cumpridos.

Uma das coisas que mais nos impressionou nesta nossa viagem "ao socialismo de miséria" foi sem dúvida o nível de vida dos trabalhadores do campo, hoje mais elevado que o dos trabalhadores industriais.

Os salários dos trabalhadores do campo são iguais aos dos trabalhadores industriais, bem como outras regalias sociais, tais como as férias, a reforma, o seguro social. As condições para adquirir habitação própria estão mais facilitadas no campo, por razões de que falaremos mais tarde. Para além de tudo isto, há ainda a salientar que deixaram de haver trabalhos pesados no campo devido ao alto nível de mecanização da agricultura; que todo o campo está electrificado; que não existe analfabetismo; que em cada cem famílias, trinta e cinco têm carro; que quase todas têm telefone; que combóios e autocarros asseguram uma ligação constante com os centros industriais mais próximos de cada localidade. Para já não falar das escolas, das casas de cultura, dos centros de recreio, etc., etc.

Para muitos poderá parecer estranho que falemos de casas próprias, de carros particulares, de um sem número de coisas que são propriedade privada de cada cidadão. E que, contrariamente ao que a reacção afirma constantemente, nos países socialistas só não existe propriedade privada dos meios de produção. Meios de produção à parte, ninguém impede ninguém de comprar o que quiser, incluindo uma casa para habitação (e se se quiser uma outra no campo), automóvel, televisão, electrodomésticos, etc. Acontece até, caso curioso, que se vendem na Checoslováquia mais frigoríficos do que o número de habitantes. Porque muita gente possui dois, um na casa onde reside e outro na casa onde passa as férias. E porque toda a gente tem um frigorífico.

Coisas do "socialismo de miséria".

O estágio nas empresas onde irão trabalhar faz parte do curso de aprendizagem profissional

Lá dentro não encontramos nenhum mundo de fantasia, mas tão somente um mundo real em miniatura, uma miniatura desse mundo de que aquelas crianças são já o futuro. A fantasia criam-na as próprias ciranças, com a sua imaginação e capacidade criadora, que todos estimulam.

Pensamos nas nossas crianças que crescem sozinhas a brincar nas ruas.

Na Checoslováquia não há analfabetismo. O ensino obrigatório é de nove anos, seguindo-se o ensino médio e superior. Prevê-se que durante o actual plano quinquenal, provavelmente já uma cada maior industrialização do nosso país e nunca à custa dos problemas dos outros países. E ajuda-se mais um país contribuindo para o seu desenvolvimento do que recebendo os seus desempregados, que só existem em condições de sub-desenvolvimento e de exploração capitalista.

Pensamos no agudo problema do desemprego em Portugal que a política de recuperação capitalista do governo do PS agrava perigosamente; nos milhões de desempregados que existem no chamado "mundo livre".

Visitámos a Checoslováquia, país da Europa central com quinze milhões de habitantes. Um Estado Federativo Socialista, composto pela República Socialista Checa e pela República Socialista Eslovaca. Checoslováquia. Para alguns, "socialismo de miséria".

Por ignorância? Antes o fosse, sempre poderíamos acreditar que não eram mal intencionados. Mas não. Quem o disse sabia muito bem o que dizia, sabia muito bem que o que dizia (e repetia), era mentira.

Mas 38% de analfabetos e cinquenta anos de obscurantismo criam terreno favorável à germinação das mentiras e calúnias que por muito repetidas acabam por deixar a sua semente. O capitalismo não poderia deixar de aproveitar esse terreno, não poderia deixar que o socialismo desabrochasse sem oposição.

Seria um "mau exemplo" para a Europa. Criticar, criticar constantemente os países socialistas, negar a própria evidência, semear a dúvida, criar "dissidentes", estimulá-los, atraí-los para a gaiola de oiro do imperialismo.

Intelectuais frustados; ambiciosos com muitas pretensões e pouco valor; gente a quem o trabalho assusta e a vida fácil atrai, os "dissidentes", que o capitalismo apresenta como "heróicos resistentes explorados e oprimidos", vêm para os países de exploração e opressão falar de direitos humanos. São acarinhados pelos ditadores, encorajados (não se vive só de conversa) pelos capitalistas.

Falam de direitos humanos e de socialismo de miséria. A troco de dólares.

Estamos na Checoslováquia. Aqui encontramos o socialismo. Quando passamos pelo "mundo livre" encontramos a miséria.

Pensar em Portugal

"Socialismo de miséria"! Coramos de vergonha cada vez que reproduzimos a frase. Vergonha por quem a disse, por aquilo que foi no passado, pelo que poderia ser.

"Socialismo de miséria"! Estamos na Checoslováquia e pensamos em Portugal. Pensamos nas centenas de milhares de desempregados; nas casas que não há; nos analfabetos; nos que têm a desgraça de adoecer; nos reformados e nos velhos sem reforma; no poder de compra que diminui assustadoramente; nos infantários a que não podemos chegar; nos mendigos; na prostituição; nos patrões que regressam às empresas que sabotaram.... Em tudo isso que o fascismo nos legou e que o governo do PS com a sua política insensata faz perpetuar.

Estamos na Checoslováquia e ouvimos Galvão de Melo condenar à morte os "capitães de Abril"; vemos os reaccionários fazer a saudação nazi no Portugal democrático; ouvimos Freitas do Amaral clamar pelos direitos humanos enquanto as bombas rebentam nas casas dos democratas.

Estamos na Checoslováquia e pensamos em Portugal.

Visitamos os novos bairros habitacionais e registamos que só em Praga se construiram, durante o último plano quinquenal, quarenta mil apartamentos; e seiscentos e quatorze mil em toda a Checoslováquia. Que durante o corrente ano se construirão mais doze mil apartamentos e até ao fim do actual quinquénio mais cinquenta e oito mil. Só em Praga. E isto se não se ultrapassarem os planos, o que aconteceu no plano anterior.

Pensamos nos bairros da lata de Lisboa.

Visitámos um infantário qualquer de um bairro periférico de Praga e verificámos que as crianças são assistidas só por enfermeiras especializadas em pediatria. Quando nos pedem que deixemos os nossos sapatos e calcemos umas pantufas, para não contaminar as instalações infantis, quase que desejamos agradecer essa preocupação tão grande pelas crianças. E que é afinal tão natural num país socialista!

Para além disso, pensamos que a melhor forma de resolver o nosso problema será através de um nível de vida semelhante ao da nossa população. Mas não poderíamos permitir que no nosso país, um país socialista, trabalhadores estrangeiros vivessem nas condições sub-humanas e de exploração em que vivem por exemplo na República Federal Alemã ou em França. Para além disso, pensamos que a melhor forma de resolver o nosso problema será através de

Só o poderíamos fazer se tivessemos condições para dar a esses trabalhadores

CONSUMO PER/CAPITA POR ANO	
Carne	82 kg
Ovos	250
Açúcar*	37 kg
Farináceos*	250 kg

* Os médicos preocupam-se com o consumo excessivo deste tipo de produtos.

Uma única "classe" privilegiada: as crianças